

Acabe-se
com
o financiamento
político
por empresas

■ Octávio
Teixeira



Pág. 18

O alargamento
da NATO

Este alargamento a países que faziam parte do ex-Pacto de Varsóvia representa um passo gigantesco na estratégia de transformação da NATO, desenhada sob a inspiração de Washington e à medida dos seus interesses.

■ João Amaral

Pág. 19

Jornalistas
contra
o pensamento
único

Pág. 20

PCP

Pescas
nacionais
em perigo

Pág. 7

ÚLTIMAS

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 22 de Outubro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1299 • Director: José Casanova

Grande manifestação no Porto

O POVO COM FIDEL

contra
bloqueio
a Cuba

Págs.
5 e 6,
20 a 23



Sim às Regiões

DESFILE DIA 25 OUTUBRO
DAS 15 ÀS 18 HORAS
AVENIDA DA LIBERDADE-LISBOA

Portugal pelo **Sim**

A sua Região vai desfilar na Avenida da Liberdade!
Música • Folclore • Animação

VENHA VER A SUA REGIÃO
VENHA À AVENIDA

GRUPO DE CONTACTO DOS MOVIMENTOS **Sim** às Regiões

REGIONALIZAÇÃO



LUÍS SÁ em entrevista

Centrais



Manifestação no Porto contra bloqueio a Cuba

RESUMO

14 Quarta-feira

Em Lisboa, José Saramago almoça com o PR, visita o «DN», participa num encontro-convívio do PC no CT Vitória, numa vigília da CGTP contra o pacote laboral e numa homenagem nacional, no CCB ■ Por iniciativa do PCP, a AR debate em plenário o problema da sinistralidade no IP5 ■ São entregues no Parlamento projectos legislativos do PCP e do Governo sobre o financiamento dos partidos políticos ■ O Procurador-Geral da República critica, em conferência de imprensa, a falta de meios e os métodos inadequados na investigação sobre a JAE ■ O Governo decide privatizar mais 31 por cento da Brisa ■ Associações de produtores de leite exigem fiscalização de leite importado ■ A Duma russa condena, por unanimidade, os preparativos da Nato para uma intervenção na Sérvia ■ Reúne o último Conselho de Ministros do governo alemão chefiado por Helmut Kohl, que formalmente termina funções dia 27 ■ O Nobel da Economia é atribuído ao indiano Amartya Sen, pelo contributo para «a análise da economia do bem-estar» ■ A selecção portuguesa de futebol vence por 3-0 a Eslováquia.

15 Quinta-feira

Uma explosão junto à Petrogal, em Matosinhos, causa um morto e um ferido grave ■ O Governo apresenta na AR o Orçamento do Estado para 1999 ■ Um empresário afirma na «Visão» que, durante o governo de Cavaco Silva, perdeu um contrato por recusar uma entrega de 150 mil contos ao PSD ■ Os presidentes das câmaras de Almada, Barreiro, Moita e Seixal desafiam o Governo a abrir concurso para o Metro do Sul do Tejo ■ Em escolas primárias e secundárias de Lisboa, Queluz, Gondomar, Porto e Viana do Castelo grupos de pais protestam contra a falta de condições de ensino ■ A França é palco de numerosas manifestações de estudantes do Ensino Secundário ■ A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa decide enviar uma missão de verificação ao Kosovo ■ Iniciam-se os trabalhos da cimeira israelo-palestina em Wye Plantation, perto de Washington ■ É publicada a enciclica «Fé e Razão», na véspera dos 20 anos do pontificado de João Paulo II ■ A Fundação Gulbenkian anuncia o programa de comemorações dos 40 anos das suas bibliotecas.

16 Sexta-feira

Com a participação de 21 países, inicia-se no Porto a 8.ª Cimeira Ibero-Americana ■ O PCP inicia uma jornada nacional de esclarecimento sobre a regionalização ■ É inaugurado o Parque das Nações, no espaço da Expo'98 ■ Dos seis mil milhões de pessoas que habitam a Terra, dois terços vivem com menos

de dois dólares por dia, revela o relatório anual do PNUD ■ A Nato ameaça disparar mísseis sobre alvos sérvios, se no prazo de dez dias Milosevic não cumprir o acordo concluído com a OSCE ■ O Nobel da Paz é atribuído aos irlandeses David Trimble e John Hume, pela sua acção no acordo, de Stormont ■ Em Loures, decorre o II Festival Internacional de Ciência e Tecnologia.

17 Sábado

A Federação Nacional dos Médicos classifica a greve mantida pelo SIM como uma «leviandade» que poderá pôr em causa o direito à greve ■ Milhares de pessoas participam no Porto no desfile contra o bloqueio norte-americano a Cuba, e no espectáculo de solidariedade em Matosinhos ■ Augusto Pinochet é detido na Grã-Bretanha, na sequência de um pedido da justiça espanhola, relacionado com os crimes da ditadura chilena.

18 Domingo

Enfrentar os riscos de uma globalização da crise económica será a preocupação da cimeira de Havana, no próximo ano, informa Fidel Castro no final do encontro ibero-latino-americano no Porto ■ Uma explosão num oleoduto causa meio milhar de mortos no Sul da Nigéria, quando centenas de pessoas tentavam recolher o petróleo saído da tubagem danificada ■ Voltam a registar-se confrontos armados entre forças do Governo e da Junta Militar, em Bissau.

19 Segunda-feira

O Eurostat «chumba» mais uma vez a «operação Partest», recusando que receitas de privatizações sejam contabilizadas na redução do défice orçamental ■ No quinto dia da cimeira de Wye Plantation, um atentado provoca 64 feridos no sul de Israel ■ Em Downing Street tem lugar uma reunião entre o primeiro-ministro britânico, um negociador do Sinn Féin e o primeiro-ministro da Irlanda do Norte ■ O ex-comunista Massimo D'Alema é nomeado primeiro-ministro de Itália.

20 Terça-feira

Comissão parlamentar de inquérito desmente «provas» de Marcelo Rebelo de Sousa sobre favorecimento do Governo à Sonae ■ Em França, 280 mil estudantes manifestam-se contra falta de condições no ensino secundário ■ Os partidos social-democrata e ecologista, na Alemanha, assinam acordo para a formação de um governo de coligação ■ Num estádio de Teerão, registam-se violentos confrontos entre integristas e partidários do presidente Mohammad Khatami.

EDITORIAL

Até à próxima, Fidel!

AVIII Cimeira Ibero-Americana, realizada no Porto, dominou, naturalmente, a actualidade política do passado fim-de-semana - sem dúvida por efeito da importância da própria Cimeira, das questões ali em debate e de alguns dos resultados por ela obtidos; mas também, e talvez essencialmente, pelo facto de Fidel Castro, ter estado presente e de esta ter sido a sua primeira vinda a Portugal.

Com efeito, graças a um conjunto de características pessoais e pelo que representa enquanto revolucionário consequente e coerente, Fidel é um poderoso pólo natural de atracção mediática a que raros profissionais da comunicação social conseguem resistir (coisa que enraivece e entontece sobremaneira alguns puros e duros anticomunistas de profissão os quais, enchendo páginas contra Fidel e o que ele simboliza, "ensinam" que não se deve dar a Fidel o destaque que é dado...).

Dizer Fidel é dizer Cuba - com tudo o que isso, hoje, significa. Por isso, a presença do revolucionário cubano no Porto, proporcionou uma impressionante manifestação de solidariedade com a luta do povo de Cuba. Milhares e milhares de pessoas expressaram a Fidel a admiração pela coragem do seu povo, pela heróica resistência com que, há quase quatro décadas, responde ao bloqueio norte-americano, pela determinação com que, nas mais adversas condições, persiste na luta pela construção de uma sociedade socialista.

É incontestável - e, pelo menos até agora, incontestado - o enorme êxito da iniciativa promovida pela "Associação de Amizade Portugal-Cuba" e pela "Comissão Regional do Porto contra o Bloqueio e de Solidariedade com o Povo de Cuba" - iniciativa que o PCP apoiou activamente.

O desfile popular, por vezes sob chuva intensa, constituiu um momento alto da concreta expressão solidária de muitos milhares de homens, mulheres, jovens, para com a Revolução Cubana. E o espectáculo realizado no Centro de Desportos e Congressos de Matosinhos, viria a encerrar da melhor maneira uma grande jornada de solidariedade à qual não faltou a presença, interveniente de José Saramago. "O Prémio Nobel da Literatura de 1998 está com a Revolução Cubana", disse Saramago na intervenção ali produzida. E acrescentaria: "Cuba dá-nos todos os dias uma lição de coragem. Cuba vive mais firme do que uma rocha, porque uma rocha gasta-se mas, até agora, a vontade do povo cubano não se desgastou" - assim expressando o sentir de todos os que o ouviam e de milhões de outros espalhados pelo Mundo.

A presença e a intervenção de Fidel em Matosinhos - recebidas com o calor, o carinho e o amor que ninguém mais do que os revolucionários sabe prodigalizar - foram o culminar adequado da grande Festa da Solidariedade. Perante mais de sete mil amigos de Cuba - entre os quais, nomeadamente, o general Vasco Gonçalves, o almirante Rosa Cou-

tinho e o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas - Fidel foi o "velho guerrilheiro" feito de dignidade e coerência; o observador atento e lúcido da realidade em que vivemos; o acutilante e frontal divulgador das causas e das consequências dessa realidade; o protagonista de um discurso onde a luta, a esperança e a confiança se entrelaçam e abrem os caminhos do Futuro; o revolucionário consequente que sabe que o êxito da resistência de Cuba e da sua revolução é do interesse comum do povo cubano e dos trabalhadores e dos povos de todo o Mundo. E quando, num breve encontro com Carlos Carvalhas, lhe expressou o seu apreço pelo apoio dado pelo PCP à jornada de solidariedade, Fidel era o militante comunista sensível e sensibilizado pela onda de amizade e de ternura que enchera o imenso pavilhão, o camarada solidário que conhece o valor da solidariedade e a entende como um acto de fraterna e natural reciprocidade.

Quando, na sequência do derrube da ditadura de Fulgêncio Baptista pelos revolucionários cubanos, o imperialismo norte-americano se apercebeu de que aquilo, em Cuba, era a sério... passou de imediato à ofensiva com o objectivo expresso de liquidar rapidamente a Revolução Cubana e de meter a Pátria de Martí nos eixos da sua vontade imperial. De facto, a existência de um país que, ali a uma escassa centena de quilómetros do Império, afirmava a sua vontade de construir uma sociedade sem exploradores nem explorados, constituía um facto intolerável para os Estados Unidos da América, um mau e perigoso exemplo a que se impunha pôr termo imediata e definitivamente.

Acontece que, apesar das múltiplas e brutais e desumanas ofensivas, Cuba resistiu e resiste. Acontece que, apesar do desaparecimento da União Soviética e do desmoronamento da comunidade socialista do Leste da Europa, apesar da nova ordem imperialista liderada pelos EUA, apesar do bloqueio e de outras violentas pressões e chantagens comandadas pela batuta do governo norte-americano, "aquilo", em Cuba continua a ser "a sério"... Assim sendo, a odiosa ofensiva norte-americana persiste. E, naturalmente, a resistência do povo de Cuba conti-

nua. Com determinação. Com coragem. Com dignidade. Com o apoio solidário de milhões de pessoas em todo o Mundo.

Até à próxima, Fidel!

Tudo isto esteve presente no Porto, no passado fim-de-semana: nas várias intervenções de Fidel - designadamente no discurso de Matosinhos; no desfile popular de solidariedade com Cuba e contra o bloqueio; no entusiasmo comovido e sentido dos muitos milhares de amigos de Cuba que nesse desfile e no espectáculo mostraram o que quer dizer solidariedade - lavando a palavra das abusivas utilizações a que tem vindo a ser sujeita pela política de direita e restituindo-lhe o seu verdadeiro significado. Enfim, fazendo da Cidade do Porto, durante o último sábado, a capital ibero-americana da solidariedade.

Até à próxima, Fidel!

Milhares e milhares de pessoas expressaram a Fidel a admiração pela coragem do seu povo, pela heróica resistência com que, há quase quatro décadas, responde ao bloqueio norte-americano, pela determinação com que, nas mais adversas condições, persiste na luta pela construção de uma sociedade socialista.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
- 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis - 90,
7.ª-A, 1150 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante! - Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
- 1150 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada 2.ª-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linho - 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 - 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1150 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª-A 1150 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!», acompanhado de cheque ou vale de correio.

Pela calada do cartaz

Sobre a série de cartazes do PP multiplicando por oito as sete pragas do Egipto caso a regionalização vá para a frente, já se disse tudo e só se perderam as que caíram no chão.

Não é disso portanto que vimos falar. De facto, hoje estamos mais interessados em registar que, tal como aconteceu no referendo de Junho passado, também agora nos querem convencer de que, no campo do «não», a par dos grupos primários, radicais e demagogos, haveria um grupo - o «Portugal Único» que reúne Miguel Sousa Tavares, Ernâni Lopes e Proença de Carvalho - que a tal ponto se pretende «civilizado» e «moderado» que até já fustigou violentamente os cartazes do PP.

Acontece, porém, que este grupo acaba de editar um cartaz que é tão primário, tão mentiroso e tão demagógico como os mais primários, mentirosos e demagógicos cartazes editados pelo PP.

Com efeito, debaixo da pergunta-afirmação «Portugal riscado do mapa?», o cartaz dedica-se a comparar um mapa da Península Ibérica em que as fronteiras de Portugal com a Espanha dividida em regiões estão bem

marcadas com um outro mapa em que, como suposta consequência da criação das regiões em Portugal, a fronteira de Portugal com a Espanha já desapareceu e toda a península é agora um mar indistinto de regiões.

A falsificação é de tal modo grosseira e o truque é tão desonesto que, além do mais, quase apetece dizer que alguns destes senhores não passam de uns cobardes. Na verdade, nos debates em que têm participado não têm nem coragem nem argumentos para rebater a afirmação dos defensores do «sim» de que as regiões administrativas que se propõe para Portugal não têm nada que ver com as comunidades autónomas espanholas, mas depois, pela calada do cartaz, lá voltam à mesma amálgama mentirosa.

Acresce sobretudo que, como é evidente, depois da criação das oito regiões, a fronteira entre Portugal e Espanha continuará tão nítida como está no primeiro mapa da Península Ibérica que consta do cartaz do «Portugal Único» e só foi possível a este grupo fazê-la desaparecer do segundo mapa a golpes de inmensurável desonestidade e terrorismo visual.

■ Vítor Dias

Para o capital, regiões zero, democracia zero

Ludgero Marques(LM), patrão maior da Associação Industrial Portuense, deu neste fim-de-semana uma alargada entrevista a um jornal diário sobre a regionalização.

Substancialmente, a entrevista em si não constitui novidade. Pelo espaço que tudo o que seja partidário do Não encontra na comunicação social, pelo que foi dito e por quem o disse.

Por outras palavras, LM reproduziu os mesmos tiques e insistiu nas mesmas incoerências que os partidários do Não vêm repetindo, ora afirmando que são contra a regionalização em si, ora afirmando que contra sim mas sobre esta regionalização em concreto, ora afirmando ser contra esta e aquela em simultâneo. Para LM, o ideal era haver “zero regiões”, mas se tiver que ser que sejam duas ou três.

Pela sua boca foi repetido o rosário de argumentos arremessados contra a regionalização como os do municipalismo, a metropolização (ideia genial arrancada pelo professor Marcelo e o PSD), as alegadas malfeitorias a que seriam sujeitas as regiões pobres pela mão das regiões ricas, a distração face a tarefas importantes que estaria a ser imposta ao País.

Nada de novo também por aquilo que LM representa. Por outras ou por idênticas palavras LM juntou a sua voz à corrente dos mais puros e duros representantes do grande capital (de Champalimaud a Ferraz da Costa, de Belmiro de Azevedo a Ricardo Espírito Santo) que vêem na criação das Regiões Administrativas aquele obstáculo que poderá dificultar o livre e mais directo acesso às fontes de decisão, a sua capacidade de influência sobre um poder

concentrado, a sua margem para continuarem a concentrar nos interesses que representam os apoios e recursos que a outros seriam devidos.

O que, não constituindo novidade, apesar de tudo, não deixa de surpreender, é o à-vontade com que LM opina e sentencia sobre a validade do resultado do referendo, o sistema eleitoral, a Constituição da República, o regime democrático. Para LM, é irrelevante o facto da Constituição consagrar as Regiões Administrativas porque ele possui os seus próprios padrões de avaliação do que é ou não é constitucional.

E como a regionalização é, para LM, fruto da “Constituição das emoções gerada pelo 25 de Abril”, uma daquelas “conquistas da revolução das quais muitas já foram postas de lado”, a sentença está dada. Aliás, pouco importa para o caso que nas sucessivas revisões constitucionais, a última das quais realizada há menos de um ano, esta reforma administrativa tenha sido confirmada.

Para LM, fruto muito provavelmente da experiência resultante de anos de ofensiva contra-revolucionária ao serviço dos grandes grupos financeiros, o que o capital determina faz lei. Convicção alicerçada na expressão da crescente e promíscua fusão entre o poder político e o poder económico que os sucessivos governos, entre os quais o actual, têm alimentado e animado.

■ Jorge Cordeiro



Foto: Jorge Caria

A sonhar — com o Orçamento?

INSEPARÁVEIS

Prosseguem em Wye Plantation, em Maryland, a escassos cem quilómetros da cidade imperial, Washington, as conversações entre delegações israelitas e palestinianas conduzidas pelos seus dirigentes máximos, sob a batuta do acossado Presidente Clinton.

Em Wye Plantation, de um lado está Yasser Arafat, tendo em cima da mesa resoluções e o direito internacional, e do outro lado Netanyahu desrespeitador dos Acordos de Oslo, violador do direito internacional, o líder de um país que a cada momento que passa prossegue a sua política de terrorismo de Estado. A iniciativa em si dos EUA merece as maiores reservas, que radicam no seguinte: como podem os EUA, apoiantes e protectores de Israel serem mediadores? Um mediador nunca pode ser parte, e no conflito israelo-palestiniano, os EUA estão comprometidos há décadas com Israel.

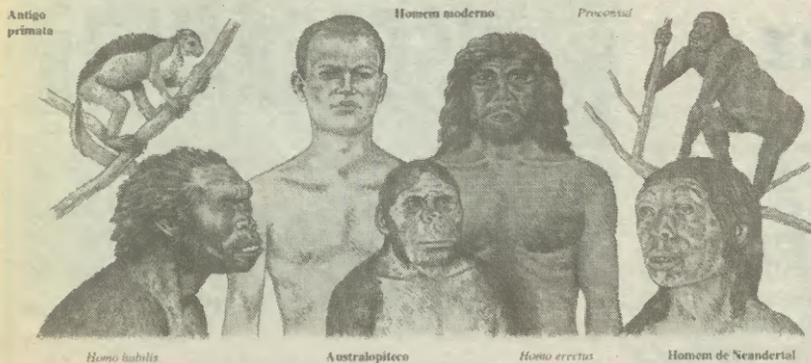
O conflito israelo-palestiniano é paradigmático da nova ordem mundial defendida pelos EUA. Israel viola desde 1967 inúmeras resoluções (242 e 338 entre outras) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Prossegue, contra essas Resoluções e contra os Acordos de Oslo, a construção de colonatos na Cisjordânia e Jerusalém Leste, confiscando terras das populações palestinianas e dinamitando casas e bairros dos moradores palestinianos. Mas, até hoje, os EUA, salvo casos de menor importância, sempre apoiaram a política de Israel. O país, que sempre estimulou o expansionismo israelita nas últimas décadas, que tem o Presidente enredado no “affaire” Monica Lewinsky e que para aliviar a pressão interna quer apresentar “serviço” no plano internacional, não pode ser mediador.

É ainda este o país que sem qualquer resolução das Nações pretende bombardear a Jugoslávia por causa dos dramáticos acontecimentos ocorridos no Kosovo e protege o violador número um do direito internacional. Bem sabemos que os problemas do Kosovo são graves, complexos e não se resolvem com a repressão, e sem o respeito dos direitos da maioria albanesa. Mas de modo nenhum é aceitável que as maiores potências mundiais, sob a batuta dos EUA, possam através dos mísseis e da metralha, impor os seus interesses à Sérvia. Através de bombardeamentos à Jugoslávia a NATO estimula os separatistas albaneses e enfraquece a Sérvia. Não deixa aliás de ser curioso que o Presidente dos EUA se queixe de falta de fundos para aplicar o plano de saúde que prometeu, e não regateie os milhares de milhões para gastar não só na corrida às armas, mas também na preparação e eventual execução do plano militar contra a Sérvia.

Neste mundo, como disse José Saramago, que só um imbecil pode considerar justo, lutamos para reforçar a corrente dos que o querem transformar. Os muitos milhares de manifestantes que no passado sábado no Porto gritaram contra o bloqueio a Cuba mostram que é possível mobilizar cidadãos e cidadãos para fazer unir a voz da razão e da justiça. O bloqueio a Cuba é na verdade um crime monstruoso contra a Humanidade. E se Cuba for capaz de continuar a resistir e vencer o bloqueio é também a própria Humanidade que se liberta. Como todos os comentadores reconhecem foi Fidel e Cuba que sobressaíram na Cimeira Ibero-Americana. No fundo causa admiração e simpatia o facto de um pequeno país desafiar o pensamento único, a nova ordem mundial, o Império, e seguir o seu próprio caminho. E uma vez mais o que é inseparável, não se pode separar. Um ou dois dias antes da Cimeira, perante a Humanidade, a Assembleia Geral da ONU com 157 votos a favor declarou ilegal o bloqueio a Cuba. Só o autor material e intelectual do crime e Israel votaram a favor do bloqueio. É mais uma razão para reforçar as reservas do que se está a passar em Wye Plantation.

■ Domingos Lopes

SEMANA



Biólogo demonstra pelo ADN que há uma só raça humana

O número de Outono da revista *American Anthropologist* apresenta um trabalho de Alan R. Templeton, cientista e professor de Biologia na Universidade de Washington, em Saint Louis, onde este, após uma longa e exaustiva análise do ADN de populações a nível global para a pesquisa dos padrões da evolução humana no último milhão de anos, chegou à conclusão que «o homem é uma das espécies mais geneticamente homogêneas que conhecemos», pelo que «toda a humanidade é uma única linhagem de longa data», ou seja, que existe apenas uma

única raça humana. O cientista utilizou as mais recentes técnicas de biologia molecular para analisar milhões de sequências genéticas encontradas em três tipos distintos de ADN humano, concluindo que «a raça é um verdadeiro conceito cultural, político e económico na sociedade, mas não é um conceito biológico», visto que uma «análise muito objectiva demonstra que não há nada que se assemelhe a uma nítida subdivisão da humanidade». Em vez disso, «o padrão das diferenciações genéticas a nível global diz-nos que as linhagens genéticas se espalharam

rapidamente por toda a humanidade, o que indica que as populações humanas sempre tiveram algum grau de comunicação umas com as outras, pelo que, historicamente, não apresentam quaisquer linhagens evolucionárias distintas no seio da humanidade», afirma Templeton, frisando que «toda a humanidade é uma única linhagem de longa data». Opondo-se à chamada «teoria do candela-bro», onde alguns antropólogos têm defendido, até aqui, que a humanidade evoluiu inicialmente na África e se espalhou daí, em diferentes populações, para a Europa

e à Ásia, dando origem a três ramos «distintos» porque não mais se misturaram geneticamente, Templeton afirma que as suas investigações dão razão à «teoria da grade», que reconhece que o homem moderno começou há 100 milhões de anos em África mas, à medida que a espécie se espalhou, também ia regressando a África. «Não há ramos distintos, não há linhagens distintas. Com esta moderna definição de raça, não existem raças na humanidade», sublinha o cientista, estribado nos profundos estudos que fez do ADN humano.

Emissões tóxicas com novas regras

As incineradoras de resíduos domésticos e hospitalares estão na mira da Comissão Europeia, que pretende reduzir drasticamente as emissões de substâncias nocivas, nomeadamente as dioxinas, produzidas por estas unidades industriais. Para isso, a Comissão propõe novas normas que imponham uma redução de 99% das dioxinas e dos furanos em

relação à situação de 1994, impondo-se igualmente restrições às rejeições de mercúrio, cádmio e diversos gases ácidos. Com a aplicação destas novas normas, as rejeições dos efluentes das incineradoras não constituirão mais de 0,3% dos totais, contra os 40% actuais, isto tendo em conta o aumento das toneladas de lixo a incinerar, devido ao

progressivo cancelamento e interdição do lançamento dos lixos no mar. As modificações a introduzir nas incineradoras deverão ter custos elevados, mas a contabilização dos benefícios para a saúde pública duplicarão a curto prazo e quintuplicarão a longo prazo. O Conselho de Ministros Europeus do Ambiente já foi informado desta proposta.



Guerra de novo em Bissau

Exactamente a poucas horas da assinatura de um acordo de cessar-fogo entre o Governo de Nino Vieira e a Junta Militar, as tropas estrangeiras que apoiam Nino Vieira começaram a bombardear com armas pesadas as posições da Junta Militar que, contudo, tem procurado evitar responder com a mesma intensidade, para poupar a população civil que ainda se encontra em Bissau. Continua a desconhecer-se as razões deste reacender do confronto armado. O primeiro comunicado do Governo de Nino Vieira justificava os seus bombardeamentos com uma pretensa «tentativa de infiltração» das forças da Junta Mili-

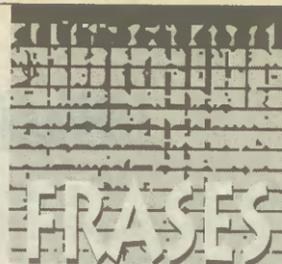
tar, o que esta nega peremptoriamente, rejeitando «qualquer responsabilidade relativamente aos acontecimentos» e afirmando que o ataque foi desencadeado domingo à noite por forças do Governo. Refira-se que no dia seguinte ao reacender do conflito a Junta Militar solicitou um período de tréguas a partir das 14 horas para a realização de um encontro com a Comissão de Boa Vontade, previsto para começar meia hora depois, mas o pedido não foi acatado pelas forças que apoiam Nino Vieira. Entretanto, recomeçou o êxodo da população de Bissau, na tentativa desesperada de fugir da zona do conflito.

Consultores demonstram que os impostos vão subir

As projecções e simulações feitas pela prestigiada empresa internacional de consultoria Price Waterhouse Coopers demonstram, sem margem para dúvidas, que a tributação em IRS no Orçamento de Estado para 1999 vai agravar os impostos pagos pela chamada classe média, ou seja, todas as famílias

cujos rendimentos mensais líquidos ultrapassem os 300 contos vão ser penalizadas com esta «revisão» tributária decidida pelo Governo de António Guterres. O agravamento é tão óbvio que já há quem diga, dentro do PS, «que alguém errou nas contas». Recorde-se que tanto o ministro das Finanças, Sousa

Franco, como os seus secretários de Estado, não se cansaram de proclamar que esta alteração à colecta ia fazer baixar os impostos à maioria dos contribuintes, agravando apenas os que auferem rendimentos anuais para cima de 17 mil contos, o que a empresa de consultoria demonstrou ser redondamente falso.



«O Professor Marcelo, até há dois anos, como autarca, fazia apaixonados elogios às regiões e como professor de Direito ensinava aos alunos que ela era urgente e indispensável. Hoje, provavelmente, no seu íntimo, continua a ser a favor das regiões, mas simplesmente achou que fazer demagogia e terrorismo em torno desta matéria era qualquer coisa de semelhante ao mergulho que deu no Tejo, quando foi candidato à Câmara de Lisboa (...).»

(Luís Sá, em entrevista ao «Avante!». Ver centrais, neste número)

E recordemos algumas frases, de há alguns tempos, de algumas personalidades que hoje se mostram contra a regionalização...

«A causa da regionalização acabará por ganhar.»

(Marcelo Rebelo de Sousa, num seminário internacional sobre Poder Local «Público», 16.4.93)

«E não se diga que nós queremos travar o curso da História, que pretendemos impedir a regionalização e as eleições regionais a todo o custo. É pura mentira...»

(M.R.S. no encerramento do XVIII Congresso do PSD, em 29, 30 e 31.3.96)

«Duas décadas volvidas, o Presidente do PSD salienta que a sua posição se mantém a mesma, defendendo um projecto de regionalização genuíno, com todos os custos inerentes, mas com superiores vantagens políticas e económicas para o País e de aproximação dos cidadãos, o que em democracia é fundamental.»

(M.R.S., «Povo Livre», 1.5.96)

«O processo de regionalização assume, naturalmente, uma relevância indiscutível, pelo que o Governo a ele irá dedicar particular atenção. (...) Com este objectivo o Governo propõe-se apresentar uma proposta de lei de criação das regiões administrativas e regulamentar a respectiva lei-quadro.»

(do Programa de Governo de Cavaco Silva, apresentado à AR em 11.11.91)

«A aposta na regionalização é antes de tudo uma aposta na responsabilidade - no Governo do País e pelo País.»

(Mário Soares, intervindo num jantar oferecido pela Associação Nacional de Municípios. «Correio da Manhã», 30.6.90)

«A regionalização é essencialmente um instrumento de descentralização. Esta, sim, parece-me um designio, ela própria constituindo um factor de maior eficácia e, sobretudo, de controlo social. (...) Com tudo isto, mantenho-me sinceramente do lado dos que querem e lutam pela descentralização e continuo a crer que a regionalização é um dos instrumentos para lá chegar. (...) Pode pensar-se que exagero. O tempo me dará razão.»

(António Barreto no «Público» de 11.6.90)

«Os centuriões do centralismo quando querem abrir uma batalha contra a regionalização utilizam as regiões autónomas para campanhas pouco correctas e destinadas a desmotivar as populações do continente.»

(Alberto João Jardim, no «Diário de Notícias» de 6.1.87)

«Vamos agora no início da luta pela regionalização, mas dentro de 20 anos as gerações futuras vão rir-se quando lerem todas as manobras reaccionárias e obscurantistas movidas contra este fenómeno irreversível.»

(Idem, ibidem)



Misteriosa «desaparição» de dez auditorias à JAE

Segundo o *Diário de Notícias* de antontem, os ministérios do Equipamento e das Finanças afirmaram a este jornal que desconhecem o andamento dado a 10 auditorias feitas pelo Tribunal de Contas à Junta Autónoma de Estradas (JAE). O assunto foi despoletado por uma nota do Tribunal de Contas onde se afirma, a propósito dos documentos desaparecidos, que «os relatórios são, depois de concluídos, enviados à respectiva tutela política e ao Ministério Público para eventual responsabilização criminal». Só que ambos os ministérios, ao serem confrontados com esta afirmação taxativa do Tribunal de Contas, «empurraram» o assunto de um para o outro: o Ministério do Equipamento afirma que os processos terão de estar

no Ministério das Finanças, por ser este que tutela o Tribunal de Contas, enquanto o Ministério das Finanças responde que o Tribunal é uma entidade independente, pelo que os relatórios só poderão estar no Ministério do Equipamento, a quem cabe a tutela da JAE e a responsabilidade do PIDDAC. O certo é que ninguém mostra saber das auditorias, em cujos relatórios são feitas «referências fundamentalmente a situações de incumprimento de disposições legais em vigor, que violam princípios jurídicos, administrativos e financeiros». As 10 auditorias «desaparecidas» analisam empreendimentos realizados sob a tutela da JAE desde 1990, onde se incluem as principais grandes obras públicas realizadas desde então.



Texto
Isabel Araújo Branco

Manifestação e espectáculo no Porto

Fotos
Sérgio Morais e Vítor Castro

«Fidel, amigo, o povo está contigo!»

A Península Ibérica convergiu para o Porto, no passado sábado. Milhares de pessoas juntaram-se nas ruas da cidade, dividiram lanches, partilharam chapéus de chuva, trocaram bandeiras e autocolantes com um único objectivo: mostrar a sua solidariedade a Cuba e a Fidel Castro e manifestar-se contra o bloqueio norte-americano. No final, Fidel agradeceu numa visita surpresa ao Pavilhão de Matosinhos.

De todo o Portugal, mas também da Galiza, de Madrid, das Astúrias e da Catalunha, milhares de pessoas fizeram-se a caminho do Porto de camioneta, de comboio ou de automóvel para dizer não ao bloqueio que os Estados Unidos impõem a Cuba há 38 anos.

«Fidel, amigo, o povo está contigo!» foi uma das palavras de ordem mais ouvidas durante a manifestação que percorreu a cidade desde a Praça Carlos Alberto até à Praça D. João I. Mas muitas outras foram gritadas por aqueles milhares de pessoas que contra a chuva persistente brandiam não só chapéus,

mas também bandeiras vermelhas: «Cuba sim, bloqueio não», «Cuba vencerá», «Contra o imperialismo, marxismo-leninismo».

Sempre sob o olhar atento de dois helicópteros de segurança que rasavam os prédios, a manifestação recolheu apoios dos populares que à sua passagem erguiam punhos, empunhavam retratos de Che Guevara e mostravam símbolos de Cuba.

Os jovens eram em tal número que quase fizeram desaparecer na multidão os participantes mais velhos. Cada um com a sua pronúncia, cada um com a sua bandeira: do PCP, da JCP,

do Partido Comunista de Espanha, da Galiza, do Movimento dos Sem Terra (Brasil), dos Zapatistas (México). As máquinas fotográficas também não ficaram em casa, para registar um dos momentos mais bonitos que o Porto viveu nos últimos anos.

Havia quem saltasse para cima dos bancos para ver o comprimento da manifestação. Era difícil descobrir onde começava e onde acabava. Quando os últimos manifestantes chegaram à Praça D. João I, já os discursos tinha terminado e uma moção contra o bloqueio tinha sido aprovada (*ver texto em separado*).

«Cuba mais firme que uma rocha»

Faltavam ainda umas horas para o espectáculo que às 21h30 praticamente encheu o Centro de Desportos e Congressos de Matosinhos. Estavam previstos quase 20 grupos entre os quais Carlos do Carmo, Sérgio Godinho, João Afonso, Vitorino e Janita Salomé.

A noite começou com o Coral de Letras da Universidade do Porto a cantar em coro com o público «Grândola, Vila Morena». Pouco tempo antes, o período do 25 de Abril foi homenageado de uma outra forma, com uma ovação espontânea a Vasco Gonçalves, sentado no meio de muitos anónimos: «O povo unido jamais será vencido!».

O grupo Quadrilha, Manuel Amorim, os galegos Teixadura e Uxia e Luís Represas animaram o pavilhão. Jorge Palma dedicou uma das suas mais bonitas canções aos cubanos: «Enquanto houver estrada para andar / a gente vai continuar / enquanto houver ventos e mar / a gente não vai parar».

Pouco depois de se anunciar Manuel Freire, o público sentiu que a seguir se iria provar que afinal eram verdadeiros os boatos que circularam toda a tarde e que diziam que Fidel Castro iria ao pavilhão. Num ambiente de euforia, o comandante finalmente entrou acompanhado por José Saramago, Carlos Carvalhas, Aleida Guevara, filha de Che Guevara, e Narciso Miranda, presidente da Câmara local.

«O Prémio Nobel 1998 está com a Revolução Cubana.» Foi desta forma que José Saramago iniciou a sua intervenção no Pavilhão de Matosinhos, local onde mais uma vez foi aclamado por quem o ouviu.

«A todos nós que admiramos Cuba, Fidel Castro dá todos os dias uma lição de coragem exemplar, num tempo como o nosso em que a abdicação da dignidade faz parte do quotidiano de todos os dias na maior parte do mundo», declarou Saramago, considerando que Cuba está «mais firme que uma rocha porque uma rocha gasta-se e até agora nada mudou nos cubanos».

Formulando o seu desejo «de que um dia cada ser huma-



Fidel Castro

«E com Cuba venceremos todos!»

Foi um «velho revolucionário e não um revolucionário velho» que esteve no palco do Centro de Desportos e Congressos de Matosinhos. Com estas palavras, Fidel Castro classificou-se a si próprio no início de um discurso improvisado, em que abordou inúmeros temas, como a situação interna em Cuba, a crise económica mundial ou o desaparecimento da União Soviética. Devido ao discurso, que durou cerca de duas horas e meia, grande parte dos artistas previstos não actuaram.

«Com Cuba o socialismo não morrerá», afirmou Fidel. «O milagre da multiplicação dos peixes e dos pães foi o que quisemos fazer e o que continuamos a querer fazer», acrescentou.

«Vejam como um pequeno país se manteve firme frente ao gigante até ao reconhecimento pela comunidade internacional», declarou. Para Fidel, «pode haver um retrocesso, mas é

impossível evitar novos e maiores avanços». «Os defensores da revolução não podem cruzar os braços, têm de lutar em todas as frentes e em todas as tribunas», sustentou.

Considerando que «o mundo global foi inventado por Marx, mas no sentido de se desenvolver a força produtiva e colocá-la ao serviço do homem», Fidel Castro afirmou-se «contra o tipo de globalização que estão a fazer, com multinacionais donas das riquezas e dos serviços do mundo».

«Mil milhões de habitantes servem apenas como mão-de-obra barata e o terceiro mundo foi transformado numa zona franca onde as grandes empresas não pagam sequer impostos», referiu Fidel, defendendo que «a nova ordem mundial criada pelos Estados Unidos está condenada» como mostra a crise asiática.

«E com Cuba venceremos todos! *Hasta la victoria, siempre!*», rematou Fidel.





no tenha o respeito pela sua dignidade, o respeito pela dignidade do seu povo, o respeito pela liberdade do povo», José Saramago referiu que todos «sabemos até que ponto é preciso ser corajoso, até que ponto é preciso ser valente, sob ameaças de toda a espécie» para que se continue a perseguir os seus ideais.

«Se não houvesse, como há, uma ligação profunda entre a vontade do povo cubano e Fidel Castro, Cuba não poderia sobreviver. Muitos de nós,

todos os dias, vamos aprendendo com a lição que o povo cubano nos dá», afirmou o Prémio Nobel.

O entusiasmo cresceu quando Fidel se aproximou do microfone. O discurso foi seguido por todos e mesmo quem teve alguma dificuldade em perceber o castelhano do comandante não deixou de entender as suas palavras (*ver texto em separado*).

O dia, que para muitos tinha começado na madrugada anterior, terminou às três da manhã. Sem dúvida, 24 horas memoráveis.

Participantes da Cimeira recebem moção

«Apelamos a todos os chefes de Estado e de Governo presentes na Cimeira Ibero-Americana que empreguem todos os seus esforços e promovam as iniciativas que possam contribuir para que o bloqueio a Cuba seja levantado, a bem da paz, da justiça e do desenvolvimento.»

Estas palavras resumem a moção dirigida aos participantes da Cimeira, aprovada por aclamação no final da manifestação que percorreu as ruas do Porto. O documento foi entregue a Jaime Gama, ministro dos Negócios Estrangeiros português.

«O bloqueio económico, comercial, financeiro e informativo imposto à República de Cuba desde há 38 anos é um acto unilateral que viola normas e princípios do direito internacional e afronta a soberania de uma nação independente», lê-se na moção.

Os signatários lembram que o bloqueio tem «limitado gravemente o progresso económico, condicionado o desenvolvimento e causado enormes sofrimentos à população» e consideram que «é por dever de justiça e um imperativo ético e de solidariedade humana, que manifestamos o nosso vivo protesto».

«O bloqueio, que tem sido repetidamente condenado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, assim como pelo Parlamento Europeu e pela Assembleia da República Portuguesa, pretende, através da asfixia económica e de todas as provações, vergar a vontade soberana de um povo», acrescenta a moção.

«O povo cubano, ao defender corajosa e heroicamente o direito de decidir o seu destino, é um exemplo de dignidade e credor da gratidão de todos os povos. A independência de cada país e a sua libertação de qualquer tutela imperial ou colonizadora é uma conquista da civilização», salienta.

«Não é possível um mundo com paz, justiça, desenvolvimento, igualdade de direitos, mantendo-se esta ferida aberta no continente americano», defende.

ONU condena bloqueio

Pelo sexto ano consecutivo, a Assembleia Geral das Nações Unidas condenou o bloqueio norte-americano a Cuba. Numa votação que teve lugar na semana passada, a moção foi aprovada com 157 votos a favor e 12 abstenções. Apenas os Estados Unidos e Israel votaram contra.

«Quem nunca duvidou de nós, quem temeu pela nossa sorte, quem nos acompanhou confiando na nossa vontade, firmeza e força viu colmatadas as suas esperanças: Cuba não só resistiu, como o seu povo foi capaz de sobreviver ao "fim da história" e à perseguição da maior potência de todos os tempos», referiu Roberto Robaina, ministro dos Negócios Estrangeiros cubano.

O número de vezes a favor do levantamento do bloqueio tem aumentado todos os anos: 59 votos em 1992, 88 em 1993, 101 em 1994, 117 em 1995, 137 em 1996 e 143 em 1997.

As organizações do PCP já estão em força na batalha pelo «SIM» no referendo sobre regionalização, a realizar no próximo dia 8 de Novembro. Aliás, dando início à sua pré-campanha, o PCP arrancou na passada sexta-feira com uma Jornada Nacional de Informação e Esclarecimento sobre a Regionalização que só terminará no próximo domingo.

A jornada, baseando-se em acções de contacto com as populações, debates, sessões públicas, comícios e outras iniciativas, a decorrer em todo o país com a participação do Secretário-geral e outros dirigentes do Partido, não esgotará, contudo, a intensa acção de esclarecimento que os comunistas estão a desenvolver. Esta prolongar-se-á até ao encerramento da campanha e, para além da multiplicação a nível local das referidas acções, incluirá muitas dezenas de comunicados às populações sobre os benefícios que advêm da regionalização para a democracia portuguesa, para a participação dos cidadãos na definição das políticas regionais e para o desenvolvimento das próprias regiões.

Foi assim com o debate que, na passada segunda-feira, o Sector Intelectual da DORL promoveu no Centro de Trabalho Vitória, com a participação de Carlos Carvalhas, e que juntou muitas dezenas de pessoas.

O Secretário-geral do PCP explanou as razões por que o PCP defende a regionalização e referiu as vantagens que a mesma representará para o desenvolvimento do País, perante uma assembleia que, embora muito participativa, levantou muitas dúvidas, interrogações, manifestando, por vezes, a necessidade de um maior esclarecimento.

«Se fosse possível fazer um programa das "Lições do Tonecas" sobre a regionalização - disse um militante - certamente o "sim" ganhava.» O actor Moraes e Castro, «professor» do Tonecas, que curiosamente se encontrava na sala, confessou ter tido dúvidas sobre o processo. Hoje, porém, não as tem,

Regionalização Uma batalha em curso

sendo para ele claro que Portugal beneficiará com a aproximação dos eleitos aos eleitores.

Carlos Carvalhas, voltando a explicar as vantagens da regionalização - «um grande instrumento para o desenvolvimento», lembrou que o mapa de oito regiões aprovado «teve em conta os pareceres das assembleias municipais».

Uma questão de Estado

Para o Organismo Inter-Regional do Alentejo (OIRA), a regionalização é «uma questão de Estado», não devendo ser «instrumentalizada em função de conjunturas políticas e de tacticismos e manobristas partidários».

Tais são, em sua opinião, as posições do PSD e do PP que, tendo sempre votado a favor da regionalização e nunca apresentando propostas alternativas, agora pretendem, através de uma campanha «terrorista», «desorientar, confundir e desmobilizar os eleitores, desacreditar os partidos e as instituições», que constitui «um insulto infame aos detentores de cargos públicos».

Nos órgãos do poder local, lembrou, estão milhares de cidadãos de todos os partidos que não podem ser acusados de anti-patriotas nem «tachistas», não provocam despesismo nem criam burocracias, não lançam nem podiam lançar - mais impostos sobre os portugueses.

É certo, diz o OIRA, que a democracia «pode ter alguns custos económicos». A experi-

ência de 48 anos de fascismo diz, porém, que a falta de democracia «não só tem custos económicos, como tem custos humanos, sociais, culturais e políticos bem mais elevados». E a regionalização é o «caminho mais seguro para valorizar os recursos humanos da região, potencializar os meios técnicos e as infra-estruturas existentes, acabar com o esvaziamento dos serviços nos distritos».

Por outro lado, os comunistas alentejanos querem à frente das regiões pessoas democraticamente eleitas, não imaginando um Presidente da Junta Regional do Alentejo a abandonar uma reunião em que se discutisse a reprogramação de um Quadro Comunitário de Apoio - como o actual Presidente da CCRA o fez -, em vez de reclamar os 25 milhões de contos necessários aos projectos das autarquias da região.

Os meios existem

A instituição, em 1976, da Região Autónoma dos Açores, traduzindo uma larguíssima descentralização de competências e de meios, foi altamente benéfica para o desenvolvimento da Região, afirmam os comunistas açorianos, perguntando como é, então, possível não concordar com uma descentralização no Continente.

A Constituição, lembra o PCP, define as Regiões Autónomas com poder administrativo e poder legislativo, dando apenas poder administrativo às Regiões Administrativas do Continente. Trata-se, por isso, de «duas realidades muito distintas», ainda que ambas assentando na descentralização de competências e meios e no envolvimento das populações na resolução dos problemas regionais.

Assim, os que dizendo-se autonomistas se afirmam contra as Regiões Administrativas assumem a posição «insustentá-

Sim
às Regiões
Portugal
fica
a ganhar

PCP

vel» de querer a descentralização em alto grau dos poderes do Estado no que a eles diz respeito e negar uma descentralização de muito menor grau para o território do Continente.

«É absolutamente falso» que a instituição das Regiões Administrativas motive a «divisão do bolo» e prejudique as Regiões Autónomas, prossegue o PCP/Açores. E explica: enquanto os meios atribuídos aos Açores e à Madeira estão estabelecidos e quantificados na Constituição da República, no Estatuto e na Lei das Finanças das Regiões Autónomas, os meios aplicados em projectos de desenvolvimento das Regiões Administrativas já existem, só que são geridos pelo poder central. Com a regionalização pretende-se que passem a ser geridos pelo poder regional que emana do voto popular.

Todos pelo «Sim»

Por sua vez, a Comissão concelhia de Avis, apela a toda a população para que vote «Sim», ao mesmo tempo que denuncia «as promessas de reformas mais altas, de redução de impostos ou de menos gastos com que alguns agora acenam», como se estas fossem «medidas alternativas» à regionalização e «incompatíveis entre si». Aliás, os que assim falam são «os mesmos que durante anos e anos» nunca se preocuparam com o desenvolvimento da região.

Defendendo a criação da Região do Alentejo, os comunistas de Avis afirmam aguardar a resposta do Governo PS às reivindicações já apresentadas para o desenvolvimento do concelho, relativas à melhoria dos acessos rodoviários (arranjo das estradas Avis/Pavia e Avis/Ponte de Sôr), a reposição dos serviços de saúde (que agora encerram as urgências entre as 0h00 e as 9h00 e o internamento do Centro de Saúde), condições de vida mais dignas.

Também a Direcção do PCP para o Vale do Ave defende o «Sim» à Região Entre Douro e Minho, tendo decidido, na sua última reunião, realizar, no dia 25 de Outubro, na cidade de Guimarães, um grande Comício com a participação de Carlos Carvalhas. Outras iniciativas estão, porém, programadas, designadamente no dia 31 em Fafe, Vizela e Vila Nova de Famalicão.

CAMARADAS FALECIDOS

Calvino Marques Esteves

Faleceu, no passado dia 14 de Outubro, com 76 anos de idade, o camarada Calvino Marques Esteves. Operário da antiga Cimentos-Tejo, desde cedo começou a participar na luta contra a exploração na sua terra, tendo aderido ao PCP em 1944. Em 1958, foi preso, juntamente com outros trabalhadores de Alhandra, na sequência da movimentação de massas em torno da candidatura do general Humberto Delgado. Alguns anos após o 25 de Abril voltou à CIMPOR/Alhandra, tendo feito parte da Comissão de Trabalhadores durante vários anos.

Jaime da Rosa Lopes (Feijó)

Faleceu no passado dia 12 de Outubro, na Horta, Açores, com 70 anos de idade, o camarada Jaime da Rosa Lopes, conhecido por Jaime Feijó. Mestre aposentado da Empresa das Lanchas do Pico (que assegura as ligações entre o Faial e o Pico), durante mais de 30 anos prestou incontáveis serviços a essas comunidades, designadamente procedendo à evacuação de doentes do Pico em dias de muito mau tempo. Em 1989, foi condecorado pelo

Presidente da República com a Ordem do Mérito, pelo seu «altruísmo, coragem e humanismo». Em 4 de Julho deste ano, a Câmara Municipal da Horta, por proposta do vereador da CDU, atribuiu ao Mestre Jaime Feijó o Diploma de Mérito do Município.

Militante do PCP desde 1974, foi durante vários anos membro da Comissão de Ilha e candidato da CDU. No seu funeral, que constituiu uma verdadeira homenagem do povo do Faial e do Pico, o PCP fez-se representar por uma numerosa delegação da DORAA e da Comissão de Ilha do Faial.

Manuel Ferreira Roberto

Com 90 anos de idade, faleceu recentemente em Sines, onde residia, o camarada Manuel Ferreira Roberto. Natural de Vendas Novas, homem do Partido desde os tempos do fascismo, foi eleito para a primeira Comissão Concelhia de Sines, após o 25 de Abril, grangeando grande estima entre camaradas e a população. Músico amador, fez parte da Banda Filarmónica de Sines.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Política Comum de Pescas PCP contra redução do esforço de pesca

A Comissão de Pescas junto do CC do PCP apresentou, na terça-feira passada, pela voz de Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política do PCP, um conjunto de soluções e propostas (a seguir transcritas) que, em sua opinião, devem ser defendidas na discussão da revisão da Política Comum de Pescas, hoje a realizar pelo Conselho de Ministros da União Europeia.

As pescas portuguesas enfrentam, no imediato e a curto prazo, problemas graves que a não serem resolvidos de acordo com os interesses nacionais colocam seriamente em causa a viabilidade futura de muitos dos segmentos da nossa frota.

Tendo presente a reunião do Conselho de Ministros da União Europeia do dia 22 de Outubro, na qual está agendada a discussão da revisão da Política Comum de Pescas, e a recente mudança de responsável por esta área no actual Governo, o PCP traz ao conhecimento da opinião pública três questões que, sem prejuízo de outras mais específicas, constituem questões centrais para a actividade das pescas portuguesas e para os cerca de 40.000 pescadores que nelas exercem a sua actividade.

Pesca da sardinha em perigo

É público que nos últimos anos a abundância de sardinha nas costas portuguesa e espanhola tem sofrido fortes oscilações, resultantes principalmente de variações ambientais (correntes, ventos, temperaturas, etc.) e não tanto, neste caso concreto, da exploração dos recursos. Bem pelo contrário, têm sido os pescadores, organizações de produtores e armadores portugueses, por sua própria iniciativa, que têm reduzido o seu esforço de pesca, para defesa dos recursos, sem quaisquer compensações, o que revela um alto grau de consciência e de sentido de responsabilidade que importa sublinhar.

É o que está a acontecer em 1998, com a redução da actividade em 10% e a 180 dias de pesca por ano.

O PCP tem acompanhado, desde sempre e com preocupação, a situação dos mananciais da sardinha e as medidas necessárias à defesa do recurso mas também à defesa desta actividade, o que levou ainda recentemente uma delegação do nosso Partido a visitar e a reunir com dirigentes do IPIMAR. É que a sardinha representa cerca de metade das capturas totais em águas nacionais suportando a pesca do cerco toda uma actividade ao nível da indústria de conservas que, no conjunto, são responsáveis por mais de 8000 empregos directos. Acresce que estamos perante uma pescaria sem grandes alternativas de



reconversão para outras actividades.

Daqui, a nossa forte preocupação pelas informações que apontam para a possibilidade da Comissão Europeia vir a impor uma redução, para 1999, do esforço de pesca na sardinha que poderia atingir os 90%. Esta proposta baseia-se aparentemente em relatórios de peritos e instituições como o Conselho Internacional para a Exploração do Mar que afirma estarem "os stocks fora dos limites biológicos de segurança".

Sem pretendermos pôr em causa os relatórios científicos, a verdade é que, já posteriormente,

outros estudos apontam para uma subavaliação da biomassa, pelo que não se justificariam reduções tão drásticas do esforço de pesca que, a concretizarem-se, teriam gravíssimas consequências para a pesca da sardinha, para a indústria de conservas e para muitas comunidades que dependem em grande medida da pesca do cerco.

Importa ainda sublinhar que a situação da distribuição dos mananciais da sardinha é muito diferente de zona para zona. Assim, enquanto em toda a costa Sul de Portugal (a zona que vai da Costa Vicentina e se prolonga até Cádiz) — de acordo com os próprios relatórios científicos — não existem problemas de stocks, designadamente de juvenis, a situação parece diferente na Costa Norte de Espanha (Galiza). O próprio relatório do cruzeiro realizado em Março/Abril de 1998 pelo navio de investigação português "Noruega", cobrindo a costa continental portuguesa e parte da

costa espanhola (Golfo de Cádiz), afirma "que se verifica um aumento geral do número total estimado de sardinha nos cruzeiros efectuados entre Fevereiro de 1996 e Março de 1997, estando a abundância de sardinha em Março de 1998 sensivelmente ao nível da estimada em Março de 1997".

Neste quadro e tendo em conta que Portugal tem um nível médio de desembarques anuais de 90.000 toneladas e a Espanha de 20.000/30.000 toneladas e que os problemas de stocks, particularmente de juvenis são bem mais graves na costa espanhola do que na costa portuguesa, o PCP recla-

ma do Governo português a adopção das seguintes medidas para uma posição negociada no próximo Conselho de Ministros das Pescas da União Europeia:

- aprofundamento dos trabalhos de investigação científica numa perspectiva dinâmica de apuramento da situação real dos stocks de sardinha;
- separação, para efeitos de adopção de medidas de gestão, da situação dos stocks nas costas portuguesa e espanhola;
- não aceitação para Portugal de uma nova redução do esforço de pesca para além daquela que o País já realizou em 1997 e 1998, por claramente injustificada.

Em perigo Acordo com Marrocos

Como por várias vezes já tem sido alertado, o Acordo de Cooperação entre a Comunidade Europeia e Marrocos em matéria de pesca terminará a sua vigência em Novembro de 1999, tendo Marrocos já feito saber que tal acordo não seria renovado.

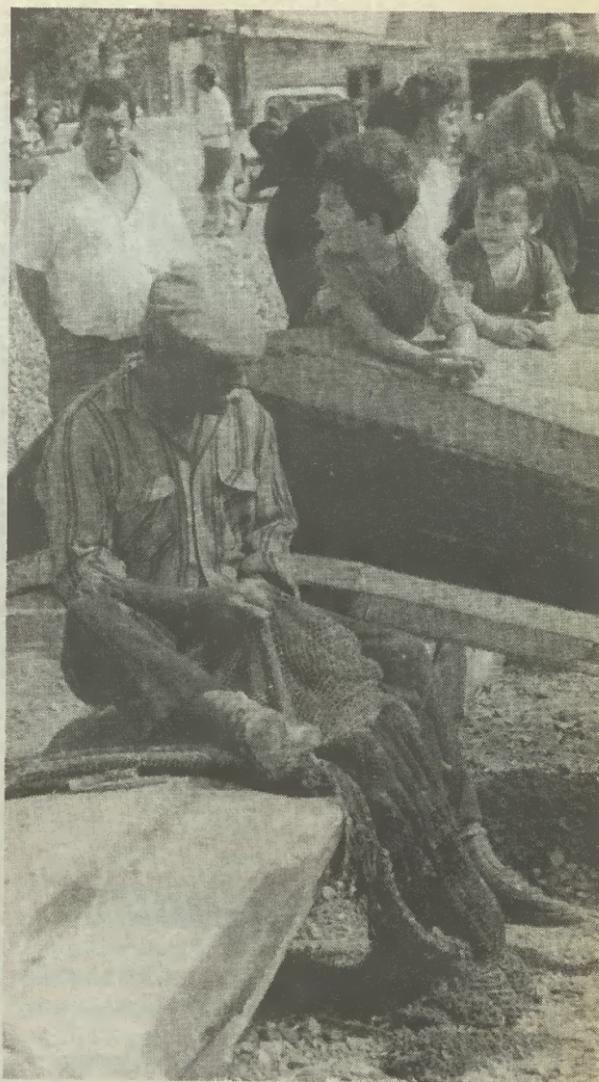
Este Acordo é particularmente importante para as pescas portuguesas. No seu âmbito, 51 embarcações com comprimentos iguais ou superiores a 12 metros operam nas águas marroquinas, correspondendo a 1/5 do total nacional da arqueação bruta, cujas características são as da pesca artesanal pertencentes, na generalidade, a empresas familiares. Entre tripulantes embarcados e pessoal de terra o Acordo dá emprego a 1.260 inscritos marítimos. Só a Olhão e a Sesimbra estão afectas 36 das 51 embarcações que operam em Marrocos.

A taxa de utilização do Acordo está acima dos 90% e às 7.500 toneladas de pescado capturado anualmente correspondem um valor de cerca de 3,4 milhões de contos anuais, quase totalmente descarregado em portos portugueses. Descontados os desembarques da sardinha, as descargas da frota de Marrocos correspondem a 12% da quantidade e 13% do valor dos desembarques nacionais.

Todos estes dados são do conhecimento do Governo e foram, aliás, recentemente divulgados pela Direcção-Geral das Pescas.

Ora, a questão que se coloca é saber o que o Governo tem feito para defender os interesses portugueses protegidos pelo Acordo. É que Marrocos tem insistentemente afirmado que a sua posição de não renovação do Acordo para defesa dos seus próprios recursos e actividade não tem nada a ver com a pesca portuguesa mas particularmente com a frota espanhola que tem assumido posições depredadoras dos recursos e lesivas dos interesses marroquinos.

Assim sendo, e tendo em conta como o próprio Governo reconhece, que a renegociação do Acordo com Marrocos é



Para a reunião de Conselho de Ministros da UE, o PCP aponta três questões centrais para a defesa da actividade das pescas e dos cerca de 40.000 pescadores portugueses

essencial para a frota portuguesa, é vital que o prosseguimento da actividade da frota portuguesa que opera em Marrocos seja dissociada da actividade de outras frotas e de acordos globais da Comissão Europeia que só prejudicam as pescas portuguesas.

Nesse sentido, o PCP propõe que o Governo português crie as condições para uma negociação bilateral de Portugal com Marrocos, dado que, como afirma a própria Direcção-Geral das Pescas, nada impede que, mesmo num Acordo de Parceria entre a Comunidade e Marrocos, existam "várias componentes" diferenciadas consoantes os países.

Defender os recursos das águas nacionais

Um terceiro conjunto de questões essenciais para o futuro da pesca em Portugal tem a ver com a revisão da Política Comum de Pescas, previsto para 2002. Os primeiros passos já começaram a ser dados pela Comissão Europeia com o envio de um inquérito às organizações do sector em toda a Europa comunitária. Sem prejuízo de uma tomada de posição mais desenvolvida num próximo futuro, o PCP desde já chama a atenção e reclama do Governo português:

- a elaboração, em articulação com as organizações representativas do sector, de uma estratégia de defesa dos interesses nacionais e de propostas a apresentar à Comissão Europeia antes dos factos estarem consumados, designadamente a defesa intransigente da zona das 12 milhas (não aceitando nenhuma redução) como área de soberania nacional reservada exclusivamente às frotas nacionais dos Estados ribeirnhos;

- a defesa de um direito de pesca preferencial na zona

contígua (até às 24 milhas náuticas) e a possibilidade de Portugal, pela sua situação especial, poder alargar esse direito de pesca para além daquela área;

- a recusa do sistema de gestão de quotas individuais transferíveis (ITQ) por tal significar o estabelecimento de um direito de propriedade privada no mar com a consequente concentração das licenças de pesca na posse de um reduzido número de empresas e a perda do acesso aos recursos pesqueiros pelas frotas e populações ribeirnhas, designadamente as que se dedicam à pesca artesanal;

- a defesa de políticas e medidas de gestão que respeitem as diferentes condições biogeográficas e sociais das pescas europeias e relacionem a dimensão e responsabilidades de cada frota com o potencial dos respectivos recursos. Isto é, a frota portuguesa não pode ser penalizada por actividades de sobrepesca e de delapidação de recursos causados por outras frotas.

Por último, em relação ao espadarte, cuja actual distribuição de quotas é manifestamente injusta para a nossa frota face ao que está atribuído aos espanhóis (560 toneladas para a nossa frota no Continente e 6.000 toneladas para a frota espanhola) e dado tratar-se de capturas a exercer nas nossas águas, impõe-se garantir uma correcção a tais montantes de forma a que a frota portuguesa não fique na situação inaceitável de subalternização que os números acima referidos evidenciam.

Face à importância e gravidade dos assuntos que estão em cima da mesa, o PCP vai requerer a chamada, com urgência, à Comissão de Agricultura da Assembleia da República, do novo secretário de Estado das Pescas para confrontar o Governo português com os problemas existentes e com as soluções propostas.

Emigração Eurodeputado comunista questiona CE

O eurodeputado do PCP, Sérgio Ribeiro, dirigiu uma pergunta escrita à Comissão Europeia sobre a regulamentação holandesa relativa aos custos dos documentos de residência emitidos aos cidadãos dos Estados membros.

De facto, enquanto as autoridades holandesas cobram 500 florins (cerca de 45.000\$00) pela atribuição de documentos de residência, a cidadãos não nacionais que requerem uma autorização permanente, cobram

apenas 35 (cerca de 3.000\$00) pelo documento nacional de identificação.

Em Abril de 1997, em resposta a uma pergunta do mesmo deputado sobre o assunto, a Comissão respondeu não estar satisfeita com a resposta das autoridades neerlandesas, indo enviar «um parecer fundamental aos Países-Baixos». Entretanto, uma vez que, mais de um ano passado, a discriminação se mantém, Sérgio Ribeiro pergunta agora à Comissão «que acções

foram entretanto desenvolvidas e que medidas foram tomadas para que este assunto seja solucionado de forma satisfatória.»

Ao mesmo tempo, o PCP, criticando o Governo português que «nada fez» em relação a esta matéria, diz que a comunidade portuguesa não esquece a sua recusa de apoio à luta pela alteração à lei (holandesa) de retorno -afinal, vitoriosa -, no sentido de incluir os imigrantes originários dos países do sul da Europa membros da União Europeia.



LISBOA

PCP recebe estudantes

Em cima, uma delegação do PCP, constituída pelo Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, Edgar Correia e Luísa Araújo, da Comissão Política, e António Ângelo, da JCP, recebeu na passada quinta-feira, no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, uma delegação das Associações Académicas de Estudantes do Ensino Superior.

Em baixo, Carlos Carvalhas e Edgar Correia encontram-se, na segunda-feira, com uma delegação da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

COIMBRA

Que rumo para o ensino?

Na passada quinta-feira, realizou-se em Coimbra - no âmbito do ciclo «Portugal 2000 - Debates para uma Política de Esquerda» -, um debate subordinado ao tema «Sistema Educativo em Mudança - Com que Rumo?».

O painel de participantes era composto por António Silva, Presidente da Associação Académica de Coimbra, Fernando Cabral Pinto, Presidente do Conselho Científico da ESE J. Piaget, de Vila Nova de Gaia, Fernando Gomes, ex-presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais, e Paulo Sucena, Secretário-geral da FENPROF.

Na discussão - viva e fortemente participada por uma numerosa assistência - foi vastíssimo o leque de questões tratadas, uma vez que o título escolhido propunha uma grande abertura temática e as experiências dos presentes eram ricas e diversificadas. Ao longo do debate emergiram claramente dois planos de abordagem: o de análise, diagnóstico e intervenção no interior do Sistema de Ensino e o do desenvolvimento e clarificação de um projecto autónomo e alternativo que congregue vontades e dê conteúdo a uma verdadeira política de esquerda para o sector.

AÇORES

Urge aumentar investimento

Na reunião que realizou no passado sábado, a Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores, reiterando posições já assumidas pelo seu Secretariado no que respeita à eventualidade de apresentação de uma moção de censura ao Governo PS, garante que não aprovará tal moção e que defenderá junto do ministro da República a constituição de um novo governo da responsabilidade do PS.

O PCP fundamenta a sua posição no facto de considerar «inadmissível» e «uma total perversão da democracia», um eventual regresso do PSD ao poder, sem que tal seja determinado por eleições.

Quanto ao Orçamento do Estado para 99, os comunistas consideram essencial que ele reflecta a determinação em recuperar dos efeitos negativos das catástrofes naturais de 96, 97 e 98 na região; que para além da recuperação, exista um claro esforço de investimento público, visando a expansão da economia e que ele reflecta ainda medidas justas de adaptação fiscal, que a Lei de Finanças Regionais permite, e disponibilize meios aceitáveis para a redução do custo do transporte aéreo entre ilhas.

Será, assim, em função da evolução destas três linhas centrais que oportunamente definirá as propostas de alteração e o sentido final de voto.

Saúde

«Lobbies» contrariam SNS

Com a presença de Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP, realizou-se, na passada sexta-feira, uma reunião de quadros do Sector da Saúde da ORL, integrada nos trabalhos preparatórios da Assembleia do Sector.

Na reunião, que visou uma ampla troca de informações e de opiniões sobre questões da política de saúde e sobre as principais questões sindicais e socioprofissionais dos trabalhadores da saúde, participaram cerca de meia centena de militantes: médicos, enfermeiros e trabalhadores da Função Pública da área da Saúde.

O debate centrou-se fundamentalmente sobre a apreciação do actual estado do Serviço Nacional de Saúde e sobre as diversas intervenções no terreno.

Foi opinião unânime que a situação na área da saúde continua a ser motivo de profunda insatisfação para a generalidade da população e dos profissionais do sector.

A afirmação pública, por parte do Ministério da Saúde,

do papel estratégico essencial do SNS, revestindo-se de indiscutível importância, contrasta com a manutenção e até o agravamento da situação no que se refere à prestação dos cuidados de saúde e aos problemas dos profissionais.

Foi salientado que dentro do próprio SNS, e no quadro da saúde, se movimentam importantíssimos lobbies e interesses de grandes grupos económicos que procuram contrariar a existência de um SNS que dê resposta à melhoria dos cuidados de saúde aos portugueses e aos interesses dos profissionais.

Para os militantes da ORL, o SNS foi uma conquista maior do 25 de Abril, sendo de combater as pressões - que continuam em cima da mesa - para que este seja reduzido a um serviço de prestação de cuidados de

carácter assistencialista - para os mais pobres.

Aliás, para o PCP, a defesa do SNS é indissociável do combate aos interesses das multinacionais dos medicamentos e dos equipamentos, da área das convenções, aos grupos económicos empenhados na privatização da saúde, aos grandes construtores civis.

No debate, foram abordadas ainda algumas iniciativas do Partido, designadamente o projecto legislativo de um Programa de redução de gastos com medicamentos, cujas ideias fundamentais já foram apresentadas pelo PCP, em conferência de imprensa, bem como a apresentação futura pelo Partido de uma nova Lei de Bases da Saúde.

O encontro analisou ainda os projectos do PCP, em elaboração, sobre um Programa Especial de Acesso aos cuidados de saúde, sobre Gestão Democrática dos Centros de Saúde e sobre o Financiamento do SNS.

Referidas, ainda, foram as lutas dos profissionais de saúde

e os êxitos alcançados, nomeadamente pelos médicos e enfermeiros. Assim como foram tecidas críticas aos médicos que realizam a greve *self-service* decretada pelo SIM, pelos problemas que causam aos utentes.

Os participantes sublinharam a importância da intervenção dos comunistas nos locais de trabalho em defesa do SNS, a necessária articulação das lutas dos diversos profissionais da saúde, dos movimentos reivindicativos dos profissionais e dos utentes na exigência de um efectivo direito à saúde e a necessidade de realização regular de reuniões deste tipo.

Ao mesmo tempo, foi constatado o largo prestígio que o PCP tem, como Partido que sempre se bateu pelo SNS, pelo direito à saúde dos portugueses.

O reforço orgânico e de intervenção do Partido no sector, foi outro tema abordado e que, na opinião dos presentes, deve continuar a ser debatido no quadro da preparação da Assembleia do sector.

Póvoa do Lanhoso

Supremo Tribunal suspende aterro

A Comissão Concelhia de Póvoa do Lanhoso do PCP considera «justa e equilibrada» a decisão do Supremo Tribunal de Justiça «sobre os efeitos suspensivos» do Aterro Sanitário Intermunicipal da Serra do Carvalho (BRAVAL) mas lamenta que a mesma venha pôr em causa milhões de contos ali investidos.

De facto, a decisão de instalar um Aterro entre as freguesias de Lanhoso e Pedralva, numa zona com solo de características graníticas e, portanto, susceptível de impedir «o escoamento dos líquidos resultantes do tratamento de resíduos» e favorecendo «uma possível poluição dos lençóis

de água e do meio ambiente», mereceu desde a primeira hora o parecer negativo do PCP. Meses antes das eleições autárquicas, os comunistas haviam promovido um debate sobre a problemática do Aterro, tendo, então, alertado para os perigos da sua instalação naquela zona. Mas a decisão foi tomada com a aprovação política do Presidente da Câmara Municipal da Póvoa do Lanhoso que, segundo o PCP, agora deve assumi-la juntamente com a Câmara Municipal de Braga e de Vieira do Minho, de forma a encontrarem uma solução político-legal para o problema.

Famalicão

Ilegalidade na Cegonhaira

Sem requerer a Assembleia de Credores ou o Tribunal decretar falência, os «Irmãos Carvalho, Lda.», em Cegonhaira, encerraram a empresa, ignorando uma vida inteira de dedicação dos seus 33 trabalhadores que, empurrados por este comportamento, se concentraram junto ao portão da empresa, exigindo trabalho e o salário de Setembro.

A Comissão Concelhia de Vila Nova de Famalicão do PCP, solidarizando-se com os trabalhadores, acusa a Inspeção-

-Geral de Trabalho de estar a dar cobertura «ilegal e imoral» a este «lock-out».

É preciso que as autoridades exijam dos «patrões da Cegonhaira» explicações sobre as razões por que não dão cumprimento às encomendas existentes no sector da fundição e, optando por encerrar as portas da empresa e, desrespeitando a lei e o sofrimento humano, lançam no desemprego os trabalhadores, defende o PCP, exigindo o fim da «gula fácil» do negócio imobiliário.

Barcelos

FMAC

desrespeita a lei

A administração da empresa FMAC, de Palmeira de Faro, Esposende, ligada ao vereador socialista Carlos Quinta e Costa, não está a cumprir a lei das 40 horas de trabalho, obrigando os trabalhadores a laborar ao sábado como dia normal de trabalho.

«Quem não é capaz de respeitar os direitos dos trabalhadores também não é capaz de se empenhar na resolução dos

anseios e aspirações dos barcelenses e muito menos de trabalhar pelo progresso de Barcelos», diz a Comissão Concelhia de Barcelos do PCP, a quem cabe a denúncia.

«Inqualificável» é também, para o PCP, o silêncio da Inspeção-Geral de Trabalho neste caso. «Por que não interveio ainda?», pergunta. «Por estar envolvido um vereador do Partido Socialista?»

Junta de Sacavém

Inauguração à «moda antiga»

A área da Expo'98 deu lugar, na sexta-feira passada, ao Parque das Nações, inaugurado pelo primeiro-ministro.

Comportando-se como um «regedor à moda antiga», o Presidente da Junta de Freguesia de Sacavém, entendeu que, nesta inauguração, o primeiro-ministro era «merecedor» de um «banho de multidão».

Assim, denuncia a Comissão de Freguesia de Sacavém do PCP, «incapaz de mobilizar os sacavenenses» para a iniciativa, o Presidente da Junta «alugou um autocarro, encerrou actividades e serviços da Junta de Freguesia

e levou os trabalhadores ao Parque das Nações», «para engrossarem o número de pessoas presentes e, assim, ajudar a transformar artificialmente uma simples inauguração, numa mistificada «demonstração de apoio» ao Governo PS».

Face a isto, os comunistas de Sacavém, protestando pública e energeticamente «contra a utilização dos meios, dinheiros e trabalhadores da Junta para farsas partidárias», alerta os sacavenenses para comportamentos idênticos que a aproximação das eleições legislativas faz prever.

NACIONAL

X Congresso sobre o Alentejo em Serpa

Amplo consenso em torno do *Sim*

Mais de meio milhão de participantes no X Congresso sobre o Alentejo reafirmaram no sábado, 17, em Serpa, o apoio à regionalização e à Região Alentejo. Os congressistas, reunidos em plenário ao longo de todo o dia, aprovaram por unanimidade um documento que apela ao empenhamento dos defensores da regionalização na vitória do *Sim* no referendo nacional de 8 de Novembro próximo.

O X Congresso sobre o Alentejo, convocado em sessão extraordinária para Serpa, foi um êxito quer pela qualidade e diversidade das intervenções e pela quantidade das presenças – veio gente de todo o Alentejo e ainda representações dos alentejanos da Grande Lisboa e do estrangeiro – quer, sobretudo, pela convergência de posições a que se chegou.

As estatísticas da organização indicam que participaram 556 congressistas, dos quais 239 representando câmaras e assembleias municipais, juntas e assembleias de freguesia, associações de municípios e regiões de turismo e 317 representando 118 organizações como partidos políticos, movimentos de cidadãos pelo *Sim*, imprensa regional, grupos desportivos e culturais, associações de estudantes, associações de reformados, casas do povo, estabelecimentos de ensino universitário e politécnico e secundário, associações de bombeiros voluntários, sindicatos, comissões de trabalhadores, associações de caçadores, associações de deficientes, associações de desenvolvimento regional e local, associações de empresários, cooperativas agrícolas, de consumo e de habitação, seguradoras, bem como vários empresários a título individual e muitos congressistas em nome pessoal, além de representantes de organismos desconcentrados do Estado.

No Congresso de Serpa, cujo tema central foi “Regiões administrativas, factor de coesão e desenvolvimento”, vários espe-

cialistas – desde Carmelo Aires, vereador da Câmara Municipal de Évora, até Margarida Cancela de Abreu, directora regional do Ordenamento do Território, passando por Rogério de Brito, presidente do Conselho da Região Alentejo – subiram à tribuna para abordar as competências e atribuições, o financiamento e as relações institucionais das futuras regiões administrativas, bem como o seu papel no desenvolvimento. Além destes, vários oradores participaram nos debates e sublinharam que “as regiões administrativas são um investimento na democracia” e um instrumento capaz de trazer mais e melhor desenvolvimento ao país, pelo que há que lutar por elas.



Centenas de congressistas participaram na reunião de Serpa

cialistas – desde Carmelo Aires, vereador da Câmara Municipal de Évora, até Margarida Cancela de Abreu, directora regional do Ordenamento do Território, passando por Rogério de Brito, presidente do Conselho da Região Alentejo, Joaquim Miranda, deputado do Parlamento Europeu, e por Bento Rosado, gestor do Programa Operacional da Região Alentejo – subiram à tribuna para abordar as competências e atribuições, o financiamento e as relações institucionais das futuras regiões administrativas, bem como o seu papel no desenvolvimento. Além destes, vários oradores participaram nos debates e sublinharam que “as regiões administrativas são um investimento na democracia” e um instrumento capaz de trazer mais e melhor desenvolvimento ao país, pelo que há que lutar por elas.

João Rocha, presidente da Câmara Municipal de Serpa, anfitrião do X Congresso, fez a saudação de abertura em que desmontou os argumentos dos anti-regionalistas e apelou à

mobilização dos cidadãos no sentido da vitória do *Sim* no referendo de 8 de Novembro. O discurso de encerramento foi feito por José Maria Pós-de-Mina, presidente da Câmara Municipal de Moura, que lembrou ser a regionalização não uma varinha mágica que vai resolver todos os problemas mas

“um instrumento indispensável à afirmação do Alentejo como um espaço onde dê gosto viver e trabalhar e onde o progresso possa ser uma realidade”. No decorrer dos trabalhos, o X Congresso sobre o Alentejo aprovou ainda uma saudação pela atribuição do Nobel de Literatura a José Saramago e um voto de pesar pelo desaparecimento de António Alexandre Raposo, que será homenageado no próximo Congresso, em 1999, no Litoral Alentejano.

Debates no Algarve e Loures

Cerca de 80 pessoas participaram na sessão de esclarecimento promovida pelo Movimento “SIM pela Regionalização, SIM ao Algarve”, que decorreu dia 15 no salão nobre da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

A sessão contou com as intervenções de Elisabete Azevedo e Carlos Brito, da Comissão Executiva do movimento, que enun-



Congresso reuniu um claro consenso pelo *Sim* às regiões

ciaram, entre as principais vantagens da regionalização, a necessidade de uma voz na região que represente as aspirações da população algarvia junto do governo central, dar rosto a quem manda e decide os destinos da região através da eleição, obrigando os dirigentes regionais a prestarem contas junto do eleitorado, coordenar os interesses dos vários municípios que necessitam de um órgão perto, com capacidade de decisão e de financiamento.

De entre os participantes surgiram várias intervenções com exemplos concretos das dificuldades do que é viver na *provincia*, vítima de um Estado centralizador e burocrático.

Também no Algarve, a JCP divulgou publicamente - em debate realizado na Universidade, que contou com a participação de mais de 200 estudantes e professores e do secretário-geral do PCP - um manifesto com 6 razões para defender a regionalização.

No manifesto, os jovens comunistas defendem que a regionalização não irá dividir o país, antes procurará esbater as divisões económicas hoje existentes e consideram que os custos serão certamente inferiores ao “dinheiro gasto pelos aparelhos dos Governos Cívicos e CCRs (2000 funcionários) e outras estruturas desconcentra-

das”. O Manifesto sublinha ainda as vantagens para a democracia e para os jovens, pois, actualmente, qualquer decisão sobre questões como educação, associativismo, desporto ou tempos livres está dependente de um aparelho burocrático que tem de esperar

por uma decisão de Lisboa. Em Loures, a Comissão Promotora do “SIM às Regiões” promoveu terça-feira, dia 20, um jantar de apoiantes da regionalização. Nesta iniciativa foi apresentado um manifesto a distribuir à população do Concelho apelando ao voto no SIM.

JCP prepara intervenção

No fim-de-semana de 10 e 11 de Outubro, a JCP levou a cabo por todo o país uma série de actividades e discussões em torno do início do ano lectivo, da marcação do 6.º Congresso, da regionalização, do aniversário da JCP ou do pacote laboral.

Reunidos na Covilhã, mais de vinte jovens comunistas do Distrito de Castelo Branco (Castelo Branco, Covilhã, Paúl, Belmonte e Fundão) fizeram o balanço da abertura do ano lectivo, quer nas escolas do ensino secundário quer do superior. Reiteraram o seu apoio à regionalização e à instituição da região administrativa da Beira Interior, marcaram discussões acerca do pacote laboral. E enviaram os parabéns a Saramago, pelo Nobel da Literatura.

No Porto, a direcção distrital aprovou a divulgação de uma nota de imprensa a propósito da presença de Fidel Castro no nosso país, em que se sublinha que a JCP do Porto se associa a “todas as iniciativas de solidariedade para com o povo cubano e contra o bloqueio norte-americano à República de Cuba” por ocasião da Cimeira Ibero-Americana. À reunião da direcção distrital seguiu-se uma conversa de café sobre regionalização. As dúvidas mais frequentes dos quase 40 jovens comunistas situaram-se na área do trabalho.

Em Beja, jovens dos colectivos de Beja, Serpa, Aljustrel, Cabeça Gorda, Pias, Castro Verde e Mértola reuniram para discutir questões de organização e marcar iniciativas. Em causa esteve, como de resto nos outros distritos, a realização do 6.º Congresso da JCP e a celebração do 19.º aniversário da organização. Decidiu-se, entre outras coisas, participar nas actividades da campanha do referendo, marcar reuniões de colectivos de escola e fazer um levantamento dos novos militantes.

Em Coimbra, os jovens da organização do secundário reuniram-se em plenário. Em debate estiveram a abertura do ano lectivo, a participação da JCP no movimento associativo e nas escolas, bem como a campanha da educação sexual implementada pelos jovens comunistas.

No concelho de Sintra, cerca de 30 jovens reunidos em plenário discutiram questões de organização e actividades a desenvolver. Para a campanha da regionalização ficaram já marcadas pinturas de murais e a colocação de faixas da JCP alusivas ao referendo. Preparou-se também a intervenção neste ano lectivo nas escolas do secundário.

Por fim, a Comissão Distrital da JCP de Setúbal reuniu dia 11 para analisar a situação política e social e traçar algumas linhas de trabalho. Reforçando o seu apoio à regionalização, a JCP de Setúbal tomou também posição contra a incineração na Arrábida e o tratamento de resíduos no Barreiro. A propósito do 6.º Congresso, a organização de Setúbal estabeleceu como meta o recrutamento de 500 novos militantes.

Aproveitando a presença do secretário de Estado do Emprego no Distrito, os jovens comunistas de Setúbal vêm uma vez mais questionar a política do governo que está a levar à criação de “uma geração de trabalhadores em part-time, sem férias, com baixos salários, com mais precariedade, sem direitos e sem futuro”.

A Direcção Nacional da JCP tomou entretanto posição sobre algumas questões de ordem internacional, de solidariedade com o povo cubano e de total discordância com a intervenção da NATO no conflito interno jugoslavo.

Barreiro contra resíduos perigosos

Uma *marcha do não* à instalação de uma Estação de Tratamento de Resíduos Industriais na Quimiparque, no concelho do Barreiro, reuniu ontem, quarta-feira, populares e estudantes do secundário e ensino básico.

Para as associações de estudantes, que participam activamente neste protesto, a pretensão de instalar esta estação na Quimiparque, a menos de um quilómetro de um hipermercado e do futuro estabelecimento de ensino superior “é inqualificável e vergonhosa, e só poderá ser explicada pela sede de lucro de certas empresas que tantas vezes põem em causa e a qualidade de vida das populações”.

Um apelo aos cidadãos do Barreiro para manifestarem a sua oposição à instalação de Estação de Tratamento de Resíduos Industriais foi entretanto aprovado por unanimidade da Assembleia Municipal. Na moção afirma-se que o Barreiro não aceita a instalação desta estação em pleno centro populacional, com todos os riscos que lhe são inerentes e sublinha-se que tal projecto, que seria um regresso ao passado, irá comprometer irremediavelmente o desenvolvimento do concelho, em termos económicos, sociais e culturais.

Saudações a Saramago

A Assembleia Municipal do Barreiro aprovou por unanimidade, na última sessão extraordinária, uma saudação a José Saramago,

pelo Nobel de Literatura, agradecendo-lhe pelo contributo inestimável da sua obra.

Em 1990, quando das comemorações do 25 de Abril, Saramago deixou no Barreiro o seu testemunho, entretanto editado pela Câmara, sendo esta autarquia provavelmente a única a ter hoje uma obra exclusiva do Nobel da Literatura.

A Câmara Municipal da Moita aprovou igualmente uma saudação ao escritor, sublinhando que Saramago, “como cidadão e como escritor, nos 75 anos da sua existência, revela uma permanente coerência”, exemplo vivo do humanismo propugnado por Bento de Jesus Caraça, patrono da Biblioteca Municipal.

Explosões em Matosinhos Verdes tomam posição

Em voto de pesar apresentado na Assembleia da República, a propósito do incêndio e explosões que, em Matosinhos, provocaram a morte de uma pessoa, o grupo parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” sublinha a extrema gravidade deste acidente, manifesta a sua solidariedade para com todos os que foram atingidos pelo acidente e exige que se desenvolvam e concluam todas as diligências com vista ao total apuramento de responsabilidades.

TRABALHADORES

Sindicatos pelo «sim»

O «novo e progressivo alinhamento administrativo» representado pela regionalização foi defendido na semana passada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve.

Num comunicado, o sindicato nota que «não é por acaso que os grandes grupos económicos do País e as suas confederações estão contra a regionalização», pois «sabem que a centralização das decisões e concentração de poderes favorece os seus interesses», uma vez que «facilita a corrupção, possibilita a criação de sistemas restritos, ou fechados, de favorecimentos para os seus investimentos e, com isso, acentua as assimetrias e o desequilíbrio no mercado de trabalho».

Aprovada a lei-quadro das regiões administrativas em 1991, foi decidido o referendo, mas os seus defensores recusaram referendar questões da integração de Portugal na CEE, os tratados de adesão, a moeda única... «Estranha democracia», comenta o sindicato algarvio, que defende órgãos regionais eleitos democraticamente pelas populações.

O sindicato salienta que, «de todas as regiões apontadas, é a do Algarve a que sem sombra de dúvida se assume como a mais característica e pacífica». O «sim» nas duas perguntas do referendo de 8 de Novembro é defendido pelo movimento sindical unitário e foi objecto de uma resolução do Conselho Nacional da CGTP.

Outra vez na EPV

Um processo disciplinar instaurado pela Empresa de Pesca de Viana a 12 trabalhadores, com vista ao despedimento, foi severamente condenado pela União dos Sindicatos do distrito. Em declarações à Lusa, o coordenador da USVC/CGTP denunciou atrasos no pagamento de salários e contestou o motivo invocado pela EPV para os processos disciplinares, esclarecendo que os trabalhadores paralisaram o trabalho ao abrigo de um pré-aviso de greve emitido pela União, como forma de pressionar a empresa a regularizar os vencimentos.

Por isso, disse Fernando Silva, a decisão da administração «não passa de uma manobra para, mais uma vez, proceder ao despedimento de um conjunto de trabalhadores que a incomodam». «Nos últimos anos, este cenário repetiu-se inúmeras vezes», lembrou o sindicalista, afirmando que «iremos accionar todos os mecanismos que estão ao nosso alcance para obrigar a administração a respeitar os direitos dos trabalhadores».

A propósito da VIII Cimeira
Sindicato reclama medidas na hotelaria do Porto

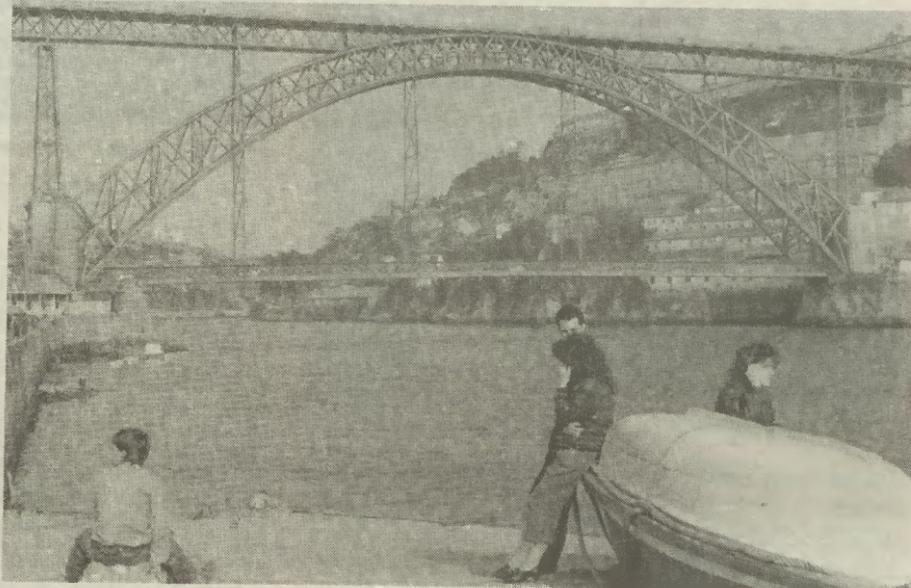
Apesar das generosas afirmações, o Governo «nada tem feito para a preservação da qualidade dos serviços e para a criação de mais emprego e emprego com direitos», acusam os sindicalistas, que reúnem segunda-feira com a IGT.

Nas vésperas da reunião magna dos chefes de Estado e de governo, o Sindicato da Hotelaria do Norte manifestou a sua satisfação por a Cimeira se realizar no Porto e alertou para alguns graves problemas sociais, exigindo a actuação do Governo e da Câmara Municipal.

Depois de salientar que a cidade demonstrou possuir «todas as condições, inclusive de alojamento, para receber iniciativas com esta grandeza», o sindicato — no comunicado de imprensa distribuído dia 15 — denuncia o facto de haver «unidades hoteleiras que estão a contratar trabalhadores extra, trabalho temporário em regime de aluguer de mão-de-obra, sem formação profissional, sem carteira profissional e, por conseguinte, trabalho ilegal».

«Na defesa da qualidade do serviço, o patronato tem de dimensionar os seus quadros de pessoal para não ter necessidade de recorrer a este tipo de trabalho», exige o SHN/CGTP, que chama ainda a atenção para o modo como estão a funcionar os estabelecimentos nocturnos na cidade, com «falta de licenças, falta de condições de higiene e sanitárias, falta de iluminação nos circuitos de evacuação, portas de emergência fechadas, sistemas automáticos de detecção de incêndios inoperantes, extintores fora dos prazos de validade, excesso de lotação, utilização de materiais altamente inflamáveis».

A situação é «extremamente grave» e pode ser melhor conhecida a sua dimensão se a CM do Porto divulgar os resultados de



um levantamento recente. A realização de «Porto, capital europeia da Cultura», em 2001, e de outros eventos leva o sindicato a exigir do executivo municipal «medidas firmes no sentido de alterar radicalmente» tal situação, que poderão ir até ao encerramento de estabelecimentos que se recusem a respeitar a lei.

Revelando que já enviou um pedido de audiência a Fernando Gomes, o sindicato afirma ainda que a Câmara «deveria assumir um papel, que lhe cabe, na preservação e melhoria da qualidade

trabalhadores que ainda não viram reduzido o seu horário para as 40 horas semanais e não têm dia e meio ou dois dias, como o contrato colectivo determina», protesta o sindicato.

do serviço». No sector «cresce o trabalho ilegal e clandestino, em particular nos restaurantes, cafés, pastelarias e similares», e o patronato continua sem aplicar a redução para as 40 horas semanais, mas «a Inspeção do Trabalho não actua» e «está ainda pior que no ano passado». «Só na nossa região há mais de 20 mil

Para além da reunião de segunda-feira com a IGT, o SHN quer que o Governo agrave significativamente as coimas previstas para as infracções patronais, disponibilize meios materiais e mais inspectores e que defina a hotelaria como sector prioritário, garantindo uma maior eficácia na actuação da Inspeção.

Outra vez as gorjetas

A Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo dirigiu um ofício aos grupos parlamentares e ao primeiro-ministro, propondo que, na discussão sobre o Orçamento do Estado, procedam à eliminação da tributação de gratificações, prevista no Código do IRS e que, mais uma vez, o Governo decidiu manter na proposta que levou ao Parlamento.

Um dirigente da Feshot/CGTP disse à Lusa que há trabalhadores que estão a ser notificados pelas Finanças por causa deste problema antigo, sobre o qual PS e PSD têm mudado de posi-

ção, conforme estão no Governo ou na oposição.

Também procurando «maior justiça fiscal e social», a Feshot/CGTP propôs que fosse abatida a carga fiscal que incide sobre os salários dos trabalhadores. Sugeriu ainda que as verbas a atribuir para a formação profissional no sector sejam adequadas à «importância e necessidades reais deste, quer na economia do País quer na melhoria da qualidade do serviço prestado e na dignificação dos seus profissionais».

Fenprof reafirma disponibilidade para dia 30

A Federação Nacional dos Professores apresentou na semana passada uma nova proposta negociada para o processo de revisão da carreira docente, na qual «reafirma as suas posições de princípio, mas admite a sua concretização numa lógica que tem sido a assumida até agora pelo Ministério da Educação».

Desta forma, refere a nota divulgada dia 14 pelo Secretariado Nacional da Fenprof, a federação «pretende contribuir para a construção do acordo previsto para o próximo dia 30» e «reafirma a sua inteira disponibilidade para negociar, cabendo ao ME, agora, demonstrar ser esse também o seu interesse».

Mantendo os 25 anos como tempo máximo de profissão necessário para chegar ao topo da carreira, a Fenprof admite que esta tenha dez escalões; continua a exigir a contagem integral do tempo de serviço, mas aceita que se reporte a Julho de 98; exige a revaloriza-

ção dos índices salariais, mas admite como referência os valores percentuais que asseguram o princípio da paridade e aceita a aplicação faseada, até ao ano 2000, das novas medidas de valorização da carreira.

«Cabe agora ao ME dar os passos indispensáveis para que o dia 30 de Outubro não se transforme num dia de luta de todos os docentes em defesa das suas posições negociais», afirma a Fenprof. Para aquela data, em que deverão encerrar as negociações da carreira, está convocada uma greve, que conta também com o apoio da FNE/UGT.

Anteontem, ao fim da tarde, deveria ter lugar mais uma ronda negociada. Para poucas horas antes, no final de um encontro de quadros sindicais, a Fenprof anunciou a divulgação dos resultados de um inquérito expressivo acerca da disponibilidade de luta dos professores.



Mantendo as posições de princípio, a Fenprof admite a lógica do Ministério na sua concretização (foto de arquivo)

França

Em greve, os professores de Português em França reuniram segunda-feira, na Coordenação-Geral de Ensino, reiterando «a sua vontade de continuar a luta até ser encontrada a solução justa dos seus problemas». Um comunicado do SPE/Fenprof informa que os docentes exigem o pagamento integral dos seus salários, de acordo com a legislação e a prática até aqui seguida, enquanto não é publicada nova tabela.

Recusando ser prejudicados, os professores de Português em França salientam que «é a primeira vez que um Governo quer impor uma redução de vencimento de funcionários públicos». Para o sindicato, as grandes diferenças salariais entre os vários países são inadmissíveis e a falta de diálogo por parte do ME é de lamentar.

Buraca

Decorreu na rua um plenário de trabalhadores marcado para segunda-feira pelo STAL na Junta de Freguesia da Buraca, uma vez que o executivo da autarquia não autorizou a realização da reunião no interior das instalações. Não é a primeira vez que isto sucede, e o sindicato — que está a realizar plenários por todo o País — manifesta ainda maior indignação contra este caso por não se verificar nenhum problema semelhante em qualquer outra autarquia.

Intermolde

A semana de 40 horas, prevista na lei há quase dois anos, só não foi ainda aplicada na Intermolde — denunciou na semana passada o Sindicato dos Metalúrgicos dos distritos de Coimbra e Leiria, que deixou uma pergunta ao ministro da Economia, para ser respondida na visita que este fez à Marinha Grande: «Como é possível ter beneficiado de fundos estruturais uma empresa que declara de viva voz a sua recusa em cumprir as leis?»

No restante sector, onde já fora conquistado por convenção colectiva o horário de 41 horas e onde, em muitas empresas, já vigorava por acordo a semana de 40 horas, a redução exigida pela lei não suscitou problemas. Na Intermolde, refere o sindicato, já foi necessária a intervenção da Inspeção do Trabalho (que chegou a detectar também dezenas de trabalhadores a recibo verde, o que é proibido neste tipo de actividade), mas para o patrão da empresa de moldes «é mais barata a coima do que o respeito pela lei».

TRABALHADORES

Greve nos Correios

A diminuição do horário de trabalho, a conquista da igualdade de direitos, a contemplação das justas reivindicações dos trabalhadores no Acordo de Empresa, o fim da constante sobrecarga de serviço, a integração dos contratados a prazo que desempenham tarefas permanentes, o combate ao trabalho extraordinário não remunerado e às injustiças da administração (como a «escandalosa divisão de lucros» e o pagamento de «centenas de milhares de contos» em prémios, em detrimento de aumentos salariais) estiveram na origem da greve nos CTT, nos dias 15 e 16.

Os motivos foram sintetizados num comunicado do Sindicato Nacional dos Correios e Telecomunicações, distribuído na véspera do início da paralisação, depois de plenários realizados nos locais de trabalho e que tiveram a parti-

cipação de milhares de trabalhadores, «apesar das tentativas da administração para os desmobilizar». Entre os actos intimidatórios, o sindicato refere a marcação de falta injustificada pela participação nas reuniões. Em Lisboa, o plenário decorreu na rua, por recusa de cedência de instalações por parte da administração.

Ao fim do primeiro dia de greve, o SNTCT considerava a greve como «um êxito», apontando uma adesão média de 60 por cento, não obstante as pressões da administração, «desde a requisição de trabalhadores para prestar serviços «máximos», passando por ameaças de despedimento a quem fizesse greve, até telefonemas e idas a casa dos trabalhadores em greve para os obrigar a ir trabalhar, de tudo a administração tentou, para desmobilizar os trabalhadores».

Estabelecimentos militares destruídos em segredo

«O Governo continua a sua política de destruição dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas, recusando-se a dizer aos trabalhadores o que tem em marcha», acusa o STEFFAs, lembrando que «em Março, o secretário de Estado da Defesa comprometeu-se a dar a conhecer o projecto de reestruturação do sector num prazo de 60 dias».

Decorridos já sete meses, o Sindicato dos Trabalhadores dos EFFAs decidiu dar seguimento às acções que promoveu ou apoiou nos últimos tempos «em defesa dos estabelecimentos fabris e indústrias de Defesa, pela garantia dos postos de trabalho e

demais direitos dos trabalhadores». Desde a passada sexta-feira, estão a realizar-se plenários nos estabelecimentos, com a participação de dirigentes da CGTP e, também desde essa data, o sindicato mantém uma delegação, todas as tardes, à porta do Ministério da Defesa – informa numa nota divulgada segunda-feira.

O STEFFAs «quer ter uma activa participação nas decisões presentes e futuras, empenhando-se no desenvolvimento do sector e na melhoria das condições de vida dos trabalhadores, exigindo a resolução urgente dos problemas mais sentidos e que mais prejudicam o ambiente laboral».

Vitória «cruel» na marinha mercante

Os reformados e trabalhadores das extintas Companhia Nacional de Navegação e Companhia de Transportes Marítimos começaram a receber as suas indemnizações, para as quais o Governo disponibilizou 14 milhões de contos, anunciou na sexta-feira o sindicato do sector. «Num tempo em que a todo o custo se pretende minimizar e, por vezes, achincalhar o papel dos sindicatos, declarando-os caducos, gastos e acabados, esta vitória – cruel, é certo, porque o dinheiro não é tudo – permite-nos interiorizar o orgulho do dever cumprido, o sabermos da justeza do nosso trabalho e das nossas lutas pela defesa dos direitos dos trabalhadores», afir-

ma a direcção do Sindicato da Marinha Mercante, Agências de Viagens, Transitários e Pesca.

Na nota salienta-se que a extinção da CNN e da CTM, em 1985, «foi um crime», porque liquidou um importante sector da economia nacional e porque prejudicou gravemente cerca de 10 mil trabalhadores, «de uma forma que dinheiro algum do mundo pode agora pagar». Nos onze anos que o Tribunal Constitucional demorou para dar como provada a ilegalidade da decisão do Governo PS/PSD, os trabalhadores e o sindicato mantiveram uma luta persistente, que acabou por conduzir a que, finalmente, o Governo pagasse o que deve ao pessoal da CNN e da CTM.

Governo sem «postura séria» Função Pública rejeita semana de 4 dias

Na contraproposta de aumentos salariais para 1999, apresentada aos sindicatos dia 13, o Governo declarava que não havia intenção de mexer em matérias de regime no último ano da sua legislatura.

Para a Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública, «o Governo revelou uma evidente falta de postura séria no início do processo de negociação dos salários para 1999, ao esconder dos sindicatos as suas intenções de fazer aprovar legislação que introduz a semana de trabalho de quatro dias».

A acusação é fundamentada em dois factos que antecederam as declarações de Jorge Coelho em Madrid, no dia 15, e a apresentação dos diplomas, na segunda-feira: o Governo «não fez qualquer alusão ao assunto» na reunião que teve com a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, na passada terça-feira, e «na contraproposta de aumentos salariais entregue à Frente Comum diz expressamente que não é sua intenção assumir quaisquer compromissos em matérias de regime, considerando a limitação temporal imposta pelo fim da legislatura». «Dois dias depois, o ministro-adjunto Jorge Coelho, no estrangeiro, anunciou à comunicação social a intenção do Governo de aprovar a «semana de quatro dias» para a Função Pública, numa atitude de claro desrespeito e má-fé negociada», protesta a FNSFP/CGTP, numa nota de imprensa distribuída segunda-feira.

O comportamento do Governo «vem manchar as negociações salariais, que ainda mal se iniciaram, e põe a tónica na necessidade de os trabalhadores da Função Pública se mobilizarem para a luta contra a precariedade de emprego e por uma séria política de gestão dos recursos humanos», sublinha a federação.

Nenhum sentido

A iniciativa legislativa que o Governo pretende levar por diante «não faz qualquer sentido, considerando o baixo nível salarial da generalidade dos trabalhadores do sector» e «não contribui para a redução do emprego precário», podendo mesmo agravar este fenómeno, uma vez que não está previsto o descongelamento de vagas.

Também «não deixa de ser preocupante» a intenção do Governo de endossar ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade os custos com os estágios dos trabalhadores que venham a prestar serviço na Administração Pública, fazendo com que sejam os trabalhadores-contribuintes da Segurança Social a pagar a iniciativa governamental, «como já acontece nos incentivos ao primeiro emprego do sector privado».

Em declarações à Agência Lusa, Paulo Trindade recordou que o secretário de Estado da Administração Pública, Fausto Correia, auscultou os sindicatos, há cerca de um ano, sobre esta matéria e promoveu ainda uma visita de jornalistas à Bélgica, onde está em vigor esta semana de quatro dias. «As conclusões a que chegaram os observadores foram negativas a vários níveis», frisou o dirigente da FNSFP. No desempenho das tarefas, a medida mostrou-se, na

prática, negativa, por ser difícil ao trabalhador substituto dar sequência por um dia às tarefas desempenhadas por outro durante quatro dias.

A FNSFP reafirma que a Administração Pública portuguesa não tem trabalhadores a mais e contrapõe que o rejuvenescimento «só será feito com a admissão de pessoal para todos os lugares vagos que correspondem a necessidades permanentes dos serviços e com a actualização dos quadros».

Os fins e os meios

Para justificar o conjunto de diplomas (sobre a semana dos quatro dias, o trabalho a tempo parcial e os estágios profissionais) divulgado segunda-feira, Jorge Coelho disse que tem como objectivo promover o emprego e renovar a Administração Pública, trazendo-lhe trabalhadores mais jovens e mais qualificados. Mas os objectivos declarados não condizem com os meios escolhidos. Tão bonito embrulho e tão envenenado presente!

A semana dos quatro dias de trabalho (com conseqüente redução de 20 por cento no salário) visaria dar resposta a dois problemas: o desemprego e a falta de tempo livre! «Entende assim o Governo que cabe à Administração Pública desempenhar um papel de locomotiva sobre o mercado, dando, nesta matéria, o exemplo ao sector privado e às administrações regionais e locais», diz o diploma citado pela Lusa, deixando assomar os verdadeiros objectivos por sob um rasgão no papel de embrulho...

A redução para metade do horário (e na retribuição) de funcionários com mais de 55 anos e que estejam a cinco ou menos anos da reforma, viria permitir a renovação dos efectivos e «o cruzamento de experiências e transmissão de saberes acumulados».

Perante pelo menos dois funcionários em regime de trabalho parcial, o dirigente máximo do serviço ou organismo promoverá uma contratação, claro que a tempo parcial...



Vigília com Saramago contra o pacote laboral

No dia da homenagem nacional ao Prémio Nobel da Literatura deste ano, o movimento sindical unitário do distrito de Lisboa levou a cabo no Terreiro do Paço uma vigília de protesto contra as violentas alterações que o Governo quer introduzir na legislação laboral. José Saramago levou até ali a festa da escrita, recebendo aplausos amigos e oferecendo estímulo e solidariedade, num acto que acabou por ser um importante contributo para o esforço da CGTP em prol da valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Na véspera, em Braga, os ORTs da Grundig davam notícia de uma primeira reunião onde analisaram as propostas legislativas do Governo PS e apelavam à participação na jornada de luta agendada para dia 30, naquela cidade. Por todo o País, reuniões, plenários e acções de informação e mobilização vão intensificar-se entre os dias 26 e 31. Para Lisboa está marcada uma manifestação, que também conta com o distrito de Setúbal, para a próxima quinta-feira, dia 29.

Gastos com medicamentos



Previa-se para esta semana a entrega no Parlamento do projecto de lei do PCP que estabelece um

“programa de redução dos gastos com medicamentos”, o qual permitirá poupar “dezenas de milhões de contos” no orçamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Trata-se, em síntese, de promover a adopção de medidas que combatam gastos desnecessários. Nesse sentido, proposta é a dispensa gratuita aos doentes, após prescrição no estabelecimento do SNS, dos medicamentos cuja comparticipação seja mais dispendiosa do que a sua entrega gratuita, bem como a prescrição pelo princípio activo e a criação de um formulário nacional do medicamento. Da aplicação destas medidas - e esta foi uma garantia dada por Octávio Teixeira aquando do anúncio da apresentação do diploma nas Jornadas Parlamentares recentemente realizadas na Moita - “não resultará qualquer prejuízo para os utentes” e significará mesmo uma “poupança de dezenas de milhões de contos no Orçamento do SNS”.

Acidente na Petrogal



A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, um voto de pesar pelo acidente de quarta-feira nas

instalações da Petrogal, em Matosinhos, de que resultou a morte de uma pessoa e ferimentos graves noutra.

PS, PSD, PP e PCP associaram-se ao voto apresentado pelos “Verdes”, no qual se apela para que, dada a “extrema gravidade do acidente”, se “apurem as responsabilidades” com vista a “indenizar as famílias das vítimas e tentar evitar situações semelhante no futuro”.

Depois de expressar as “mais sentidas condolências”, o voto manifesta a solidariedade da Assembleia da República “para com todos aqueles que foram atingidos pelo acidente”, exigindo, por último, “que se desenvolvam e concluam todas as diligências com vista ao total apuramento de responsabilidades”.

Caso JAE



Estava prevista para ontem uma audição ao general Garcia dos Santos, ex-presidente da Junta Autónoma

das Estradas (JAE), a propósito de alegados casos de corrupção naquele organismo.

Esta ida de Garcia dos Santos ao Parlamento, ocorrida já depois do fecho da nossa edição, surge na sequência da entrevista que o general deu recentemente ao “Expresso” sobre casos de corrupção na JAE e financiamento oculto dos partidos políticos.

Um assunto que tem motivado aceso debate e preenchido a agenda política. Sobre ele se pronunciou também o Grupo comunista, nas suas Jornadas Parlamentares, exigindo o apuramento e a investigação do caso até às últimas consequências.

Sinistralidade no IP 5 Desafio do PCP força Governo a antecipar medidas

O debate de urgência sobre a situação de segurança nas estradas portuguesas, particularmente no IP 5, realizado na passada semana a pedido do PCP, parece ter tido, entre outros méritos, o de obrigar o Governo a pensar no assunto, levando-o, em consequência, a anunciar algumas medidas tendentes a eliminar ou pelo menos reduzir as causas que motivam uma tão alta sinistralidade na via rodoviária que liga Aveiro a Vilar Formoso.

Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, intervindo em nome da bancada comunista, desafiou o Governo a avançar de “imediate com medidas eficazes” relativamente ao IP 5, exigindo, simultaneamente, a sua calendarização, sobretudo no que

se refere ao “acabamento de obras”, bem como quanto ao anúncio das “opções de fundo” para minorar a tragédia, incluindo a execução da auto-estrada, respectivas garantias e calendário.

E a verdade é que o ministro João Cravinho, na sequên-

cia aliás de medidas apressadamente divulgadas na véspera pelo secretário de Estado Armando Vara, lá anunciou “grandes intervenções” no IP 5 que, garantiu, vão transformar até 2003 o itinerário principal, tragicamente conhecido como “estrada da morte”, numa auto-estrada.

“Mais vale tarde do que nunca”, comentara, antes, Carlos Carvalhas, para logo acrescentar que esta atitude do Governo a propósito da corrupção, quer a propósito do IP 5, só vinha uma vez mais confirmar o aforismo popular “depois de casa roubada, tranças à porta...”

Estão no entanto longe de satisfazer plenamente as medidas anunciadas pelo Executivo. O aumento de patrulhamento, por exemplo, “poderá ser positivo”, como observou o dirigente comunista, “mas não basta”.

Do mesmo modo que, sublinhou, “não podemos ficar à espera da auto-estrada ou mesmo de uma duplicação de toda a via”. Urgem respostas, pois, e foi para elas que Carlos Carvalhas chamou a atenção, elencando, entre outras, medidas que do seu ponto de vista podem passar “pelo desvio de tráfego pesadas, por correcções do traçado,

pela colocação de separadores em locais aconselhados, por alterações do tipo e estrutura do pavimento, pela eliminação de alguns declives, pela revisão e actualização da sinalização, pela construção de vias laterais que, com mais frequência, facilitem a ultrapassagem em segurança”.

E enquanto não surgem as soluções de fundo, tais medidas imediatas, “mesmo que limitadas”, podem seguramente romper com o “encolher de ombros” e com a “resignação”, eliminando, simultaneamente, algumas das causas que estão na origem directa de muitos e graves sinistros.

Pela batalha do esclarecimento

O projecto de resolução apresentado na passada semana pelo Grupo Parlamentar do PCP para suspender a realização de sessões plenárias no Parlamento durante o período de campanha para o referendo sobre regionalização, entre 27 deste mês e 6 de Novembro, deverá obter o acolhimento favorável da Câmara, face à disponibilidade nesse sentido já manifestada pela bancada do PS.

Como o projecto de resolução não prevê o encerramento total dos trabalhos parlamentares, mas apenas das sessões plenárias, a sua aprovação não carece de dois terços, bastando uma maioria de votos para ser aprovado.

Recorde-se que, inicialmente, tanto o PS como o PCP pretenderam encerrar a

Assembleia da República durante a campanha para a consulta sobre a regionalização, com vista a possibilitar uma participação activa dos deputados, propósito que encontrou a oposição do PSD inviabilizando assim os dois terços necessários para a concretização dessa medida.

No projecto de resolução subscrito pela bancada comunista lembrada é a importância da questão sobre a qual os portugueses vão ser chamados a pronunciar-se no próximo dia 8 de Novembro, sendo reafirmada a necessidade de tudo ser feito no sentido de “promover o maior esclarecimento possível dos portugueses” e de os mobilizar para o “exercício do seu direito de voto”.

Ensino do Português no estrangeiro

Promovidas pelas organizações dos comunistas portugueses emigrados na Suíça e na Alemanha, realizaram-se recentemente duas iniciativas públicas de debate e reflexão sobre a situação do ensino da língua portuguesa nos respectivos países.

Nestas iniciativas, que contaram com a presença de José Calçada, deputado do PCP, participaram as Coordenadoras do ensino do Português nos respectivos países, dirigentes do Sindicato dos Professores no Estrangeiro, membros de estruturas associativas e de

comissões de pais, assim como muitas outras pessoas interessadas e preocupadas com esta matéria.

Foram debates muito participados, que permitiram uma reflexão sobre vários aspectos relativos à educação e ao ensino. O deputado comunista José Calçada evidenciou o facto de que o ensino não pode continuar a ser uma paixão, só, eleitoralista, exigindo vontade política e forte empenhamento do Governo, investindo na resolução das dificuldades existentes e na qualidade dos cursos.

Por proposta do PCP CNA tem assento no Conselho Económico e Social

A Assembleia da República aprovou uma proposta do Grupo Parlamentar do PCP no sentido do alargamento do Conselho Económico e Social a dois representantes da agricultura familiar e do mundo rural, o que equivale a dizer a dois representantes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

De acordo com a proposta, que introduz alterações ao texto legislativo que estabelece a composição do Conselho Económico e Social, deste órgão passará igualmente a fazer parte um representante das organizações do sector do turismo e um representante das associações viradas para a igualdade de oportunidades para homens e mulheres.

Votada favoravelmente pelo PCP, PS e PEV (PSD e CDS/PP abstiveram-se), esta proposta subiu a plenário na sessão realizada faz hoje uma semana, dia em que o ministro da Agricultura, Capoulas Santos, apareceu de surpresa no Parlamento para anunciar um conjunto de medidas para “minorar os efeitos negativos do mau ano agrícola”.

Depois de na conferência de líderes parlamentares de quarta-feira não ter sido encontrada uma data para o debate de urgência sobre o estado da agricultura portuguesa requerido pelo PSD e PP, Capoulas Santos foi ao plenário da Assembleia da República divulgar um conjunto de “medidas de excepção”

destinadas, segundo disse, sobretudo aos agricultores de “menores recursos”.

Intervindo em nome da bancada do PCP, Lino de Carvalho reconheceu nas medidas apresentadas algumas das propostas pelas quais os comunistas se têm batido, mas alertou para a necessidade de tais medidas serem financiadas pelo Orçamento do Estado e por dinheiros comunitários, e não pelo orçamento da Segurança Social.



A CNA tem finalmente assento no lugar que por direito lhe pertence no Conselho Económico e Social

Em nome da transparência Não ao financiamento dos partidos pelas empresas

Na sequência do anúncio feito nas suas Jornadas parlamentares, o Grupo comunista entregou já na Assembleia da República um projecto de lei sobre o Financiamento dos Partidos Políticos que proíbe esse financiamento pelas empresas e limita as despesas com campanhas eleitorais. Com esta é a quarta vez que a bancada comunista avança com uma iniciativa legislativa com idênticos objectivos - a primeira, recorde-se, remonta a Junho de 1993, tendo-se-lhe seguido iguais iniciativas em Abril de 1995 e Junho de 1997 -, sem que qualquer uma das anteriores tenha obtido acolhimento por parte do PS, do PSD ou do CDS/PP.

Significa isto que, até hoje, só o PCP propôs a proibição do financiamento pelas empresas a partidos políticos, do mesmo modo que "foi o único dos quatro maiores partidos com representação parlamentar que votou contra a legalização do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais".

Esta posição do Grupo Parlamentar do PCP, como se pode ler na nota preambular do diploma, assenta no princípio de que o financiamento dos partidos e da actividade política "tem de assentar nas contribuições dos seus militantes e simpatizantes, dos eleitos em sua representação e nas subvenções estatais", pelo que, considera, "só a demagogia pode querer colocar no mesmo plano o financiamento por empresas e donativos de cidadãos, ainda que estes sejam empresários".

A importância de retomar esta matéria e de a inscrever na ordem do dia, para os deputados comunistas, resulta ainda dos recentes desenvolvimentos relacionados com casos de corrupção e financiamento ilegal dos partidos, como os que vieram a lume a propósito da JAE na sequência de declarações do general Garcia dos Santos.

Importa, pois, como salientou Octávio Teixeira nas Jornadas Parlamentares - e estas são as grandes motivações do PCP - não apenas que estes casos sejam "combatidos com meios de investigação eficazes", como também que as restantes forças representadas na Assembleia da República sejam confrontadas com as suas próprias responsabilidades e afirmações públicas".

No seu articulado, o diploma estabelece um limite máximo de 30 salários mínimos nacionais por doador e por ano para os donativos de pessoas singulares às forças políticas, admitindo como "receitas provenientes do financiamento privado" apenas os "donativos de pessoas singulares" e "o produto de heranças ou legados". Os donativos que excederem 10 salários mínimos nacionais serão "obrigatoriamente titulados por cheque". Abaixo desse valor poderão constituir uma doação anónima.

"Os donativos anónimos não podem exceder, no total anual, 500 salários mínimos mensais nacionais", determina ainda o projecto de lei do PCP, que prevê o abatimento em termos fiscais dos donativos das pessoas singulares que não possuam dívidas ao fisco ou à segurança social.

No artigo relativo aos "donativos proibidos", o PCP coloca, além das empresas, as "pessoas colectivas de utilidade pública ou dedicadas a actividades de beneficência ou fim religioso, as associações profissionais, patronais ou sindicais, as Fundações e os Governos ou pessoas colectivas estrangeiras".

Também está vedada a aceitação de "quaisquer contribuições ou donativos indi-

rectos que se traduzam no pagamento de despesas" dos partidos políticos.

O limite estabelecido para a campanha eleitoral para a Presidência da República é de 4800 salários mínimos mensais nacionais (mais 1500 se houver segunda volta), 30 para cada candidato efectivo à Assembleia da República e 160 para cada candidato às eleições para o Parlamento Europeu.

O Governo, entretanto, entregou na Assembleia da República uma proposta de lei que estabelece um novo regime de financiamento dos partidos e alarga o tipo de crime de corrupção. O diploma "alarga o tipo de crime de corrupção, reduz as despesas das campanhas eleitorais, inclui nos limites legais os donativos em espécie e os bens cedidos a título de empréstimo, obriga a utilização de meio bancário para as doações e obriga à emissão de recibo autenticado e numerado pela entidade fiscalizadora".

Também o PSD parecer ter acordado para o assunto, vindo agora dar razão ao PCP, ao apresentar também ele um projecto de lei de financiamento dos partidos que proíbe os donativos das empresas e impede que os donativos individuais sejam anónimos, só podendo ser feitos por cheque.

Lei Orgânica da PSP Alterações positivas, embora tímidas

Um importante passo no sentido da desmilitarização da PSP e do reforço dos direitos de participação dos seus profissionais foi dado com a apresentação da nova Lei Orgânica que regerá aquela força de segurança. Discutida na passada semana, a proposta de lei do Governo deverá ser hoje aprovada pelo plenário com os votos contra do PSD e CDS/PP, que cerraram fileiras em defesa da manutenção do texto actual, fazendo jus à sua concepção autoritária e repressiva das forças de segurança. A bancada do PCP, pela voz de António Filipe, saudou as alterações propostas, considerando que as mesmas contêm "sinais inequivocamente positivos", sem contudo deixar de lamentar o facto de terem deixado de fora "questões fundamentais" e de evidenciarem timidez face à "natureza militarizante e retrógrada" que marca o texto ainda vigente.

Este é um diploma considerado de grande importância uma vez que conforma a definição do estatuto de uma força policial que é chamada a desempenhar, como observou António Filipe, "um papel fundamental para a garantia da segurança e tranquilidade dos cidadãos dos principais meios urbanos".

Entrados no último ano da Legislatura e sabendo-se que a situação em matéria de segurança interna está longe de ser satisfatória, pena é que este diploma não tenha sido acompanhado de outro documento governamental, como aliás fora prometido, definindo com clareza as grandes opções da política naquele domínio, por forma a "conferir estabilidade, eficácia e credibilidade" ao exercício da PSP na defesa dos cidadãos.

Como lamentável é o facto de esta ter sido uma oportunidade perdida para, finalmente, abordar questões fundamentais, como é o caso do regime de direitos dos profissionais da PSP, incluindo a questão decisiva do reconhecimento do direito à constituição do seu sindicato.

Seja como for, o que importa reter neste momento são os referidos sinais positivos que perpassam o diploma, desde logo o avanço verificado no plano do avanço da desmilitarização e da consagração da sua natureza civil, como estipula o texto constitucional, ao substituir no topo da hierarquia a figura de comandante-geral e 2.º comandante-geral pelo de director nacional e directores nacionais adjuntos.

Melhorias no texto podem ainda ser constatadas no que se refere aos mecanismos de participação dos profissionais da PSP, designadamente no Conselho Superior de Polícia.

Em debate estiveram igualmente dois projectos de lei do PCP incidindo sobre matérias directamente relacionadas com a lei orgânica da PSP. Trata-se, num caso, da composição do Conselho Superior de Polícia e do ainda chamado Conselho Superior de Justiça e Disciplina da PSP, e, no outro, da consagração de novos direitos e compensações para os seus profissionais. Quanto ao primeiro (que mereceu repectividade da bancada do PS, devendo, por isso, ser hoje aprovado), em causa está, por um lado, a forma de assegurar uma maior participação dos profissionais da PSP naqueles órgãos, e, por outro, a substituição do princípio da nomeação pelo da eleição quanto à forma de designação dos representantes dos polícias nessas estruturas consultivas.

Quanto ao projecto de lei que consagra novos direitos e compensações para os profissionais da PSP - que deve baixar à comissão especializada sem votação onde aguardará por uma proposta do Governo sobre a mesma matéria -, visados nos seus objectivos são, sobretudo, como salientou António Filipe, a criação de um subsídio de compensação da perigosidade e risco profissional, a fixação do regime normal de horário de trabalho, a eliminação de algumas restrições como seja a livre escolha do local de residência sem prévia autorização superior, ou a correcção de estrangulamentos e injustiças nas carreiras do pessoal com funções policiais.

Património ambiental

O fracasso de uma política

Um quadro pouco animador sobre o estado do ambiente em Portugal voltou a ser traçado no Parlamento. A avaliar pelas informações disponíveis, pode-se mesmo dizer que em matéria ambiental estamos a ficar cada vez mais distantes dos restantes países da União

Europeia, emergindo, de modo claro, algumas das nossas fragilidades.

O deputado do PCP Joaquim Matias, no debate dedicado ao tema ocorrido na passada semana, sintetizou este quadro de forma lapidar ao referir que estamos perante uma "vergo-

nha situação de atraso", em sua opinião "cada vez maior", e que tem na política do Governo o seu responsável directo.

Sobre esta realidade se deteve, pois, o parlamentar comunista, começando por falar do que classificou de "estado de degra-

dação" do nosso património ambiental e da verdadeira "calamidade" que, em sua opinião, constitui a delapidação dos nossos recursos naturais.

Os exemplos abundam, como lembrou Joaquim Matias, bastando citar, entre tantos outros, as carências ainda hoje existentes no plano das infra-estruturas de base - com repercussões na qualidade da água potável ou do tratamento dos efluentes domésticos e industriais -, na insuficiente educação ambiental, na discussão pública aprofundada, na correcta elaboração de estudos de impacte ambiental, ou ainda nos atrasos inadmissíveis na elaboração do nosso Plano Hidrológico Nacional.

E o resultado de tudo isto, foi ainda Joaquim Matias a lembrá-lo, está, afinal, numa política "que não tem em conta o bem-estar e a saúde das populações" e que, ao invés, "parece mais interessada em proporcionar chorudos proveitos aos grupos económicos nacionais e estrangeiros para quem o negócio do ambiente em Portugal constitui um autêntico «El Dorado»".



O Governo mostra não ter estratégia para a defesa dos nossos recursos hídricos

44 milhões de russos são pobres

Segundo dados oficiais, 30 por cento da população russa viviam abaixo do nível de pobreza em Setembro, mais 9 por cento do que no ano anterior em igual período. Isto é, 44,4 milhões de pessoas tinha, em média, 552 rublos para viver durante um mês. Devido à desvalorização do rublo em 60 por cento, a situação agrava-se também em comparação com o mês de Agosto.

Estudantes franceses protestam

Na quinta-feira, os estudantes do Ensino Secundário francês manifestaram-se em centenas de localidades de todo o país contra a falta de meios nas escolas e o número reduzido de professores disponíveis para dar aulas. Estimase que meio milhão de alunos tenha participado na jornada de protesto. Segundo as autoridades, 500 mil concentraram-se em Paris. Na capital, registaram-se alguns incidentes com a polícia depois de um grupo minoritário ter destruído montras, automóveis e cabinas telefónicas. «Basta de violência!», gritavam em coro os estudantes que assistiam a estas acções. Na terça-feira, realizou-se outra manifestação.

Assinado acordo sobre Kosovo

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia, Zivadin Jovanovic, o secretário-geral da Nato, Javier Solana, e o comandante supremo das forças aliadas na Europa, Wesley Clark, assinaram na sexta-feira em Belgrado o acordo sobre a verificação aérea no Kosovo por aviões não armados. O documento prevê ainda o envio de dois mil observadores da OSCE, que integraram representantes dos países do Grupo de Contacto para a Ex-Jugoslávia. De acordo com declarações do porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, o governo sérvio começou a cumprir as exigências da Nato em relação ao Kosovo, na semana passada.

Nobel da Paz para Irlanda do Norte

O Prémio Nobel da Paz foi atribuído a David Trimble, líder do

Espanha acusa Pinochet de genocídio e terrorismo

O antigo ditador e actual senador vitalício do Chile, Augusto Pinochet, foi acusado de genocídio e terrorismo pela Justiça espanhola. Na sexta-feira, o juiz Baltasar Garzón ordenou a prisão preventiva e a captura internacional de Pinochet com vista à sua extradição, devido às «actividades delituosas» por ele praticadas «em coordenação com as autoridades militares argentinas entre 1976 e 1983».

Como sublinha Garzón, deu-se «toda uma série de acontecimentos e actividades delituosas cometidas sob o manto da mais feroz repressão ideológica» contra cidadãos de ambos os países, no Chile a partir de Setembro de 1973 e na Argentina a partir de 1976.

Para tal tiveram lugar «planos e ordens estabelecidos pela estrutura do poder» que tiveram como objectivo «a eliminação física, o desaparecimento e o sequestro, com prática generalizada prévia de torturas de milhares de pessoas».

Esses planos foram coordenados internacionalmente através da «Operação Condor» que, como refere a Justiça espanhola, contou com a intervenção de «diferentes países, entre os quais o Chile e a Argentina, e que teve como fim coordenar a acção repressiva entre eles».

Pinochet, chefe das Forças Armadas e do Estado chileno depois da deposição de Salvador Allende em 1973, é acusado de ter desenvolvido «actividade

delituosas em coordenação com as autoridades militares argentinas entre os anos de 1976 e 1983».

A «Operação Condor» tinha como objectivo eliminar os opositores das ditaduras militares da América Latina e foi organizada pelo general Manuel Contreras, fundador do serviço de informações do regime. Contreras foi condenado em 1995 a uma pena de prisão, acusado de ser o «autor intelectual» do assassinio de Orlando Letelier, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do Chile, que se perpetrou no centro de Washington em 1976.

Durante o julgamento, Contreras afirmou ter actuado sob as ordens directas de Pinochet. Actualmente em Londres - onde foi operado a uma hérnia discal -, o antigo ditador está sob prisão num hospital e, segundo uma fonte policial citada pela Lusa, só deverá comparecer em tribunal dentro de uma ou duas semanas. «Pinochet vai ser mantido em detenção enquanto não estiver



Manifestação contra Pinochet

em estado de comparecer em tribunal», referiu.

A decisão de extraditar para Espanha o antigo ditador será da responsabilidade do ministro do Interior britânico, Jack Straw.

Reacções

A Amnistia Internacional felicitou a iniciativa espanhola e apelou ao governo chileno para cooperar e «esclarecer» o que aconteceu aos desaparecidos.

A escritora chilena e sobrinha de Salvador Allende, Isabel Allende, afirmou que se trata «de um acontecimento muito importante e de uma ocasião única para que o general responda pelas violações dos direitos humanos cometidos pelo seu regime».

Luis Sepúlveda, outro escritor chileno, considerou que o ex-ditador «está privado de uma liberdade que não merecia, porque a prisão é o lugar dos criminosos». Num artigo publicado no jornal italiano *Corriere della Sera*, Sepúlveda afirma que o importante «é que se põs fim à sensação de impunidade e que a detenção de Pinochet sirva ao governo chileno para resolver finalmente uma situação vergonhosa».

«Pinochet não pode fazer parte da vida política do Chile. O seu cargo de senador vitalício desqualifica todo o parlamento e o seu passaporte diplomático desacredita e ofende os diplomatas de todo o mundo», refere Sepúlveda, também ele perseguido durante muitos anos pelo regime do ditador.

«Ofereço-lhe aquilo que eu não tive, aquilo que nenhuma das suas vítimas teve: um advogado que o defenda e lhe garanta um julgamento justo, no pleno respeito da sua integridade», acrescentou.

Por seu lado, alguns deputados trabalhistas britânicos congratularam-se com a detenção de Pinochet, salientando que «é a primeira vez que este horrível ditador enfrenta interrogatório por ser responsável por centenas de homicídios neste século».

Para o ministro do Comércio e da Indústria da Grã-Bretanha, Peter Mandelson, «a ideia de que um ditador tão brutal como Pinochet poder beneficiar de imunidade diplomática dá a volta ao estômago da maioria dos habitantes deste país».

Comunistas indianos

De 5 a 11 de Outubro, realizou-se em Calcutá, no Estado de Bengala Ocidental, o 16.º Congresso do Partido Comunista da Índia (Marxista).

No Congresso, o que assistiram 25 delegações de partidos comunistas e de outras forças revolucionárias, o PCP esteve representado por Vítor Dias, membro da Comissão Política, que além da saudação ao Congresso, apresentou também uma comunicação durante um Acto Evocativo dos 150 anos do Manifesto Comunista que o PCI(M) promoveu durante os trabalhos do Congresso.

Recorde-se que o PCI(M) é uma influente força no panorama político indiano e com uma considerável capacidade de intervenção e mobilização entre as massas populares, embora varie nos diversos Estados.

A este respeito, basta referir que o PCI (M) é hoje a terceira força política no Parlamento da Índia (obteve nas últimas eleições 5,2 %, recebeu 19 milhões de votos e elegeu 32 deputados, no quadro da Frente de Esquerda que integra também o Partido Comunista da Índia); governa em três Estados (Kerala, Tripura e Benga-

la Ocidental, este, que tem 86 milhões de habitantes, consecutivamente há 21 anos); tem 717 645 militantes (mais 80.000 que em 1996); e influencia organizações de massas (sindicatos, organizações de jovens, de mulheres, de trabalhadores agrícolas, etc.) com cerca de 36 milhões de membros.

No plano político interno, o 16.º Congresso do PCI (M) esteve muito centrado na resposta a dar aos extraordinários perigos resultantes da política e da orientação do BJP - o partido de direita e extremista que está no Governo - e que não apenas aplica uma política ferocemente neoliberal e ser-



Comício de encerramento do 16º Congresso do PCI(M)

Itália 200 mil em Roma com a Refundação Comunista

«Ouve bater o coração do povo vermelho» - este é o desafio lançado por Fausto Bertinotti, secretário-geral do Partido da Refundação Comunista (PRC), ao novo presidente do Conselho italiano, Massimo D'Alema, na megamanifestação que no sábado juntou em Roma cerca de 200 mil pessoas.

Organizada pelo PRC, a manifestação levou até à capital italiana gente proveniente de todo o país. 289 autocarros, cinco comboios, dois navios, para além dos que se deslocaram pelos seus próprios meios, estiveram ao serviço dos comunistas e da esquerda para fazer chegar a Roma quantos quiseram afirmar ao novo Governo a sua disposição de prosseguir a luta por uma política de esquerda, uma política de defesa dos interesses sociais.

«Companheiro D'Alema, este é um povo de esquerda, sem o qual o teu caminho não te levará longe» - lembrou Bertinotti ao usar da palavra, num discurso centrado nos problemas sociais, com particular destaque para os problemas do desemprego e da precariedade do emprego, mas também para as questões internas do partido, designadamente as provocadas pela cisão de D'Alema. Sublinhando que «não há governo que valha a cisão do PCI, do PRC, de um partido operário», Bertinotti não deixou de alertar que, se numa primeira fase, «o nosso adversário mais terrível era o perigo da integração, o

recomeçar o diálogo para a formação de um novo governo».

Nas ruas de Roma, o povo de esquerda aplaudiu. E apesar da generalidade da imprensa italiana, como de resto entre nós, ter ignorado esta afirmação de força do PRC, não restam dúvidas de que, se não mudar de rumo, não será longo o caminho de D'Alema.



A luta pela política de esquerda reivindicada pelo Partido da Refundação Comunista levou a Roma, no passado sábado, cerca de 200 mil pessoas oriundas de todos os cantos da Itália

mas pelo posicionamento político à esquerda.»

Provando que o PRC não tem uma posição política de obstrução sistemática, Fausto Bertinotti deixou claro que «se D'Alema retirar o projecto de lei de finanças», os comunistas italianos «estão dispostos a

Estranha aliança

Massimo D'Alema, 49 anos, designado primeiro-ministro pelo chefe de Estado Oscar Luigi Scalfaro para formar o 56.º governo italiano do pós-guerra, conta com o apoio de três partidos ao seu

programa de Governo. Os partidos apoiantes de D'Alema são: a coligação de centro-esquerda «A Oliveira», o partido de Armando Cossutta (dissidentes do Partido da Refundação Comunista) e a União Democrática para a República (UDR, centro-direita), do antigo presidente Francesco Cossiga.

votação de confiança que o tomará primeiro-ministro. A linha política do novo executivo não deverá ser substancialmente diferente da seguida pelo seu antecessor, por Romano Prodi, que se demitiu no passado dia 9 após ter ficado em minoria na Câmara dos Deputados. A queda de Prodi ficou a dever-se a divergências com o Partido da Refundação Comunista (PCR), que não fazendo parte do executivo lhe servia no entanto de base de apoio. O PCR exigia a inclusão no Orçamento para 1999 de uma série de medidas de carácter social tendentes a minorar o impacto das restrições orçamentais impostas pela política de adesão à moeda única, bem como medidas para a criação de novos empregos.

Fausto Bertinotti, líder do Partido da Refundação Comunista, afirmou já que vai prosseguir uma «oposição construtiva» ao governo de D'Alema.

A coligação de centro-esquerda de Prodi, dois anos e meio no poder, foi o governo que mais tempo durou na Itália desde a Segunda Guerra Mundial.

Colombia Greve contra política económica

Os 800 mil funcionários públicos colombianos estão em greve desde dia 7 contra a política económica do Governo de Andrés Pastrana. O Partido Comunista Colombiano (PCC) pronunciou-se contra as medidas das autoridades, nomeadamente a declaração de ilegalidade da greve, as iniciativas de militarização em Barrancabermeja e as actuações repressivas contra os trabalhadores da Telecom, da Caixa Agrária, do Instituto dos Seguros Sociais e de outras empresas.

«A repressão, os anúncios de despedimentos, a atitude intransigente de não escutar os justos pedidos das centrais sindicais e a declaração de ilegalidade da greve agravam o ambiente de inconformidade do povo colombiano. O governo deve repensar a sua posição e dar mostras reais de vontade de diálogo, pois as reclamações dos trabalhadores não são alheias à solução política e às alterações que se pretendem para alcançar a paz com a justiça social que a Colômbia procura», afirma o PCC num comunicado.

Esta greve faz parte de um movimento de recusa da política económica baseada numa intensificação do modelo neoliberal que o Fundo Monetário Internacional impõe como condição para outorgar os créditos externos destinados a atenuar o défice fiscal. Esta política concretiza-se nas privatizações do sector público e energético, na diminuição do investimento social, na extensão do IVA a grande parte dos artigos alimentares, no ajuste salarial 14 por cento abaixo da inflação e na proposta para diminuir os impostos às empresas transnacionais.

Os comunistas colombianos propõem o estabelecimento de um subsídio para os desempregados e a implementação de medidas de controlo dos movimentos de capital, taxa de juro e taxa de câmbio. Ao mesmo tempo exigem o melhoramento de salários, a implantação das 40 horas de trabalho semanais e o impulso da reforma agrária como forma de democratizar a propriedade, o crédito aos camponeses e financiar a substituição de culturas ilegais.

Partido Unionista do Ulster, e John Hume, chefe do Partido Social-Democrata e Trabalhista, «pelos seus esforços tendo em vista encontrar uma solução pacífica para o conflito na Irlanda do Norte». De fora ficou Gerry Adams, líder do Sinn Fein. «Enquanto republicanos, estamos representados nessa recompensa e podemos partilhá-la», considerou outro dirigente republicano, Mitchel McLaughlin. Entretanto, Gerry Adams defendeu a urgente aplicação dos acordos de paz: «O Nobel implica enormes responsabilidades. Como o nosso objectivo assinado a 1 de Abril último em Belfast.»

Atentado em Israel

Um atentado com duas granadas provocou, na segunda-feira, 64 feridos na localidade de Beersheba, no sul de Israel. Na sua sequência, o Governo israelita decidiu limitar os temas em discussão na conferência com a Autoridade Palestiniana e debater apenas a questão da segurança. No entanto, o primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, afirmou «não ter qualquer intenção de interromper as conversações, uma vez que o seu interesse é concluir um acordo que garanta a segurança de Israel». Para o presidente palestino, este atentado «visa sabotar as negociações em curso» e «prova que é necessário redobrar os esforços para conseguir relançar o processo de paz».

Traficantes de droga e governos cada vez mais próximos

O Observatório Geopolítico da Droga, no seu último relatório publicado na semana passada, chamou a atenção para a relação cada vez íntima entre os grandes traficantes de estuprantes e as esferas «mais elevadas do próprio Estado». «Hoje em dia, esta ligação entre os Estados e a criminalidade é tão evidente que salta à vista», refere o documento, que acrescenta que «as actividades mafiosas procuram benefícios cada vez mais substanciais e sobretudo mais rapidamente que na economia formal». De acordo com o relatório, este tipo de situação regista-se sobretudo na Rússia, nos países do Leste europeu, no México e na Turquia.

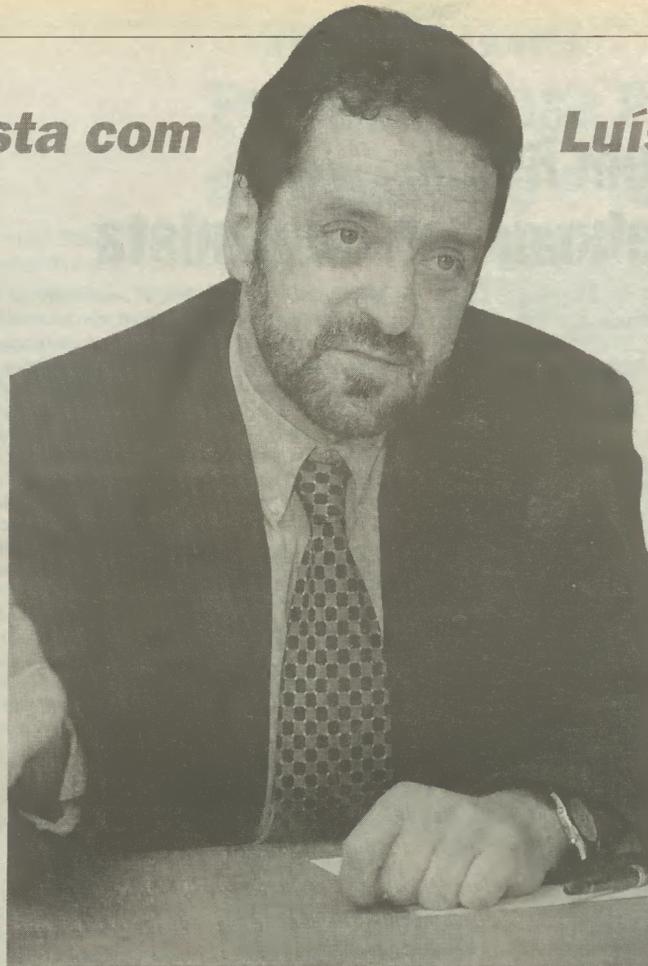
Entrevista com

Luís Sá Regionalização

Texto: Carlos Nabais

Fotos: Jorge Caria

Em entrevista ao Avante!, Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, demonstra as vantagens da regionalização e rebate alguns dos argumentos mais utilizados pelos adversários desta reforma prevista na Constituição desde 1976.



A Regionalização é uma questão de princípio ou é uma reforma necessária para o desenvolvimento do País?

Julgo que é as duas coisas simultaneamente. É uma questão de princípio, desde logo porque a Lei Fundamental é para cumprir. Não faz sentido que os artigos da Constituição sejam tomados como uma espécie de *menu* de restaurante, em que certas pessoas apenas cumprem os que lhes agradam.

Por outro lado, dispomos de órgãos de poder legitimados por eleições ao nível da freguesia e do município e no país. Ao nível intermédio [regional] temos um quadro caro, caótico e descoordenado, com 38 divisões regionais diferentes, 74 serviços regionais diferentes de carácter público, e mais uma série de divisões a nível de empresas privadas de capitais públicos ou de outras instituições.

O facto de as pessoas discutirem projectos de futuro, designadamente através da disputa das eleições, pode mobilizá-las para o desenvolvimento das suas regiões. E pode fomentar a democracia participativa.

Mas há quem afirme que as desvantagens da regionalização são superiores aos benefícios, nomeadamente porque implicam maior despesa pública, num momento em que Portugal tem fortes restrições orçamentais impostas pela moeda única.

As regiões não implicam nem devem implicar maior despesa pública. Devem sim implicar um melhor gasto dos dinheiros públicos. Actualmente, apenas 8 por cento das despesas públicas são geridas pelas autarquias que apesar disso, realizam 25 por cento do investimento público. Isto significa que quanto mais perto estão os órgãos e quanto mais legitimados são maior propensão para investir têm.

Neste contexto, não irá haver mais gastos públicos, simplesmente as centenas de milhões de contos que são administradas actualmente pelos serviços regionais de Estado (designadamente os 68 milhões do Orçamento de Estado gastos actualmente pelas CCR's



“Devemos ser o único país do mundo que com 89 mil quilómetros quadrados tem 38 divisões regionais diferentes. É uma verdadeira selva para o cidadão.”

[Comissões de Coordenação Regional], os 400 milhões de contos de fundos comunitários mais as verbas gastas pelos governos civis e outras estruturas regionais), devem passar a ser geridas por estruturas desburocratizadas, racionalizadas e com maior propensão para investir. Ou seja, com a mesma despesa pública as regiões devem realizar mais investimento público.

Quanto ao resto, a lei deve estabelecer, tal como para as outras autarquias locais, a regulação e limitação do endividamento e das despesas correntes, designadamente com pessoal, o que não acontece com a administração central.

Essas limitações seriam então aplicadas às regiões? É natural que sim, uma vez que estamos perante autarquias de tipo especial, que devem ter o mesmo regime que as outras autarquias. Isto é, tudo será assente na lei, incluindo as finanças regionais, o que exclui pseudo-ameaça do perigo da «barganha anual» entre eleitos regionais para conseguir mais dinheiro.

Contudo, não há nenhuma lei aprovada sobre as finanças regionais. Não te parece que há demasiada indefinição quanto às futuras regiões?

O PCP tem um projecto de lei claro e aberto ao debate sobre essa matéria. Mas as pessoas que se mostram tão preocupadas, em boa lógica, deveriam ter sido contra a eleição dos municípios, em Dezembro de 1976, já que a primeira lei de finanças locais só foi publicada dois anos depois, em Janeiro de 1979.

Recordo também que as regiões autónomas da Madeira e dos Açores viveram 22 anos sem qualquer lei finanças regionais, resultando, aqui sim, numa barganha anual, a qual muitas vezes até foi promovida pelo próprio Governo de Cavaco Silva.

Nós defendemos uma lei de finanças locais que abranja simultaneamente municípios, freguesias e regiões e que determine os montantes a atribuir, segundo critérios objectivos, gerais e abstractos tendo em conta áreas, carências, com base na solidariedade nacional e na necessidade de promover o desenvolvimento das regiões mais atrasadas e de resolver os problemas das zonas de maior densidade populacional com a racionalidade e eficácia que actualmente não existe.

A administração central não pode cumprir esses objectivos?

Não. Temos o exemplo do chamado PIDDAC (Plano de Investimentos e Desenvolvimento da Administração Central) que inclui uma extensíssima lista de investimentos, apresentada à Assembleia da República, onde aparecem obras como um centro de

“Quando há poder deve haver eleições”

saúde, um novo quartel de bombeiros, um centro de dia da terceira idade, etc. O que ninguém sabe é por que é que são propostas estas obras num determinado local e não outras numa povoação ao lado. Nada disto obedece a um planeamento, e funciona muito frequentemente a lógica de que *quem é afecto ao poder come e quem não é cheira*, ou a das cunhas, dos interesses do partido maioritário, etc.

É um processo ilógico, burocratizado e centralizado, onde as autarquias e as populações não participam, perdendo-se muito tempo e dinheiro e não assentando em princípios lógicos em matéria de racionalidade dos equipamentos e infra-estruturas.

E com as regiões as discriminações acabam? Por exemplo, numa região em que a direita é maioritária, as câmaras comunistas continuarão ser desfavorecidas...

O que está em aberto é a possibilidade de transportar para ao nível regional autárquico, aquilo que acontece com o nível municipal autárquico. Pode haver situações em que existe uma maioria do PCP e dos seus aliados tal como pode haver situações em que não estejamos no executivo, isto é na junta regional, mas estejamos na assembleia regional. Actualmente nem estamos nos governos civis, nem estamos nas presidências ou vice-presidências das Comissões de Coordenação Regional, nem em qualquer das muitas outras direcções regionais dos ministérios, que são da confiança de quem está no Governo.

Tudo isto passa ao longo, não só de nós, comunistas, como sobretudo das populações. O problema que está colocado é de saber se é ou não vantajoso, quando há poder, haver eleições.

Trata-se, no fim de contas, de defender a democracia num nível de administração que é muito forte, com mais de mil milhões de contos por ano para gerir e cerca de 20 mil funcionários. Mas, se perguntarmos quem são os cinco presidentes de CCR's, de certeza absoluta que 99,9 por cento dos portugueses não sabem. Isto quer dizer que não há prestação de contas nem debate de matérias que interessam ao quotidiano das pessoas.

Tudo isso não pode ser garantido com o alargamento das competências das associações de municípios? Acho curioso esse argumento, sobretudo porque ao longo dos anos o PCP sempre defendeu o fortalecimento das associações de municípios, nomeadamente o direito a que elas tivessem quadros de pessoal. Muitas pessoas não sabem mas neste momento uma associação de municípios nem sequer pode ter quadro de pessoal, porque o PSD rejeitou ao longo dos anos um proposta do PCP nesse sentido.

Contudo, as associações de municípios têm um papel muito importante mas é um papel limitado. Em primeiro lugar, porque os presidentes de câmara e outros eleitos a tempo inteiro não podem ocupar-se, por falta de tempo, em simultâneo dos problemas da sua área e dos problemas comuns a dez, quinze, trinta ou quarenta municípios. Em segundo lugar, para racionalizar certo tipo de redes e infra-estruturas é preciso um órgão com uma outra extensão. Até porque a tendência de um presidente de câmara é chamar para o seu conselho tudo aquilo que puder...

Essa será também a tendência dos presidentes das futuras regiões: atrair para a sua região tudo aquilo que puderem... Os presidentes das regiões vão chamar para a sua região o máximo e vão ter que não deixar de lá sair o mínimo. Mal estariam, por exemplo, se a região de Trás-os-Montes existisse deixasse encerrar passivamente a linha do Tua. Provavelmente, até conseguiria mobilizar as populações para que tal não acontecesse.

A questão é que hoje encontramos no interior um parque industrial quase em cada município, que apesar de oferecer terrenos a preços simbólicos não consegue nenhuma actividade económica.

As regiões podem trazer maior racionalidade e criar outras condições para o desenvolvimento económico. Por exemplo, o Plano Rodoviário Nacional prevê a regionalização de certas estradas que hoje estão completamente abandonadas e que são fundamentais para a ligação entre sedes de concelho do interior. Certamente que uma estrutura regional pode cuidar dessas estradas melhor que uma estrutura nacional que está mais interessada nas grandes vias. Da mesma forma, as redes de centros de saúde e do ensino secundário podiam ser geridas com vantagem para as populações por estruturas regionais.

Vejamos ainda o exemplo da área metropolitana de Lisboa onde existe uma estrutura semelhante a uma associação de municípios em que o executivo tem 18 membros. Podemos perguntar o que é que os presidentes da Câmara de Mafra ou de Alenquer sabem da península de Setúbal, ou o que é que os daqui sabem do conjunto dos municípios que integram a AML?

Queres dizer que não têm uma visão global? Em muitos casos não têm, nem têm disponibilidade de tempo para isso. Por essa razão, a estrutura regional prevê que as assembleias regionais sejam constituídas por, simultaneamente, membros directamente eleitos e por representantes dos municípios. Isto permite conjugar as duas perspectivas, regional e municipal.

As regiões não retiram poderes aos municípios? Não. Desde a revisão constitucional de 1982, que isso ficou claro: a região não pode limitar poderes do município. Mas! A região tem como obrigação apoiar os municípios, designadamente na coordenação de planos directores municipais. Hoje conhecem-se

“O professor Marcelo achou que fazer demagogia e terrorismo em torno da regionalização era como dar um mergulho no Tejo com vista às eleições legislativas do próximo ano.”

situações, até entre municípios do mesmo partido, em que um plano define uma zona para a construção de vivendas e o município vizinho, com outra equipa técnica, entende que a zona que confina com aquela é óptima para fazer prédios de 12 andares. Ora, isto não tem nenhuma lógica e deve ser resolvido com a participação de todos.

A regionalização é pois um passo necessário que temos de dar, seguindo de resto a experiência da generalidade dos países com este tipo de sistema político.

É exactamente a experiência de outros países que parece mostrar um inevitável aumento da despesa pública.

O exemplos que são dados normalmente referem-se às regiões espanholas e outras que são completamente diferentes das nossas. A Constituição espanhola define que existe a nação de Espanha e existem nacionalidades com direito à sua história à sua língua, às suas tradições e à sua cultura. Por isso, a Espanha está dividida em regiões-nação, as quais por sua vez estão divididas em províncias.

Ora as regiões portuguesas têm provavelmente muito mais a ver com as províncias de Espanha do que com as regiões-nação.

Mas há um dado que é absolutamente verdadeiro: em Portugal, apenas oito por cento das despesas públicas são admi-

nistrados pelas autarquias locais, contra 15 por cento nos países mais centralizados da União Europeia, e 40 a 50 por cento noutros países.

Há a necessidade real de descentralizar os recursos que já existem, sem aumentar a despesa nem aumentar impostos.

As regiões vão poder lançar impostos?

Não. É uma rigorosa mentira que as regiões tenham poderes fiscais e é curioso ver figuras do PSD lamentar que não tenham. Só a Assembleia da República pode lançar impostos. Fala-se também das derramas. É uma possibilidade que hoje os municípios já têm, mas não é mais do que um adicional a um imposto para uma obra ou um melhoramento concreto, com carácter excepcional e com efeitos imediatos para o ano em que é decidido. Não é um novo imposto. Mas mesmo estas derramas não estão previstas no nosso projecto de finanças regionais.

A descentralização de verbas para as regiões pode inviabilizar no futuro obras nacionais como a barragem do Alqueva, uma Ponte Vasco da Gama, ou a auto-estrada do Algarve?

Não concebo nem nunca ninguém defendeu que haja uma regionalização em que deixe de ser o Estado e o poder central a decidir e a conduzir obras deste tipo.

E o Estado terá verbas suficientes?

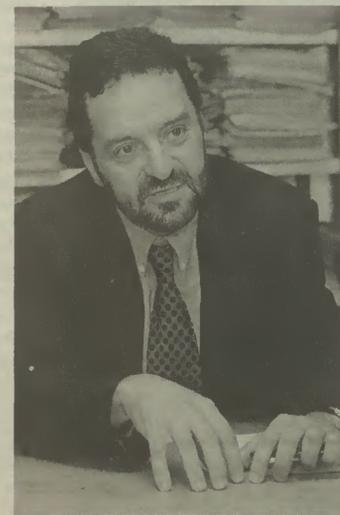
Não foi com as verbas que actualmente estão ser administradas pelas direcções regionais dos ministérios, pelo governos civis e pelas CCR's que se fez a Ponte Vasco da Gama ou que se está a fazer o Alqueva.

As verbas que hoje vão do Orçamento do Estado para os municípios não impediriam o Estado de construir a Expo ou realizar qualquer outra obra.

Com as regiões teremos autarquias de maior dimensão e as verbas que serão descentralizadas correspondem em grande medida a uma determinada esfera de investimento que actualmente já é realizada através de serviços regionais de ministérios e CCR's, só que por pessoas que não discutiram os projectos e as prioridades com a população. Falamos de obras como quartéis de bombeiros, centros de saúde, centro de dia para a terceira idade, etc., que hoje são decididas pelo Governo central.

Outro argumento contra as regiões é que estas vão exaltar rivalidades e pressões junto do governo central, tornando o País ingovernável. Queres comentar?

Isso faz lembrar aqueles que antes do 25 de Abril entendiam que o nosso país era ingovernável em democracia. O que é verdade é que temos 305 municípios, entre os quais existem algumas rivalidades, e ninguém duvida, hoje, que é muito mais vantajoso eleger as câmaras e assembleias municipais do que o Governo nomear o presidente e o vice-presidente da câmaras como acontecia antes da Revolução.



“É possível ou não que as pessoas que vivem em Trás-os-Montes, no Algarve ou no Alentejo, estando no terreno, rentabilizem mais as verbas e as estruturas existentes?”

“Em Portugal, apenas oito por cento das despesas públicas são administrados pelas autarquias locais, contra 15 por cento nos países mais centralizados da União Europeia, e 40 a 50 por cento noutros países.”

Mas a imagem de um país dividido está a ser muito explorada...

Dividido está ele hoje com tantas desigualdades... Devemos ser o único país do mundo que com 89 mil quilómetros quadrados tem 38 divisões regionais diferentes. É uma verdadeira selva para o cidadão, que torna impossível qualquer coordenação de serviços... Corrigir esta situação pode permitir desburocratizar. E no conjunto não vai haver mais cargos públicos remunerados mas sim a sua legitimação por via eleitoral.

Como se vai resolver o problema das capitais de região?

Há muitos anos que defendemos que a solução é não haver capitais na maior parte dos casos. A nossa proposta é semelhante ao que acontece nos Açores, onde foram fundidos três distritos, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta, sendo três órgãos de poder distribuídos pelas três cidades, com a garantia de que os serviços públicos estivessem próximos dos cidadãos.

Da mesma forma, cidades como Braga e Viana do Castelo ou Vila Real e Bragança, que foram esvaziadas de serviços em favor do Porto, ou Aveiro e Viseu bem como Guarda e Castelo Branco que foram preteridas em relação a Coimbra, ou Portalegre e Beja em relação a Évora, e mesmo Setúbal em relação a Lisboa, devem ter no futuro equipamentos, infra-estruturas e serviços que actualmente não têm, porque nos últimos anos muitos serviços foram foi concentrados no Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro.

É possível construir redes racionais de serviços e centros urbanos que hoje não existem. O que é absolutamente inaceitável é que aqueles que esvaziaram as capitais de distrito, que na sua maior parte já não têm um papel relevante na administração pública, se agarrem furiosamente a esta questão das capitais tentando arranjar votos.

Segundo alguns estudos de opinião, os portugueses estão baralhados e queixam-se de falta de informação. Achas que este momento é oportuno para se decidir uma reforma com esta importância?

Este momento é inseparável da escolha e dos projectos do PSD. O professor Marcelo até há dois anos, como autarca, fazia apaixonados elogios às regiões e como professor de Direito ensinava os alunos que ela era urgente e indispensável.

Hoje, provavelmente, no seu íntimo, continua a ser a favor das regiões, mas simplesmente achou que fazer demagogia e terrorismo em torno desta matéria era qualquer coisa de semelhante ao mergulho que deu no Tejo quando foi candidato à Câmara de Lisboa, isto é, que poderia funcionar como uma espécie de acto de propaganda com vista às eleições legislativas do próximo ano. Como sente dificuldades nesse nível, tenta obter um suplemento de apoio por via deste referendo...

É mero oportunismo político?

Creio que sim, por que se não é mero oportunismo político então é completamente absurdo, por que não aconteceu nada de há dois anos a esta parte que possa ter levado alguém a mudar tão abruptamente de posição.

Os receios sobre a regionalização são infundados?

Penso que sim. E dou mais um exemplo: quando os transportes escolares passaram para a competência das câmaras, o dinheiro que era antes gasto pelo Ministério passou a ser gasto pelos municípios. Pergunta-se se o município no terreno conhecia ou não melhor as aldeias e os bairros para organizar os transportes escolares? Podia ou não rentabilizar mais o mesmo dinheiro?

A regionalização coloca exactamente a mesma questão: é possível ou não que as pessoas que vivem em Trás-os-Montes, no Algarve ou no Alentejo, estando no terreno, rentabilizem mais as verbas e as estruturas existentes? O PCP pensa que sim.

■ Octávio Teixeira
Membro da Comissão
Política

Acabe-se com o financiamento político por empresas

Há duas ou três semanas, o ex-presidente da Junta Autónoma das Estradas, general Garcia dos Santos, veio a público denunciar que haveria corrupção naquele organismo do Estado e que partidos haveria que eram favorecidos financeiramente pelas actividades da JAE. Não fica claro se os eventuais casos de corrupção estão directamente ligados ao favorecimento de alguns partidos políticos, ou se se trata de situações paralelas cujo elo de ligação é, apenas, o facto de terem como sujeito comum a JAE.

Para o que agora pretendo relevar, isso pouco importa neste momento.

Quanto à corrupção, as denúncias públicas da sua existência, na JAE como noutros serviços públicos e em negócios privados, não são de hoje. O que espanta, o que não me parece possível compreender, é que ao longo de anos praticamente nenhum caso de denunciada corrupção no nosso país tenha sido objecto de condenação judicial. Na sua generalidade, esses casos terão sido arquivados pelo Ministério Público por não se ter provado a corrupção. E, segundo afirmações vindas a público e proferidas pelos seus responsáveis, essa ausência de prova não se fica a dever à inexistência ou insuficiência de meios de investigação.

Não querendo meter a mão em seara alheia (a investigação judicial), custa-me a crer que haja no nosso país meios suficientes de investigação quando, legalmente ou na prática, o sigilo bancário continua a ser rei e senhor. Não me parece possível combater o chamado "crime de colarinhos brancos", esteja ele relacionado com a corrupção, com a lavagem de dinheiro no âmbito do tráfico de drogas ou de armas, ou com a evasão fiscal, sem que as entidades competentes para a investigação, e sob estrita exigência do segredo profissional, tenham acesso às contas bancárias sob suspeita.

E também não entendo que determinadas entidades, como o Primeiro-Ministro, coloquem o segredo bancário como um direito fundamental, melhor, como o mais fundamental de todos os direitos fundamentais dos cidadãos. Não o é em nenhum outro país do mundo dito civilizado e nenhuma razão especial existe para que o seja em Portugal. A não ser que se pretenda, ao fim e ao cabo, que os crimes de corrupção, de

lavagem de dinheiro sujo, de evasão fiscal, e outros que tais, continuem a ser arquivados por falta de provas ... O que num Estado de direito democrático é completamente inaceitável.

Quanto à denuncia de favorecimento financeiro de partidos políticos, também não é de hoje o "diz que diz" e, mais grave que isso, o sentimento público, mais ou menos generalizado, de que assim é. Mas quando se fazem declarações com a gravidade das que foram feitas, é legítimo exigir que sejam "postos os nomes aos bois" e que não se deixe no ar a suspeição sobre todos os partidos políticos.

O desenvolvimento de qualquer crise de confiança dos cidadãos perante os partidos políticos e, designadamente, da suspeição popular da existência de relações pantanosas e ilícitas entre os partidos e o poder económico só pode contribuir para minar o regime democrático e para alimentar a demagogia populista de forças antidemocráticas.

Por isso, a nenhum partido político, com a consciência tranquila e seriamente interessado na transparência da vida política, é permitido ignorar as acusações directas do general Garcia dos Santos de que foi abordado para que os favores, no âmbito da JAE, deixassem de beneficiar um partido para passarem a privilegiar outro (subentende-se que se trata dos partidos políticos que se revezaram no poder). Como já em 1995 a nenhum partido político seria legítimo mostrar indiferença e "meter a cabeça na areia" perante acusações então feitas de empresas portuguesas estarem colocadas "na situação de

terem de contribuir com parte tão importante para o financiamento das instituições políticas".

Em 1995, como agora, o PCP recusou-se a participar numa qualquer "conspiração de silêncio" sobre o financiamento de partidos políticos pelo mundo dos negócios. Por isso, agora, como em 1995, o PCP teve a iniciativa de reapresentar um projecto de lei visando duas questões centrais da lei de financiamento dos partidos políticos: a proibição de financiamento de partidos por empresas e a redução substancial dos limites de despesa em campanhas eleitorais.

Porque, ao contrário do que afirmam alguns membros do Governo, a questão fundamental não é a de os financiamentos pelas empresas serem legais ou ilegais. A questão fundamental é a de haver financiamentos por empresas.

Desde logo, por uma razão de (bom senso comum: se a questão fosse apenas entre os financiamentos legais e os ilegais, então estes últimos não existiriam. Porque se há financiamentos ilegais por parte das empresas, então é porque há partidos que querem, participam, recebem e consomem esses fundos ilegais! Ninguém os obriga a receber o que alegadamente não querem! E como nenhum desses partidos, até hoje, propôs o aumento dos limites legais para o financiamento por empresas a partidos, então só se pode concluir que tais partidos políticos pretendem que se mantenha a possibilidade legal de financiamento por empresas para dar cobertura à continuação dos financiamentos ilegais.

Mas, ainda e fundamentalmente, a questão do financiamento por empresas é a central porque o financiamento privado dos partidos políticos tem como razão última a opção política. E essa opção é de pessoas e não de empresas.

E não se vislumbram que razões altruístas possam levar empresas a financiarem um partido político, já que, por natureza, o objectivo essencial e a razão de existência de empresas privadas é a obtenção e a maximização do lucro. Por detrás desses financiamentos sempre haverá, expressa ou implicitamente, a perspectiva de obtenção de uma contrapartida, em matéria de legislação, de adjudicações de obras e serviços públicos, de favorecimento nas privatizações, de isenções fiscais ou subsídios orçamentais.

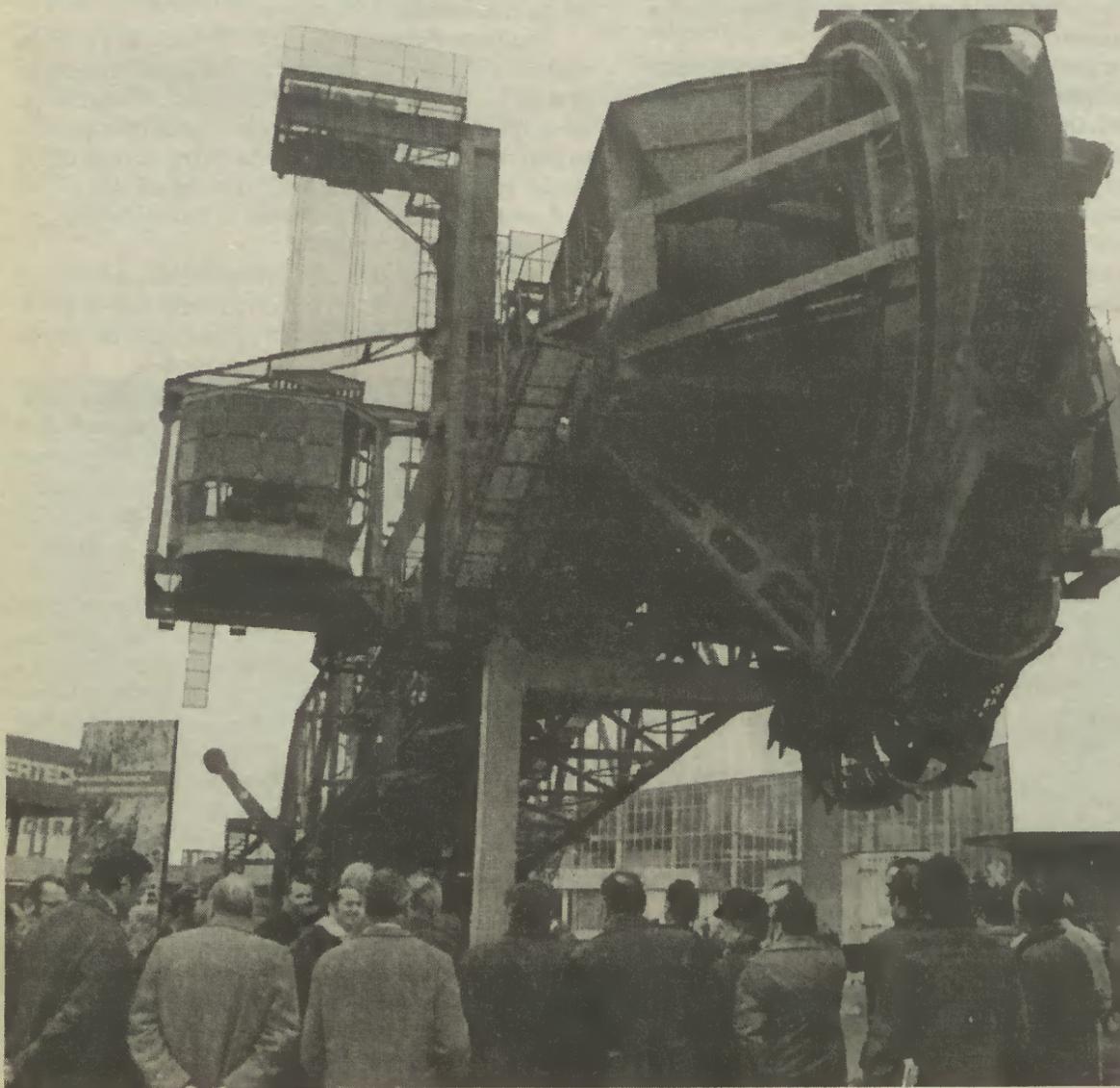
Isto é, esse financiamento tende a criar laços de reciprocidade entre os financiadores e os financiados, de potencial domínio destes (os partidos) por aquelas (as empresas). Admitir o financiamento empresarial dos partidos políticos é aceitar um autêntico "patrocínio" da vida política por empresas, o que, demonstradamente, implica um importante e generalizado risco de corrupção.

E quanto ao argumento de que, mesmo com a proibição legal de financiamentos por empresas, poderem continuar a existir financiamentos ilegais, a verdade é que se nenhuma lei pode impedir eventuais comportamentos culposos, não é menos certo que a responsabilidade pesa sobre os que transgridem e não sobre as leis moralizadoras. E só existindo essas regras legais os transgressores podem ser devidamente e publicamente culpabilizados e punidos. Tal como sucede em todos os crimes punidos na nossa lei penal.

Acabe-se, pois, de uma vez por todas, com o financiamento de partidos políticos por empresas, sejam elas públicas ou privadas, como o PCP sempre tem proposto e defendido.

E reduzam-se substancialmente as despesas com as campanhas eleitorais. Não apenas, e já seria razão mais que suficiente, porque o gasto de centenas de milhares de contos em campanhas eleitorais (há quem diga acima de um milhão de contos) por alguns partidos, tem necessariamente de chocar os cidadãos e de os levar a divorciarem-se crescentemente da vida política. Mas também porque esses "rios" de dinheiro substituem o debate democrático assente em ideias e propostas políticas pelo *marketing* político. E, ainda, porque se forem necessários muito menores recursos financeiros para as campanhas eleitorais, não me restam dúvidas que haverá muito menor apetite pelos financiamentos ilegais. Sejam eles quais forem.

Acabe-se, pois, de uma vez por todas, com o financiamento de partidos políticos por empresas, sejam elas públicas ou privadas, como o PCP sempre tem proposto e defendido.



O alargamento da NATO

A Assembleia da República aprovou há um mês, com os votos contra do PCP e do PEV, o alargamento da NATO para Leste, concretamente à Polónia, Hungria e República Checa. Este alargamento a países que faziam parte do ex-Pacto de Varsóvia representa um passo gigantesco na estratégia de transformação da NATO, desenhada sob a inspiração de Washington e à medida dos seus interesses.



■ João Amaral

Apesar da importância do tema, não houve nenhum órgão de comunicação social que lhe reservasse sequer duas miseráveis linhas. Pode dizer-se que esse é o interesse da NATO, para quem estas decisões, quanto menos forem discutidas, melhor será. Por isso, o silêncio em torno desta questão só é prejuízo para as forças progressistas e para os povos. Por isso também, é importante reunir forças para quebrar esta cortina de silêncio.

Dir-se-á, e com razão, que se não foi possível quebrar o silêncio em torno da questão, isso também resultará da baixa eficácia da intervenção parlamentar dos que estão interessados em que esse debate se faça. Ninguém melhor do que o autor destas linhas, também orador nesse debate parlamentar, está bem colocado para avaliar essa baixa eficácia... Só que o problema não está em bater com a mão no peito, o problema está em encontrar formas de desenvolver e estimular a análise e as tomadas de posição sobre este problema.

O alargamento da NATO revela a capacidade que os seus líderes, e particularmente os Estados Unidos, tiveram para explorar a situação criada com a queda do Pacto da Varsóvia e da URSS. De facto, toda a propaganda da NATO desde a sua fundação sempre assentou na ideia do "perigo de Leste". Foi a alegação desse perigo que justificou a instalação de um formidável aparelho militar na Europa, incluindo armamento nuclear de curto e médio alcance. Caída a "ameaça", a NATO ficou sem cabide onde se pendurar, sem forma de se auto-justificar perante a opinião pública, para quem todo o processo armamentista da NATO se baseava na ideia de equilíbrio. Desaparecido o bloco de Leste e o Pacto de Varsóvia, para quê continuar a NATO?

Tudo apontava para a segurança na Europa passar a ser organizada e garantida por uma nova lógica que se vinha afirmando, a lógica de uma estrutura de cooperação e segurança. Com a aprovação da Acta de Helsínquia em 1975, essa via, contraposta à das alianças militares (NATO e Pacto de Varsóvia), ganhou espaço e credibilidade. Caído o Pacto de Varsóvia, a estratégia do equilíbrio assente na força parecia perder justificação. Realizada a Conferência de Paris

em 1990, que aprovou a Carta de Paris e criou a OSCE, este parecia ser o caminho principal para a paz e segurança na Europa.

A questão era: que podia evitar a justa reclamação de dissolução da NATO, e impedir que fosse a OSCE, com a ONU, a assumir todo o papel de garantia da paz na Europa?

A resposta dos EUA e da NATO desenvolveu-se em duas frentes. Desde logo, procuraram demonstrar que o termo da guerra-fria não abria um novo período de paz, mas era antes a emergência de um período de novos conflitos e de novos perigos. Quanto a estes, teorizou-se sobre o terrorismo e o narcotráfico como ameaças globais. Quanto a novos conflitos, a questão Iraque-Koweit serviu às mil maravilhas para exemplo.

A segunda frente foi a da elaboração de uma nova estratégia para a NATO. Em tempo record, foram preparados dois documentos fundamentais, a Declaração de Roma e o novo Conceito Estratégico da Aliança, e foi promovida a sua aprovação na Cimeira realizada em Itália em Novembro de 1991.

Nesses documentos, a NATO "refundava-se". Atribuía-se a si mesma o papel de liderante da política de defesa e segurança na Europa, procurava um novo impulso em novas missões, mantinha o seu aparelho militar reformulando substancialmente a sua estrutura e siste-

alargamento da influência da NATO, sem que esta seja tocada.

As consequências deste processo de "decalque" do território da OSCE são devastadoras para esta Organização, que se vai subordinando crescentemente à orientação política e político-militar que a NATO define.

Experimentada a nova estratégia nos Balcãs, a NATO prossegue então o processo de reformulação conceptual, que, a par do alargamento, quer ver aprovada e em funcionamento a partir de Abril de 1999, data do seu 50.º Aniversário. A Cimeira de Washington está a ser activamente preparada, mas as linhas de força dessa nova estratégia estão enunciadas. Pela sua importância, consideram-se três questões.

Em primeiro lugar, a NATO prepara-se para abandonar definitivamente o limite de área de actuação, que o Tratado de 1949 lhe impunha. Concebida (no papel!) como aliança defensiva, a NATO tinha de limitar ao território dos seus membros o campo das ameaças que lhe



ma de forças, confirmava a opção nuclear.

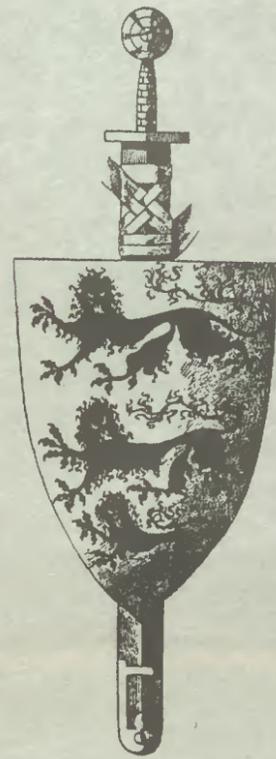
Nos anos decorridos desde 1991, essas orientações foram aprofundadas.

Mantém-se o papel liderante dos Estados Unidos. A NATO concedeu incorporar a chamada Identidade de Segurança e Defesa Europeia, mas reserva para si as melhores forças operacionais e a decisão final sobre a possibilidade do seu emprego sob o chapéu da UEO. A liderança dos EUA afirma-se também nos comandos de Forças Europeias, que os Estados Unidos reservam para si.

A NATO desloca o campo de acção para Leste, através de sucessivas fórmulas, desde o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte, e da Parceria para a Paz, até ao recém-criado (em Sintra, o ano passado) Conselho de Parceria Euro-Atlântico, que engloba 44 dos 54 países da zona OSCE (só estão de fora os países da área da Jugoslávia, alguns minipaises tipo Santa Sé e a Irlanda). Todos estes sistemas têm de comum o permitirem o

permitted interv. Hoje, a NATO quer interv. em qualquer parte, "fora da área". Há mesmo quem fale em "globalização" da NATO, imaginando que, por vagas sucessivas, a Organização passará a interv. em todo o Mundo.

Em segundo lugar, a NATO em consequência deste modelo de intervenção, está a reformular radicalmente as Forças Armadas dos seus Membros, no sentido de uma cada vez maior integração militar. A estrutura militar da NATO, por opção estratégica, assenta em forças multinacionais, combinando os vários ramos e vocacionadas para o emprego em zonas distantes, através da sua deslocação rápida. Para Portugal, isto significa que as Forças Armadas



Portuguesas são cada vez mais peças especializadas dentro de Forças da NATO, perdendo assim autonomia quer quanto à sua estruturação quer quanto à doutrina do seu emprego, cada vez mais subordinada às opções da NATO (o caso Kosovo é exemplar).

Em terceiro lugar, a NATO procura hoje teorizar a desnecessidade de qualquer mandato da ONU para poder interv. em qualquer conflito. É aliás um dos aspectos mais chocantes do caso Kosovo. De facto, a NATO preparou todo o aparelho militar de intervenção no território de um país

soberano apesar de não contar à partida com mandato das Nações Unidas. Para fundamentar este tipo de actuação, alguns dirigentes e altos quadros da NATO falam da inaplicabilidade dos limites da Carta das Nações Unidas ao Tratado de Washington, argumentando com uma alegada natureza específica da NATO.

Estas três opções representam uma regressão do direito internacional, comprometem os esforços para o estabelecimento de sistemas justos de segurança e cooperação, enfraquecem a ONU e a OSCE, representam a afirmação da liderança americana (e a corresponden-



te subordinação europeia), tornam a NATO uma organização assumidamente interventora e agressiva, e limitam fortemente a soberania nacional de Estado como Portugal.

O que se pergunta é simples: há ou não nestas opções muitas razões de discordância, crítica e oposição? É ou não possível diferentes pontos de partida e visões políticas encontrarem uma plataforma de entendimento contra estes caminhos da NATO.

É por isso que o debate é importante e urgente.

Jornalistas contra pensamento único

«**A** nossa profissão, exercida hoje no quadro da globalização neoliberal, sofre os impactos negativos de um processo de concentração económica e comunicacional, que não só degrada a democracia informativa mas também a democracia política» - é de jornalismo que se trata e quem o afirmou foram jornalistas, reunidos no V Encontro Ibero-Americano de Jornalistas realizado nos dias 12, 13 e 14 deste mês, na Póvoa de Varzim. Um encontro efectuado, como já é de tradição, nas vésperas da Cimeira Ibero-Americana, a que mais uma vez os jornalistas fizeram chegar uma Declaração com as suas preocupações e reivindicações.

Promovido pela Federação Latino-Americana de Jornalistas (FELAP) e organizado pelo Sindicato dos Jornalistas (SJ) portugueses, o Encontro esteve subordinado ao tema «Globalização e regionalização e os seus efeitos no campo do jornalismo». Durante três dias, dirigentes daquelas duas organizações e representantes do México, Argentina, Espanha, Cuba, Guatemala, República Dominicana, Porto Rico e Costa Rica debateram as principais preocupações dos profissionais da informação. E se os efeitos da globalização constituíram o «prato forte» dos debates, nem por isso se deixou de reflectir sobre a necessidade de legislação comum para a segurança dos jornalistas no exercício da sua profissão, as novas tecnologias, os jornalistas e a sociedade.

Experiências distintas, realidades diversas, preocupações comuns - assim se pode sintetizar o Encontro, cuja sessão inaugural contou com a presença do Presidente da República, Jorge Sampaio, também ele preocupado com o rumo da informação, de tal forma que acolheu com simpatia a necessidade de convocar uma Conferência Mundial das Comunicações, com o objectivo de permitir um amplo debate entre todos os sectores representativos no campo da comunicação e do jornalismo sobre o presente e o futuro de «uma das questões principais que forjam o destino da Humanidade».

Repositório das preocupações comuns, a Declaração aprovada no final dos trabalhos - entregue no dia 14 ao secretariado diplomático da Cimeira Ibero-Americana, e no dia 17 ao Presidente da República Portuguesa - exprime a convicção de que «sem democracia económica não há democracia informativa», e reclama «que os governos ibero-americanos actuem decididamente para impedir que se concretize a aplicação do Acordo Multilateral de Investimento (AMI), na medida em que esse acordo implica a intenção de impor ao mundo uma espécie de constituição supranacional que dê ao poder económico transnacional o direito a intrometer-se e sancionar, em cada país, as políticas económicas da sua conveniência».

Conscientes da necessidade de «diminuir o fosso entre Estados ricos e pobres» e entre «ricos e pobres dentro de cada Estado», as organizações de jornalistas reunidas na Póvoa de Varzim reclamaram igualmente a instituição de «uma taxa de um por cento sobre as transações do mercado de câmbios, como foi proposta por James Tobin, Prémio Nobel da Economia».

Preocupados com o reforço do pensamento

único saído dos grandes grupos económicos, que defende que todas as grandes questões sociais devem ser reguladas pelo mercado e favorece a manutenção das injustiças, os jornalistas consideram que se encontram hoje numa «situação simétrica à da sujeição à censura: se, com a censura, não podiam escrever o que pensavam, com o pensamento único não podem pensar o que escrevem». Neste contexto, entendem ser «seu dever e preocupação a luta contra o domínio de uma única forma de pensamento», «rejeitam o jornalismo norteado apenas pelos interesses económicos e/ou políticos dos detentores dos meios», e consideram ser «necessário defender o sector público da Comunicação Social, como forma de garantir, em cada Estado, a possibilidade de contrariar o pensamento único veiculado pelos grandes grupos internacionais de comunicação».

Particularmente importante para a defesa da democracia é a garantia do direito à vida e à segurança dos jornalistas, que em muitas partes do mundo, e designadamente na América Latina, continua a ser inexistente. Assim, a Declaração da Póvoa de Varzim responsabiliza os Estados e os Governos por essa «obrigação indeclinável», e «condena a passividade dos poderes públicos que se constituíram cúmplices objectivos das mortes e agressões a jornalistas».

A Declaração sublinha ainda que o jornalista só pode ser «garantia de liberdade de informação na medida em que possa vincular-se a um compromisso ético», o que exige uma «decidida intervenção legislativa em favor de um Estatuto do Jornalista», que consagre os seus direitos e deveres e a sua efectiva independência.

A terminar, a Declaração reitera a necessidade de que as reivindicações dos jornalistas não sejam ignoradas, saídas o propósito de discutir, na IX Cimeira Ibero-Americana a realizar em Cuba, os efeitos sociais da globalização, e propõe-se contribuir para o debate com a realização, em Havana, em Novembro de 1999, do VI Encontro Ibero-Americano de Jornalistas.



Obrigado,

Ouvi de amigos do Porto que desde as grandes jornadas da Revolução de Abril que não se viveu naquela cidade jornada comparável à do sábado 17. A torrente caudalosa das emoções, a alegria, a espontaneidade e a firmeza com que milhares de pessoas expressaram a sua fidelidade ao Socialismo como revolucionários e internacionalistas foram espelho de um renascer de esperanças adormecidas, numa demonstração convincente de que a confiança no futuro permanece ancorada no coração da gente progressista do Norte.

Foi a solidariedade com o povo cubano a causa primeira desse vento com aroma revolucionário que soprou durante largas horas sobre o Porto.

Nem os mais optimistas esperavam que numa tarde de chuva quase permanente uma multidão de dez a doze mil pessoas fizesse de um desfile de solidariedade um acto de amor com a luta épica do povo de Martí e Maceo e um clamor de protesto contra a política de cerco e agressão do imperialismo americano.

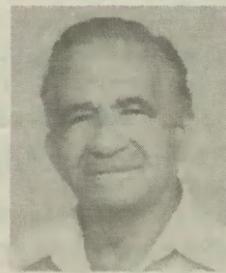
A chegada inesperada de Fidel Castro ao Centro de Congressos e Desportos de Matosinhos veio prolongar e ampliar aquilo que principiara nas ruas em atmosfera de desafio e calor humano.

Já o *Grândola Vila Morena* se havia cantado na grande nave. A brisa das emoções tornou-se então tempestade. A grande maioria dos presentes sentiu a presença de Fidel como concretização de um sonho. Puderam ver e escutar ao vivo um herói da Humanidade que há meio século caminha pelo gume da História batendo-se pelo Socialismo e contra a exploração do Homem.

Em Matosinhos apresentou-se, sorridente, o outro Fidel, o homem que, sem perder em momento algum a consciência da sua condição de chefe de Estado participante numa Cimeira Internacional, aproveitou o tempo livre de uma madrugada para falar em Matosinhos a amigos de Cuba como humanista e comunista, como revolucionário fiel a um ideário.

José Saramago - que esteve perfeito na sua sobriedade - facilitou-lhe a tarefa ao afirmar que o Prémio Nobel de Literatura de 1998 está com a Revolução Cubana.

El Comandante logo derrubou barreiras que nestas situações levam com frequência a desencontros ou pelo menos a distanciamentos. O tom e o estilo de conversa ínti-



Miguel Urbano Rodrigues

ma, a maneira como evocou momentos do Programa Oficial suprimiram todos os espaços. Fidel ficou instantaneamente entre o povo. Pulverizou num ápice imagens e calúnias difundidas pelos pregoeiros da desinformação, empenhados em pintar o retrato de um imaginário ditador.

A conquista da familiaridade de deu ao discurso uma trans-

parência diáfana e poder de convicção quando ele, dirigindo-se ao público, começou a falar do bloqueio, de carências e sofrimentos do seu povo, de momentos dramáticos da História, e também da defesa do Socialismo numa terra sem analfabetos, onde a instrução e os cuidados de saúde são totalmente gratuitos, um país sem droga e com a mais baixa taxa de Sida do mundo, a Ilha que partilha com os mais necessitados o pouco que tem.

O discurso sobre a globalização terá sido para muita gente uma surpresa pelo seu didactismo. Porque Fidel conseguiu imprimir força de evidência à descrição do funcionamento dos mecanismos da engrenagem que desencadeou a crise na Ásia Oriental e que ameaça evoluir para uma crise globalizada.

Não foi somente uma lição de economia política; foi também uma aula de técnica de comunicação.

Informam os jornais que Fidel *falou de tudo*. Enunciam uma quase-verdade, pois no seu olhar sobre o mundo contemporâneo abordou temáticas extremamente diferenciadas. Não me parece, porém, que a Comunicação Social tenha chamado suficientemente a atenção para dois pontos fundamentais da intervenção de Fidel em Matosinhos.

Refiro-me, em primeiro lugar, à frontalidade da crítica ao imperialismo norte-americano, aos seus crimes e agressões. Não recorro qualquer discurso em que outro estadista estrangeiro tenha apostado com tamanha clareza os pontos nos ii na



Sessão de abertura do V Encontro Ibero-Americano de Jornalistas, com a presença do Presidente da República, Jorge Sampaio (Foto Bruno Neves)



Comandante!

denúncia desafiadora da política do império norte-americano.

Foi bom que Fidel no seu estilo inconfundível tenha alertado no Porto o nosso povo para a ameaça representada pela pretensão de Washington de impor ao mundo a cultura Coca-Cola e MacDonal. Foi útil o que disse sobre a necessidade de defesa de valores culturais nos combates pela preservação de civilizações diferentes, criadas pelo homem na longa duração da História.

A presença de Saramago serviu-lhe de ponte para ligar a defesa do idioma como património de inestimável valor à fidelidade aos princípios e convicções de que o autor do *Memorial do Convento* lhe aparece como paradigma. O outro momento alto do discurso foi aquele em que, recusando o pessimismo, tão comum num mundo dominado pelas forças obscurantistas e selvagens do capital, Fidel lembrou que nada está perdido e que a Humanidade se acha em condições de dar resposta aos gravíssimos perigos que a ameaçam.

A resistência empolgante de Cuba é a melhor prova de que o capitalismo, não obstante o seu imenso poderio, não consegue impor a sua vontade e a sua lei a um pequeno e pobre povo. Enquanto a nova ordem internacional ditada por Washington se afunda numa crise de desenvolvimentos imprevisíveis, o Socialismo está a ser vitoriosamente defendido numa ilha situada a 90 milhas da Florida.

Somente quem esteve em Matosinhos naquela noite pode avaliar plenamente a força do sentimento internacionalista que a presença estimulante e as palavras de Fidel contribuíram para fazer subir numa multidão que vibrava como se fora um corpo único.

Abril vinha à memória a cada instante.

Um adolescente, radiante, perguntou-me à saída: «Poderá haver um dia outra revolução em Portugal?»

Eu respondi que sim.

Informou que era aquele o primeiro «comício» da sua vida.



O homem de Estado, o revolucionário e o artista

Ao tomar a palavra no final dos trabalhos da VIII Cimeira Ibero-Latino-Americana para proceder a um balanço na qualidade de Presidente do país-sede da próxima, Fidel Castro fez-me pensar no regente de uma grande orquestra cujos músicos lhe são em grande parte hostis, mas o respeitam e se rendem ao seu talento.

A peça que apresentou e dirigiu foi tão bem dirigida e era tão complexa que parte da crítica (designadamente o «Diário de Notícias» e o «Público») lhe atribui por vezes significado e intenções opostos aos reais.

Cabia a Fidel propor, em nome de Cuba, o tema da próxima reunião dos 21 em Havana. Não era tarefa fácil.

O prelúdio foi naturalmente extenso e minucioso, com notas talvez inesperadas.

Para que a capital cubana possa debater em Outubro de 1999, como assunto prioritário e de fundo, a grave crise que o capitalismo atravessa, tornava-se imprescindível um consenso muito difícil de obter. Mas esse objectivo foi alcançado com virtuosismo.

Após uma noite quase sem dormir - deixou o pavilhão de Matosinhos madrugada alta -, aproveitou o almoço de trabalho (ficando em jejum) para promover a convergência dos contrários, ou mais exactamente para conseguir a aceitação de uma agenda dolorosa para a maioria dos governantes latino-americanos. A unanimidade foi facilitada pelo temor de uma crise global do sistema (capitalista, claro) na qual a América Latina poderia inclusive cumprir o papel de espolta detonadora.

Fidel foi magistral na exposição e na manobra.

Os aspectos inovadores da organização e da fórmula portuguesas mereceram referência especial. Depois, as intervenções dos presidentes do México, do Brasil e do Chile serviram de trampolim para a colocação de questões de fundo, e foi particularmente realçada a importância da ajuda financeira da Espanha.

Quase imperceptivelmente ficou aberta a porta para iluminar a crise desencadeada pela irracionalidade neoliberal.

Sempre cauteloso, por vezes irónico, evitou o ataque frontal à religião do mercado (na véspera fulminara-a). Mas o malogro da globalização foi emergindo com nitidez através de citações de discursos recentes de Clinton e do director do FMI, Michel Camdessus. Fidel recordou opiniões em que ambos afirmam, afinal, hoje, assustados, exactamente o contrário do que diziam há menos de um ano...

O Presidente cubano, com fina ironia, lembrou também uma situação incómoda para a maioria dos governantes presentes: o desastre a que estamos assistindo havia sido previsto com larga antecedência por Cuba, cujos dirigentes eram então acusados de pessimistas e irresponsáveis.

Fidel permitiu-se mesmo, com bom humor, corrigir o catastrofismo de Camdessus, o grande senhor do FMI. É um facto que a América Latina, sobretudo o Brasil, estão na linha de mira dos especuladores. Fidel esboçou o quadro da manobra que se delineia. Mas a globalização neoliberal, conduzida num contexto em que o mercado actua como um animal selvagem, pode e deve ser combatida por uma globalização

humanista, a da solidariedade dos povos. A tarefa será difícil, esbarra com obstáculos gigantescos. Mas o desfecho que se teme, que assusta os próprios sacerdotes do mercado, não é uma fatalidade.

Das palavras de Fidel transparecia modéstia; mas igualmente satisfação. Afinal, os presidentes que ainda há meia dúzia de meses enalteciam os supostos benefícios miraculosos das políticas ultraliberais acabaram aprovando para a Cimeira de Havana um tema que traduz o seu medo do futuro imediato: «Ibero-América e os riscos de uma crise económica globalizada».

Não me permite a escassez do espaço entrar na apreciação de aspectos importantes da bela partitura fidelista. Registo apenas que, além de originais, reflectem uma grande subtilidade de pensamento. O estudo analítico do furacão que ameaça o Brasil (mais de 20 mil milhões de dólares de reservas do Banco Central voaram em poucas semanas) foi magistral como mostruário dos efeitos das políticas neoliberais.

A RTP, que havia anunciado a transmissão integral dos discursos da sessão de encerramento, faltou ao compromisso. Cortou a transmissão quando Fidel falava. Não parece ter apreciado a sua oratória. É natural que isso aconteça naquela casa. O Presidente cubano dominou a Cimeira do começo ao fim, como figura ímpar. Projectou nela a imagem do homem, do estadista, do revolucionário, até do artista da política. Todas muito incómodas para o *establishment* português.

Por um mundo justo e unido Fidel Castro

(excertos da apresentação do livro, no Porto, a 14 de Outubro)

Edições Avante, Outubro de 1998

“Não se assustem...”. Foi assim que Fidel Castro começou o seu discurso no encerramento do Encontro Internacional Economia’98, realizado em Havana, a 3 de Julho deste ano, e que Edições Avante decidiu, oportunamente, editar.

Assim começou a sua intervenção porque Fidel é assim. Passou por ali, queria despedir-se, queria agradecer a presença dos economistas estrangeiros em Cuba, queria dizer-lhes ainda alguma coisa na sequência de outras com que tinha participado nas discussões em comissão, e começou assim.

Depois... de improviso, sem quaisquer formalismos, com a sua inigualável capacidade de comunicação, Fidel foi dizendo. Foi discorrendo, foi conversando. Com naturalidade, saltou de uns temas para outros sem que o discurso perdesse a sua linha condutora, a sua consistência ideológica, tudo o que leva a que, este livro, como tantos outros com origem em intervenções suas, seja de um enorme interesse, seja de leitura recomendada. Para todos.

Pelo meu lado, centrarei a minha apresentação em dois ou três aspectos, mas, antes, queria sublinhar uma vertente que, associada intrinsecamente à da comunicabilidade, sempre encontrei em Fidel, e a que dou a maior importância.

Fidel Castro é um pedagogo. Faz da política a procura de trazer os outros, todos os outros, para a política, para a participação na actividade política, cidadã. Para que todos vivam melhor, é certo, mas para que assim aconteça não por tal nos ser concedido pelos outros ou ofertado pelos nossos mas porque temos todos acesso, antes de mais, a saber, a escolher, a participar nas escolhas, a decidir.

Lembro, de Fidel (e da equipa de economistas que com ele trabalha) a capacidade de síntese conceptual, pois cada palavra ou expressão é um conceito quando não usamos as palavras ao deus dará...

Sem preocupações de rigor que outras circunstâncias exigiriam, recordo o neologismo “sucursalização”, que Fidel traduzia a dinâmica de abertura, nos “países em desenvolvimento”, de sucursais de grupos multinacionais, neologismo que adoptei e ainda mais neologismo tornei ao transformá-lo em “Sucursalarização”, no passo de uma reflexão com base na necessidade de que essas “sucursais” substituíssem, enquanto fontes criadoras de mais-valia, as aplicações de capital produtivo que, noutros lugares, encontrava dificuldades em se reproduzir. Outra, foi a expressão *interdependência assimétrica*, correspondendo a verificar que a evolução objectiva que leva à cada vez maior interdependência, de todo o tipo e a todos os níveis, se concretiza, nas relações de produção que definem o capitalismo, de forma desigual e assimétrica, agravando as desigualdades sociais e as assimetrias regionais.

Neste discurso, em boa hora feito livro e em português, também Fidel vem em nosso auxílio com expressões que nos podem ajudar a ver mais claro. Essa ajuda é mais evidente quando Fidel sintetiza em duas palavras – *globalização neoliberal* – uma ideia, um processo, uma situação, e acrescenta que, assim “não nega o processo de globalização que é, inevitável, que é inexorável, e o qual devemos estudar muito”.

Na verdade, por vezes a dificuldade em debater o fenómeno objectivo da globalização resulta de se atacar o que inevitável, o que é inexorável, como se fosse o que é tão-só o seu aproveitamento e ideologização – e também aceleração – pelo capitalismo neoliberal.

Fidel vai mais longe, na ilustração da sua capacidade de síntese. Fala de *imperialismo globalizado* e de *globalização socialista*, expressão actual do internacionalismo que, com toda a convicção, afirma em nada conflitar com o amor à pátria.

Permitimo-nos, aqui, abrir uma frente de debate. É verdade, como disse Fidel, que as condições, materiais e culturais mínimas para uma América unida, para um mundo unido, não existam antes (no tempo de Bolívar) mas hoje elas estão aí. E que a globalização vai criando as condições para um mundo unido e justo. No entanto, se esse mundo justo e unido é a expressão socialista, solidária, internacionalista da globalização objectiva, grave seria se a luta se fizesse apenas, ou até prioritariamente, a esse nível, ao nível do mundo globalizado, esquecendo que ele, além de globalizado, só poderá ser justo e unido se a luta for ganha nas parcelas que o compõem. Em Cuba, por exemplo!

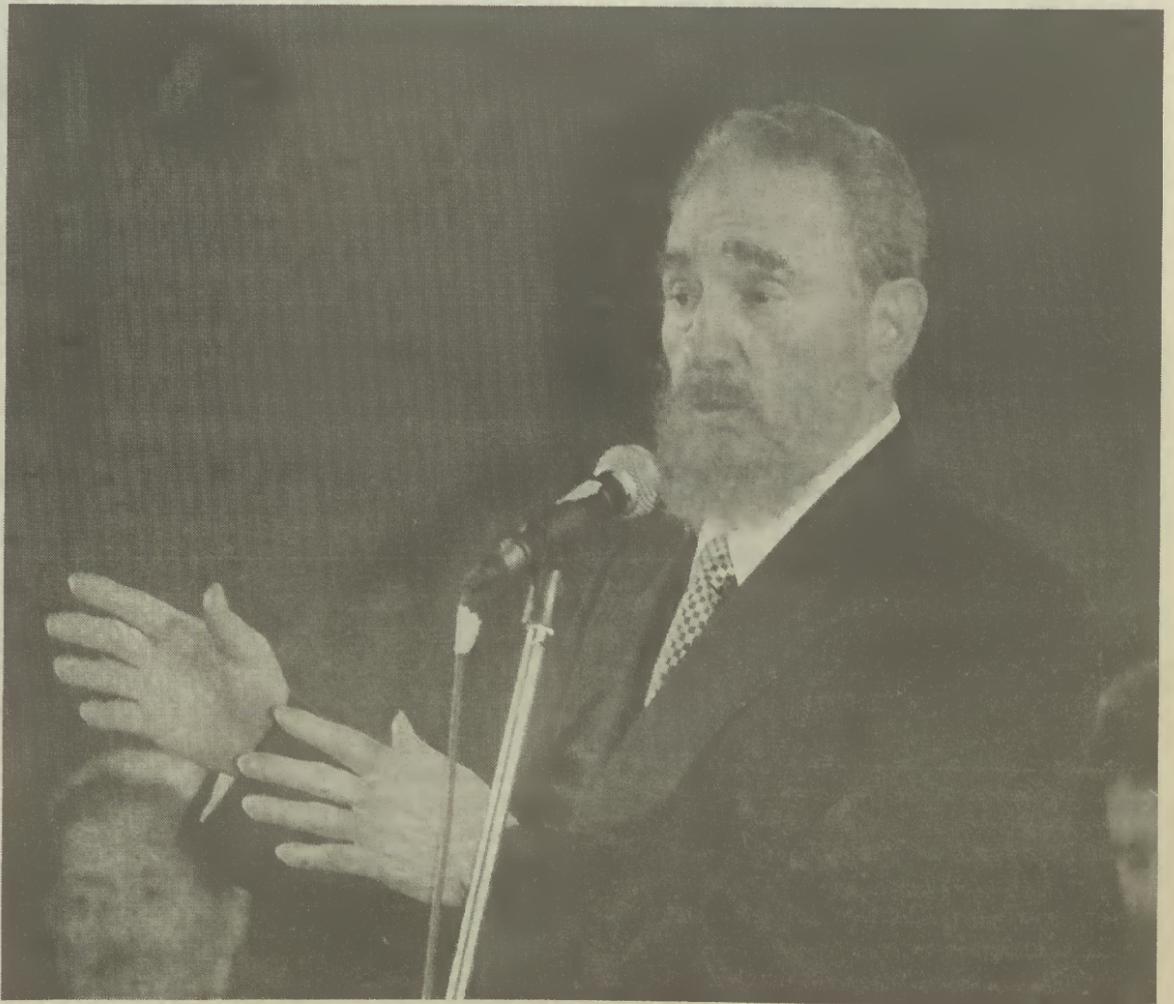
Fazer a soma

Sobre parcelas, povos e Estados, sobre um mundo globalizado que será a sua soma, também o curto discurso de Fidel nos traz e motiva reflexões como só ele sabe fazer, com a sua pedagogia feita política, ou política feita pedagogia. Diz-nos Fidel, depois de se ter retido no tema muito seu de Cristo e das religiões, que se tem de formar “a soma de mais de um pensamento revolucionário e a soma das melhores ideias éticas e humanas de mais de uma religião, eu diria que todas as religiões autênticas (...) a soma das prédicas de muitos pensadores políticos, de muitas escolas e de muitas religiões.”

Ora, se Fidel diria assim, e assim disse, atrevo-me eu a dizer que esta soma, como o mundo unido a que se quer identificar, é a oposição ao único, ao mundo único e ao pensamento único que estão intrinsecamente ligados ao capitalismo neoliberal, ao capitalismo do mundo uno e não plural. Na globalização, objectiva que nos é contem-

veniente para os países que não são desenvolvidos.

Há, na verdade, posições diferentes e a forma como Fidel levanta a possibilidade de estar em contradição com outros que são do seu campo de luta política, social, ideológica, é mais um exemplo pedagógico, de pedagogia política. Na verdade, estamos, os que combatemos não a integração económica como adequação das relações sociais à evolução das forças produtivas mas esta integração europeia como se está concretizando, e em que predomina a resposta de classe à evolução das forças produtivas, os que combatemos não uma nova moeda, que mais não fosse que um instrumento à medida da internacionalização das relações económicas internacionais, mas este euro e este Banco Central Europeu, construído ao serviço dos interesses transnacionais, estamos, na verdade, em desacordo com a posição que vê utilidade nesta integração e nesta moeda por serem processo e instrumento que poderiam fazer face aos privilégios e ao



porânea, lutamos por um mundo que, na sua pluralidade, seja unido e contra um mundo que seja artificialmente uno, fruto de uma neoliberalização da globalidade das relações sociais.

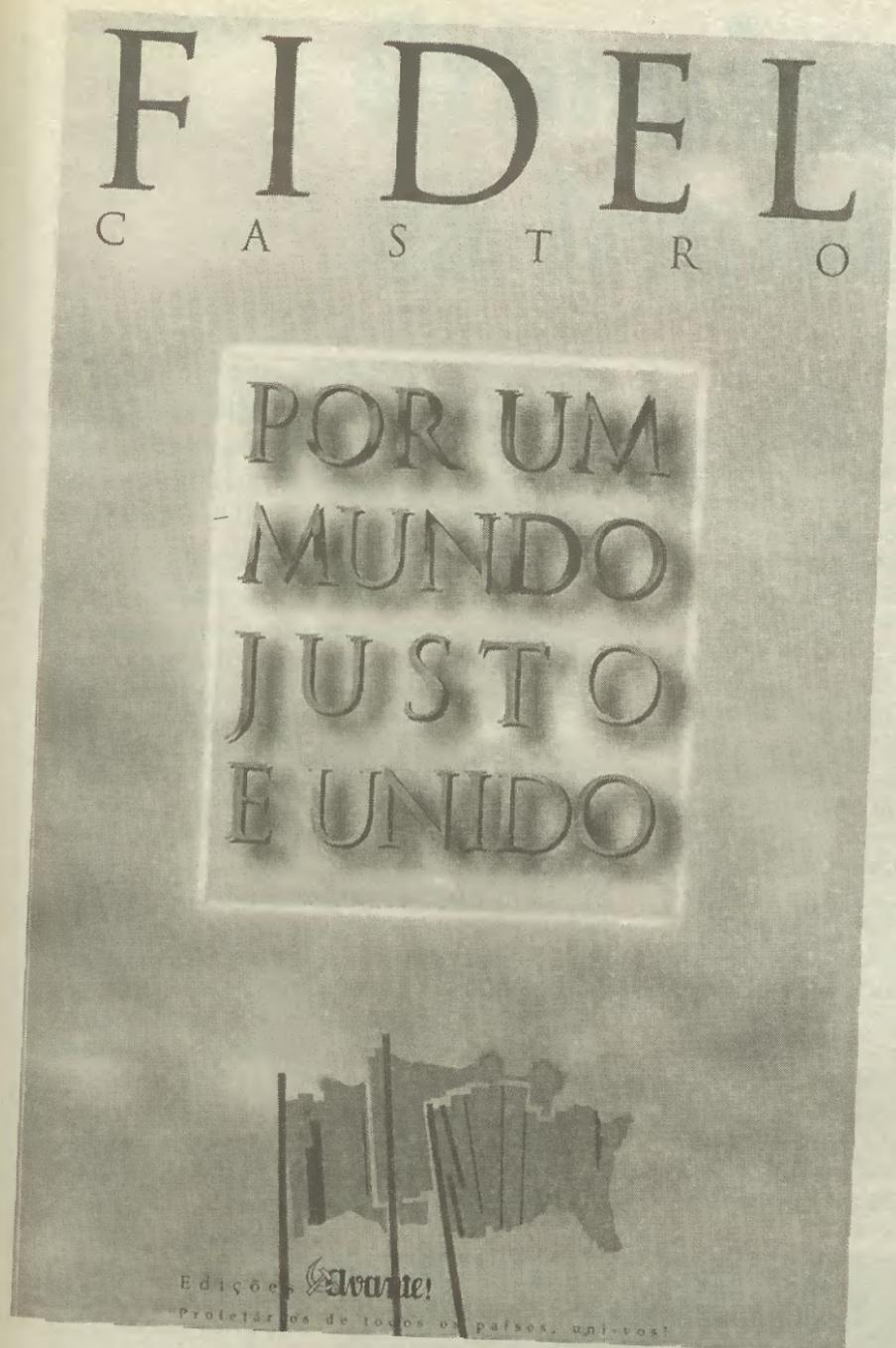
Selecciono, ainda, um tema que me/que nos respeita particularmente.

Diz Fidel que pode estar em contradição (“numa certa contradição...”) com aqueles que se opõem à integração europeia, particularmente com os que estão contra a “nova moeda”, o euro, que, na sua opinião, é con-

poder da moeda hegemónica, o dólar, evidentemente!

Ora, a globalização neoliberal quando nasce é para tudo... e a integração europeia, tal como vai a União Europeia, e a moeda única, tal como é o euro e o seu BCE, fazem parte dessa globalização neoliberal e nunca serão processo e instrumento que belisque os privilégios e os poderes do imperialismo globalizado.

Por isso, não concordamos com Fidel quando diz que “seja qual for o signo que pre-



sida a essa integração, seria preferível para o resto do mundo, nesta fase de globalização, ao domínio total e absoluto do dólar na economia mundial”.

Há que dizer, e a Fidel!, que não se trata, como ele disse, de gostar ou de não gostar de uma integração neoliberal nos nossos países desenvolvidos (e, como se sabe, nem todos o são!). Trata-se de ter a convicção de que essa integração neoliberal, nesta fase de globalização, serve o imperialismo global e não se justifica a premissa, ou a ilusão, de que possa vir a ter, nestas condições, sob este signo..., o menor efeito contrário ao dólar na economia mundial ou o menor efeito dissuasor do domínio do dólar na economia mundial. Pelo contrário. Virá em seu socorro se preciso for e possível lhes for.

Este é um tema intrínseco à globalização neoliberal sobre que importa pensar, estudar, debater, em termos de globalização nossa enquanto parcelas de um mundo que queremos mais justo e mais unido.

Caminhos

Tem de se compreender – é quase uma questão prévia – que os caminhos para o mundo justo e unido que todos queremos não são os mesmos, não são vistos da mesma maneira a partir de Cuba e a partir de Portugal. Bem mais que uma dificuldade, esta é uma grande força nossa. Porque temos quem, como Fidel, nos ensina a discutir. Não se cansa, Fidel, de estimular e promover o estudo, a análise, o debate, como o fez no final do Encontro de Julho, logo apadrinhado – e com que força e entusiasmo o fez! – a sua continuidade, com um novo encontro concentrado no problema da globalização neoliberal. Para Janeiro de 1999.

Por último, como economista que sou, sublinho que Fidel, sendo jurista de formação, reconhece o papel fulcral da economia e dos economistas. Como sempre o tem feito e mais uma vez o faz neste discurso. Neste, com a pertinente e lúcida distinção entre o que são os economistas que servem as transnacionais, os que exercem o simples papel de assessores, e os **economistas do povo**, os economistas políticos, chegando a dizer que os políticos que não entendam, ou não queiram entender, ou que não se esforcem em conhecer a economia, não são dignos de exercer as funções que exerçam como políticos.

Como palavra final, relevo que Fidel tem sempre a preocupação de sublinhar que o que diz e faz é fruto de estudo e de trabalho colectivo. Neste livro, quando, além de ter lembrado todos aqueles que estão por detrás do seu discurso e o ajudaram, quando fez uma referência longa e quase emocionada aos que, enquanto ele falava, estavam a trabalhar noutros lugares, alguns deles em condições bem difíceis, quando, ao estar perante o microfone e tendo sobre a cabeça as luzes e os holofotes acesos, lembrou os milhares de homens que o possibilitavam, dá-nos uma, mais uma lição, e faz com que, hoje, aqui, lembremos outros que estão sem trabalho, outros, ainda que, nesta Europa dita rica, são pobres e excluídos.

Obriga-nos, também, mas com muita alegria e confiança, a que, pegando-lhe na palavra, lhe digamos à maneira de um grande obrigado: é verdade que a Revolução Cubana não é a Revolução de Castro, é a Revolução de um povo, do povo cubano, é a Revolução de milhões de trabalhadores, dos trabalhadores cubanos. **É também a Revolução nossa.**

Obrigado, Comandante

Se comecei como começou o seu discurso, termino como o terminou:

Até à vitória, sempre!

Serviços de Informações A “coligação negativa” PS/PSD

A continuada inexistência, há mais de quatro anos, de fiscalização dos serviços de informações é a prova provada do absurdo a que podem conduzir a chicana política de PS e PSD e um exemplo cabal de “coligação negativa” do bloco central, confrontando a legalidade democrática e os direitos dos cidadãos.

■ **Carlos Gonçalves**

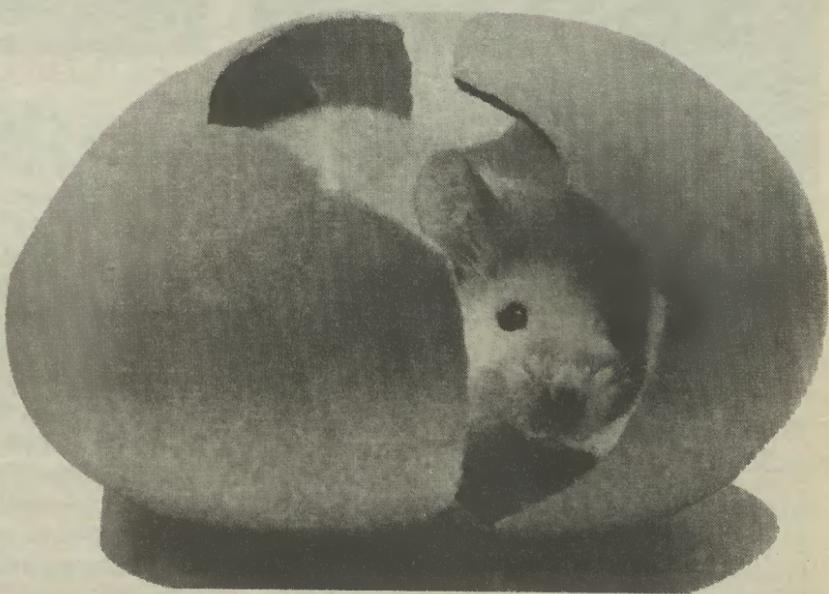
Nesse contexto, com o PSD numa fuga para a frente que se traduziria na Lei 4/95, de maior centralização e governamentalização do Sistema, de alargamento do campo das ilegalidades e de mais impuni-

dade e menos fiscalização, o PS pareceu disposto a romper com as perversões antidemocráticas e a pugnar pela subordinação do Sistema e “particularmente do SIS a um regime de fiscalização eficaz”⁽¹⁾.

Mas, já a governar, o PS, também nesta matéria, ficou-se por umas poucas alterações (Lei 15/96) quanto aos poderes do Conselho de Fiscalização, que, tendo aspectos positivos, ficaram muito aquém do indispensável, não instituindo o poder essencial de inspecção directa dos serviços sem pré-aviso, nem alterando o método de eleição do Conselho de Fiscalização por maioria de 2/3.

Assim, além de diversos outros aspectos profundamente negativos, manteve-se a absoluta dependência do PS dos votos do PSD na AR para a eleição do Conselho. Daí que nem todas as cedências do PS ao PSD, na Revisão da CRP, na disposição para eleger o Conselho por lista e no respectivo voto em Marques Vidal, um promotor das escutas pelo SIS, foram suficientes para impedir que, até hoje, e por este andar até ao fim da legislatura, o Sistema de informações continue sem fiscalização.

Assim, além de diversos outros aspectos profundamente negativos, manteve-se a absoluta dependência do PS dos votos do PSD na AR para a eleição do Conselho. Daí que nem todas as cedências do PS ao PSD, na Revisão da CRP, na disposição para eleger o Conselho por lista e no respectivo voto em Marques Vidal, um promotor das escutas pelo SIS, foram suficientes para impedir que, até hoje, e por este andar até ao fim da legislatura, o Sistema de informações continue sem fiscalização.



Informações de Segurança (SIS), lhe fornecessem.

Durante anos, o Conselho de Fiscalização, independentemente da vontade de quem o integrou, mais não foi que instância de branqueamento de todas as ilegalidades cometidas nesta matéria.

Mas chegou “o dia das surpresas”, quando a luta popular e a persistente intervenção do PCP puseram a nu o conteúdo antidemocrático, ilegal e inconstitucional da actividade do SIS (e não só) sob o consulado “cavaquista”.

A demissão dos membros do PS no Conselho de Fiscalização, em Julho de 94, veio a reflectir, ainda que tardiamente, a desconfiança generalizada nos serviços de informações e no quadro de fiscalização instituído.

Por sua exclusiva responsabilidade, que nenhuma cosmética ou declaração de bondade de intenções do ministro Jorge Coelho poderá escamotear, o PS está irremediavelmente enleado numa “coligação negativa” com o PSD de que resulta o intolerável vazio de fiscalização dos serviços de informações.

Um escândalo, um atentado ao Estado democrático de direito e uma ameaça à cidadania a que urge pôr cobro.

⁽¹⁾ “O Independente” 25.09.98.

⁽²⁾ O general Pedro Cardoso, hoje com 76 anos, continua a “eminência parda” do Sistema de Informações como Secretário-Geral da respectiva Comissão Técnica.

⁽³⁾ Programa Eleitoral de Governo do PS e da Nova Maioria, 1995.

Democracia retórica

Com a expansão do neoliberalismo e da sua parceira globalização, fica cada vez mais clara a dominação de uma elite que se privilegia com a concentração da riqueza e a fruição dos benefícios criados pelas sociedades ao longo de séculos de organização. A teoria das elites tem sido um dos principais temas da ciência social moderna com variadas interpretações ideológicas. Durante muito tempo vinculava-se à análise das doutrinas totalitárias sendo repelida pelos meios liberais e democratas. Hoje vemos nos regimes sociais-democratas o acentuar das tendências elitistas e a defesa de uma minoria poderosa que paira acima do povo como se vivesse em outro mundo.

O reconhecimento da injusta distribuição das riquezas nacionais é generalizado. Um dos primeiros pronunciamentos do Presidente Fernando Henrique Cardoso assinalou que "o Brasil não é um país pobre mas sim injusto". Agora, em meio à balbúrdia financeira que abala as Bolsas e consome as reservas brasileiras, o FMI anuncia que eventualmente poderá ajudar o Brasil "com a condição de melhorar a distribuição da renda para atender às necessidades da população". Portanto, a injusta promoção de uma elite enriquecida não é novidade para ninguém e já começa a assustar os donos do poder nacional e internacional. Mas, não tenhamos dúvidas, quando os expoentes da elite reconhecem publicamente que a injustiça está a seu favor é porque já vêem sinais de que a oposição descobre a necessidade de se unir para inverter o processo. Tentam passar por *realistas e honestos* para poderem liderar a mudança que se impõe. Recomendam, como fez Fernando Henrique Cardoso,



que a elite seja *generosa*. Vão contar os trocados para distribuir esmolas ao povo faminto e, assim, ganhar senão o céu pelo menos as eleições.

No entanto, por mais inteligentes que sejam as frases dos actuais donos do poder, a situação de injustiça é de tal forma insuportável que mesmo abrindo mão de umas migalhas das suas riquezas não poderão resolver os problemas socioeconômicos das sociedades e o desespero da maioria da população. O Brasil, por exemplo, é um país rico que está sendo vendido aos bocados a preço de banana. Mas o povo sabe que empresas podem passar para as mãos estrangeiras, mas a nação permanece brasileira com todo o seu potencial de riqueza. Os *negócios* são feitos pelas elites para o pagamento das *suas próprias dívidas* (salvam banqueiros, associam-se às empresas transnacionais, ocupam lugares destacados na cúpula mundial, etc.). A população nada tem a ver com isso, não recebe qualquer benefício, muito pelo contrário. À medida que o povo percebe que a elite não o representa, descobre que a nação é sua e que precisa ser governada para atender aos interesses da maioria que é pobre, carente e abandonada pela elite. Pelos dados estatísticos do FMI, mais de dois trilhões de dólares são administrados fora do alcance dos países onde o dinheiro foi gerado. Isto para falar apenas do que ocorre nos *paraísos fiscais "off-shore"*, conhecido como o "buraco negro" da economia mundial, sem contar com o escoamento constante dos cofres públicos dos países mais pobres para os mais ricos. Não será, evidentemente, a população que luta dia a dia pelo seu sustento sem conforto, sem usufruir das míticas *rendas per capita* que encantam as elites governantes, que vai pagar o esbanjamento e a corrupção dos que hoje ocupam o poder.

As eleições

As eleições de 1998 no Brasil revelam um quadro novo em termos da oposição ao domínio absoluto da elite. Apesar do Presidente candidato a Presidente utilizar a sua imagem de "senhor da República" em toda a campanha, apesar do presidente do Tribunal Eleitoral recomendar desadamente a reeleição do seu patrão, apesar dos meios de comunicação social inventarem mil maneiras de dar prioridade aos pronunciamentos dos candidatos da elite, apesar da população carente (70% do total) ficar prejudicada por ser

em grande número analfabeta, por ainda sofrer o ancestral medo de contrariar os donos do poder, por não ter transporte para chegar às urnas, por ter sido bombardeada até mesmo no dia das votações pelas tendenciosas estatísticas de intenção de voto que anunciavam a vitória dos candidatos da elite, apesar de todos estes pesares, manifestou-se o desejo nacional de mudar o quadro político governante a favor dos que conhecem a realidade social e pretendem lutar pela justiça na distribuição da renda, na defesa da cidadania e da dignidade nacional.

Fernando Henrique Cardoso permaneceu na Presidência com cerca de 53% dos votos graças ao apoio dos partidos de direita, das declarações internacionais dos seus colegas dos países ricos, da farta publicidade que o colocava como o único capaz de salvar o país da crise da globalização insuflando o medo em eleitores que não sabem o que é consciência de cidadania. Era de se esperar este desfecho, pois a elite é organizada por razões práticas de sobrevivência e por formação mental nos moldes do patriarcalismo e da oligarquia.

Mas as eleições mostraram que as oposições já somam 47% dos votos ou cerca de 32 milhões de pessoas insatisfeitas e decididas a mudar o rumo nacional. Quando esta oposição for capaz de se organizar sem pulverizar os seus votos, muitos dos que votaram no *status quo* por inércia ou medo descobrirão a importância do seu voto para impor a democracia de baixo para cima. A divisão da oposição deve-se a factores históricos que explicam a debilidade de partidos de esquerda e do movimento sindical. Neste

quadro pululam as vaidades pessoais, o anticomunismo, a descrença anarquizante e o desencanto dos que preferem se omitir. A abstenção nacional foi da ordem de 20% (mais de 22 milhões deixaram de votar) e as dificuldades criadas com a introdução de urnas electrónicas (assustaram os eleitores que desconhecem os computadores – alguns levaram até 20 minutos para conseguir expressar o seu voto) ou, no caso das localidades que mantiveram o sistema tradicional de cédulas onde se coloca o nome ou número do candidato sendo uma amarela para presidente, governador e senador e outra branca para deputado federal e estadual (nem sempre entregues juntas ao eleitor que, sem saber onde assinalar todos os números, acabava por anular o voto escrevendo à margem da cédula, tudo isto prejudicou um eleitorado que vive excluído do sistema escolar e da vida moderna. Outra interpretação das estatísticas eleitorais nos diz o seguinte: o eleitorado possível (106 milhões menos os ausentes e os votos nulos ou brancos) foi de 67 milhões de cidadãos dos quais 53% (35 milhões) votou em Fernando Henrique Cardoso e 47% (32 milhões) expressou a sua oposição.

O jogo das estatísticas é uma arte e a elite sabe tirar o melhor proveito. Para prejudicar os pequenos partidos foi criado um *quociente eleitoral* que resulta da divisão do total de votos válidos pelo de número de cadeiras a serem preenchidas. Para eleger um deputado, divide-se o total de votos na legenda partidária pelo quociente eleitoral o que favorece os grandes partidos.

O futuro é um buraco negro

As primeiras medidas a serem anunciadas pelo Presidente da República serão de agravamento da miséria. Promete grandes cortes nos orçamentos do Estado, inclusive nos que mantêm um míni-

mo de apoio social à população, e novos impostos, apesar de (segundo Delfim Neto) "no Brasil pagarmos mais de 30% enquanto que países com a mesma renda têm uma carga de 20%). Os credores das dívidas externas *generosamente* oferecem, como ajuda, a redução de meio por cento nos juros extorsivos. Uma migalha que não paga o agradecimento.

Em Agosto já se calculava a necessidade de desvalorizar a moeda brasileira em 40% (*in Business Week*, 14/09/98). Mas o Governo encobriu esta necessidade até passarem as eleições. Advinhem quem pagou a factura desta espera? As reservas monetárias voaram transformadas em dólares com as quedas das Bolsas. Todos os dias a televisão informa que centenas de milhões de dólares fugiram para o exterior. E a campanha eleitoral consumiu 1,2 mil milhões de dólares (*in Carta capital* 2/9/98). O crescimento económico no Brasil vem escorregando para baixo desde 1994 (5,85%) até ficar em 1% no primeiro semestre de 98 (neste mesmo período, Cuba, suportando o bloqueio imposto pelos Estados Unidos, teve crescimento positivo que acumulou 14,95% de 1994 a 1997). O comércio externo brasileiro, que em 94 alcançou 10,46 bilhões de dólares, entrou na rampa dos números negativos e em 97 chegou a menos (-) 8,37 mil milhões de dólares (o défice acumulado em 98 já soma 3,806 mil milhões de dólares). As reservas (liquidez internacional) desluzaram de Abril deste ano a Agosto de 74,66 mil milhões de dólares para 67,33. O que cresceu foi o desemprego, de 5,06 em 1994 passou para 7,84% no primeiro semestre de 98. A dívida externa é dos maus governantes, não da nação que sofre de miséria e de raiva.

Os governantes não se cansam de apelar à solidariedade da

população para matar a fome do povo, protegê-lo contra as doenças, salvá-lo da marginalidade, enfim, substituir as funções do Estado que é usado para multiplicar leis contraditórias, escoar o dinheiro público em pagamentos extras, calcular novos impostos, aumentar os salários da elite (recentemente, o Presidente do Supremo Tribunal da Justiça decidiu por conta própria aumentar o salário dos juizes e o seu próprio para uma faixa entre 7 e 10 mil dólares e em vários municípios os Prefeitos e vereadores fizeram o mesmo).

O povo é solidário naturalmente, não precisa que o Governo estimule. Não são obras de *generosidade* como entende a elite, são acções da

cidadania para repartir patrioticamente os seus recursos e conhecimentos com os seus semelhantes. Conseguem organizar escolas de dança ou teatro, oficinas e desporto com meninos de rua, amparam a juventude que se envolve com drogas, inventam soluções alimentares para combater a subnutrição (veja-se, por exemplo, a experiência em Rondonia de produção de uma farinha, feita em casa, com folhas de mandioca, cascas de ovo e sementes de abóbora que já alterou o peso e crescimento das crianças). O "Brasil de Trás" (termo inspirado na telenovela "Meu Bem Querido") enfrenta uma miséria inadmissível num país cuja *renda per capita* é de 5 mil dólares. Deveria pagar a dívida externa com a farinha de Rondonia e com a sopa de vegetais recusados pelo grande comércio alimentar de São Paulo que nutre as crianças do interior, a chamada "sopa de lixo". Poderia ainda exportar o *know how* das experiências na educação dos meninos de rua e da medicina popular que escoia sem remuneração para os países credores enriquecendo as suas indústrias culturais e laboratórios farmacêuticos.

Com a estabilização da moeda nos últimos anos, as forças económicas incentivaram o *crédito ao consumidor* e não à produção. A mentalidade predominante no Brasil, derivada da pobreza crónica e da dependência que vem da história colonial e segue na subserviência ao imperialismo, leva as pessoas a gastarem tudo o que têm para que as economias não derretam como sempre ocorreu. Com os convites ao consumismo, mergulharam de cabeça. No mês de Agosto deste ano a inadimplência (falta de pagamento das prestações ao comércio) atingiu 460 mil pessoas que, desempregadas ou cujas micro-empresas faliram, não puderam honrar os seus compromissos. Agora, com a recessão que se torna visível depois das eleições, vai aumentar o desemprego, a inadimplência, as falências e, consequentemente, o desespero que vai desembocar na criminalidade.



Crime e castigo na Irlanda do Norte

■ Daniel Rosário

Na sequência inicial do filme "Em Nome do Pai", o personagem interpretado por Daniel Day-Lewis, depois de provocar uma batalha campal entre os residentes do seu bairro católico e a polícia, é salvo pelo pai, *in extremis*, de ser alvejado nos joelhos. Delinquente reincidente, era essa a punição que lhe estava reservada pelo grupo armado que controlava a área. Nada de surpreendente na Irlanda do Norte.

Para os paramilitares e muitos dos habitantes de algumas zonas urbanas críticas, tanto católicas como protestantes, os castigos são, desde o início dos Troubles, uma forma de substituir a inexistência de uma força policial que, além de não estar presente é parcial, pelo que as pessoas não confiam nela, algo que é particularmente válido em relação à comunidade católica (convém ter presente que a polícia da Irlanda do Norte, o RUC, é constituída por aproximadamente 90% de protestantes). Em muitas ocasiões são os próprios habitantes de um determinado bairro que se dirigem aos paramilitares, solicitando a eliminação daquilo que consideram ser "comportamentos anti-sociais".

Para outros, tudo não passa de um estratagema dos paramilitares para, através da intimidação, assegurarem o controlo das suas áreas e desencorajarem eventuais intenções de denúncia por parte da população. Há mesmo quem afirme que todos os grupos armados estão envolvidos no tráfico de droga, como forma de financiamento, e que o assassinato de alguns traficantes visa apenas eliminar a concorrência.

Desde que quase todas as organizações armadas suspenderam as suas acções militares, o número de castigos aumentou e a publicidade em seu torno também, sendo utilizado pelos unionistas como forma de pressão sobre o Sinn Fein, acusando o IRA de ainda não ter abandonado as suas "actividades militares" e de estar, assim, a violar os compromissos assumidos. Desde o início do ano foram executados 58 castigos por paramilitares republicanos e 56 por grupos lealistas.

A categorização deste tipo de castigos é dificultada pelo facto de a sua aplicação ser levada a cabo tanto pelos grupos paramilitares republicanos como pelos lealistas, e a sua variedade oscilar

ao sabor do entusiasmo e criatividade dos perpetradores. Para mais se se tiver em conta que a definição de "comportamento anti-social" pode dar azo a interpretações bastante subjectivas que alargam o espectro das condutas a punir, para já não falar de por vezes se tratar de ajustes de contas com motivações puramente pessoais.

Uma espécie de lei de Talião, mas com interpretações bastante flexíveis, pelo facto de não existir qualquer relação definida entre o delito cometido e o castigo correspondente. Os vários graus oscilam entre o "fool's pardon" (o perdão dos tontos), que consiste numa conversa ou primeiro aviso a pequenos delinquentes, e a pena de morte, à qual estão inevitavelmente sujeitos os traficantes de droga.

Escala da morte

A escala passa por um tiro num joelho (o célebre "kneecapping"), normalmente disparado por trás, com a vítima deitada de barriga para baixo. Depois vai aumentando para um tiro em cada joelho, podendo ser misturada com tiros nos tornozelos e/ou nos ombros. O topo desta prática é o cha-



mado "six-pack", em que o castigado é alvejado em cada uma das articulações referidas. O objectivo dos tiros nas articulações é, à partida, deixar a vítima com lesões permanentes. No entanto, regra geral, devido à falta de habilidade dos pistoleiros, a vítima tanto pode escapar com uma ferida superficial, como ser alvejada numa artéria e sangrar até à morte. Apesar de na maioria das vezes aos alvejados ser dada a oportunidade de pedir socorro, recentemente a uma das vítimas foi arrancado o telefone de casa e bloqueado o elevador, o que o fez sangrar até morrer.

Numa graduação ascendente chega-se ao "fifty/fifty" ("50/50"). A vítima é alvejada com um tiro na base da coluna vertebral, na sequência do qual deverá ficar paralisada da cintura para baixo.

Numa tentativa de manter a discrição, numa altura em que as suas alas políticas se encontram envolvidas no processo político de impulsar o funcionamento da nova Assembleia, tem aumentado o recurso aos espancamentos em alternativa aos tiros, o que, para a vítima acaba por ser mais perigoso. Segundo os especialistas do Royal Victoria Hospital, em Belfast, "é muito provável morrer-se de um desses tiros, mas um espancamento tem infinitamente mais possibilidades de provocar traumas irreversíveis". Os espancamentos são brutais, podem durar horas, e muitas vezes são auxiliados pelo uso de blocos de cimento ou bastões cravados de pregos numa das extremidades.

Seja para substituir uma força policial ausente e da qual a população desconfia, seja para assegurar o controlo de uma determinada área pela intimidação, os castigos são, definitivamente, uma das aberrações produzidas pelos Troubles. A sua ultrapassagem, como tudo o mais que se queira fazer na Irlanda do Norte, terá que passar por uma reciprocidade de esforços, entre a capacidade do corpo policial se tornar credível e imparcial, e as comunidades aceitarem a sua autoridade.

Balas de borracha e plástico

A história de Emma Groves

Como em todas as situações de guerra, a principal vítima do conflito de três décadas da Irlanda do Norte tem sido a população civil. Isto foi particularmente verdade na repressão exercida contra a comunidade católica pelas forças de segurança britânicas.

Um símbolo desta violência foi, desde o início, a utilização de armas antimotim, definidas tecnicamente como "não-letais": as balas de borracha e de plástico. Estima-se que, desde 1970 até à sua substituição em 1975, tenham sido disparadas no território da Irlanda do Norte mais de 55 mil balas de borracha. As balas de plástico utilizadas desde então, consideradas "menos letais", fazem ascender o número de projecteis aos 100 mil. A título de comparação, refira-se que, desde a sua invenção, não foi disparada uma única destas balas em território britânico. Devido à sua utilização abusiva e indiscriminada, até hoje foram assassinadas 17 pessoas com balas de plástico e de borracha, entre as quais oito crianças e uma mulher, e centenas de outras ficaram feridas, muitas delas mutiladas, cegas ou paralisadas. O governo britânico gastou mais de um milhão

de libras em indemnizações compensatórias, mas nem um único elemento das forças de segurança - exército ou polícia - foi acusado por nenhuma destas ocorrências.

Emma Groves, habitante de Belfast, mãe de 11 filhos, foi uma das primeiras vítimas desta arma. Hoje faz parte da "Campanha Unida Contra as Balas de Plástico", uma organização que se bate pela abolição destas armas e pela responsabilização dos militares e polícias envolvidos nos casos mais graves. Eis a sua história na primeira pessoa.

"Foi no dia 4 de Novembro de 1971. O Exército Britânico estava no nosso bairro a efectuar rusgas a várias casas. Era de manhã cedo, que era a altura em que habitualmente realizavam as rusgas. Alguém gritou que os pára-quedistas estavam a entrar no bairro e por isso regressei a casa. Puseram toda a gente sob prisão domiciliária, o que significava que havia um soldado à frente de cada porta e ninguém era autorizado a entrar nem sair. Os pára-quedistas estavam muito agressivos e tiravam homens a rapazes das suas casas, alguns descalços, outros apenas em roupa interior.

Tinha subido as cortinas e olhava para a rua e o que via era desolador. Não sabia se havia de gritar ou chorar. A última coisa que vi foi os soldados a baterem com a cabeça de um jovem contra um jipe blindado. Então eu disse para uma das minhas filhas: "Por amor de Deus, põe um disco a tocar para nos levantar um pouco o moral". A música tocou apenas alguns minutos até um dos pára-quedistas parar à frente da minha janela e disparar directamente contra mim, acertando-me em cheio na cara. Isto foi tudo à frente das minhas crianças. Mais tarde disseram-me que a minha cara estava num estado terrível e que havia sangue por todos os lados.

Foi muito duro, até perceber que tinha que aprender a lidar com a minha cegueira. Sentia a falta do rosto das crianças, a cor das árvores e das flores, ir passear e sair às compras.

A bala de borracha que me atingiu foi depois substituída pela bala de plástico, com as quais muitas crianças foram mortas e feridas. Decidi que tinha que me envolver na abolição destas armas letais, por isso associei-me à Campanha Unida Contra as Balas de Plástico. Tenho

corrido o mundo com outros membros da organização para contar a minha história e angariar apoio para a nossa campanha. Acabei por ser compensada financeiramente pelos danos sofridos, mas até hoje não lhe posso dizer o nome do soldado que me atingiu. Eu queria desesperadamente que ele fosse levado a tribunal e me dissesse por que é que destruiu a minha vida naquele dia."

E agora? Passaram 27 anos desde o trágico acontecimento que alterou por completo a vida de Emma Groves. O recentemente celebrado Acordo de Sexta-feira Santa apontou o caminho para a paz e a palavra "reconciliação" surge associada a qualquer reflexão sobre o futuro. "Eu já lhe perdoo e não quero que quem o tenha feito seja castigado", diz Emma, "mas vamos continuar a bater-nos para que as autoridades britânicas sejam obrigadas a reconhecer as violações de direitos humanos que perpetraram aqui. Só assim poderemos pensar em viver em paz e olhar-nos de frente. Toda a gente tem que assumir as suas responsabilidades."

■ DR

As ditaduras do Herman

Já sabíamos que Herman José, a par de um talento frequentemente a flautear no Olimpo da genialidade, enferma de hiatos culturais, lacunas de bom senso, ignorâncias grosseiras e visões estreitas da vida que o cerca. A prova, fá-la ele próprio regularmente, protagonizando de tempos a tempos intervenções artísticas que vão desde a foleirice analfabeta à provocação rasteira, passando episodicamente por insensibilidades chocantes. Como exemplo, recordemos apenas, e em respectiva ilustração, as foleirices em que chafurdou no *Parabéns*, a rábula cobarde e convencida com que pretendeu amesquinhar Mário Castrim ou a ignomínia das suas graçolas no trágico comício da UGT no Porto, quando ainda estavam quentes os cadáveres das pessoas ali assassinadas pela repressão policial tocada a provocação reaccionária. Todavia, o talento, também regularmente fulgurante, com que Herman vai produzindo as mais

PONTOS CARDEAIS

brilhantes caricaturas da pequenez e dos ridículos nacionais da nossa história recente, vai mitigando o desconforto de se conviver, na mesma pessoa, com uma intrigante salsada de genialidade flagrante e burrice chapada. E o sentimento de quem aprecia o artista – que é um bom artista – lá o vai perdoando sob a dolorida condescendência de que não havia nexexidade... E eis que Herman, quando menos se esperava, comete mais uma leviandade, maior que a ideia que parece ter de si próprio. No seu «Herman/98» desta semana, transmitido a partir do Porto, não encontrou melhor rábula que enfiar Pinochet e Fidel Castro no mesmo saco, chegando ao ponto de sugerir que, se a Justiça portuguesa funcionasse, este seria preso em Portugal, tal como Pinochet o foi na Grã-Bretanha. O público esfriou, os assobios ouviram-se na sala e o artista viu-se forçado a desdramatizar, dizendo que estava a brincar. O pior é que não estava, porque, para um comediante

com a dimensão de Herman José, a brincadeira é, necessariamente, a coisa mais séria deste mundo. A piada foi a sério e pretendia ser acutilante, mas a reacção do público mostrou que, em vez disso, foi aberrante. Quando é que Herman percebe que, se se pode brincar com tudo, nem tudo tem piada que se lhe pegue? É o que acontece quando, brincando às ditaduras, se põe ao mesmo nível um dos maiores psicopatas do século e uma lenda viva do heroísmo humano. Aí, nem a ditadura do seu prestígio de artista lhe vale...

A ira do IRS

A coisa acabou por ficar em pratos limpos, quando se meteu ao barulho uma prestigiada empresa internacional de consultoria fiscal: ficou demonstrado, preto no branco, que as alterações introduzidas pelo Governo PS na colecta do IRS irão penalizar gravemente a chamada classe média – talvez a mais

larga fatia dos contribuintes -, impondo-lhe mais um brutal aumento de impostos. O ministro das Finanças, com a teimosia que o caracteriza, ainda regougou um desmentido enfurecido, insistindo, qual Robin dos Bosques, em que a sua «reforma fiscal» ia tirar aos ricos e dar aos pobres. Em vão. A demonstração estava feita e a inquietação começou a alastrar pelas próprias fileiras do partido governamental, onde pontifica ou gravita uma grossa fatia da tal classe média. E o veredicto já corre, implacável, pelos corredores do poder rosa: «Alguém fez mal as contas!» Era só o que faltava: um Governo que nem contas sabe fazer. Mas, bem vistas as coisas, o que é que se podia esperar de um Executivo cujo chefe, conhecido pela sua retórica sem falhas, engasga-se logo mal lhe metem números à frente?

As curvas da JAE

O ministro João Cravinho lançou-se esta semana num suposto contra-ataque no caso dos escândalos da JAE, ordenando «inquéritos rigorosos» à presidência do general Garcia dos Santos e declarando, mesmo antes de tais inquéritos estarem concluídos, que a referida gestão do general era, no mínimo, «caótica». Não se percebe como é que um governante avança conclusões sobre um inquérito antes dele estar concluído, mas enfim. Também, não se percebe por que é que o general Garcia dos Santos, há um ano e tal, era digno da confiança do ministro para encabeçar a JAE e, passado esse tempo, se transformou, para o mesmo ministro, numa pessoa «psicologicamente perturbada», ou coisa que o valha... Mas o pior é que o ministro João Cravinho, se já sabe tirar conclusões sobre um inquérito que ainda não está terminado, em contrapartida nem sequer sabe onde páram inquéritos há anos concluídos pelo Tribunal de Contas sobre escândalos e irregularidades ocorridos na JAE, muito antes da gestão de Garcia dos Santos e, em vários deles, sobre obras tuteladas pelo Ministério de João Cravinho... Afinal, onde é que está o caos?

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Fidel

Ó grande comandante do grande Atlântico

(e sempre tão perto de cada ser vivo)

Ó grande comandante do açúcar de granito

(e sempre tão dentro dos nossos olhos)

Ó grande comandante do sonho lavrado

(e tão de eternidade em cada mínimo gesto)

Ó grande comandante inexpugnável cimo

(com os nossos braços em volta com os nossos braços)

O rum e o vinho

Desce a miragem nas veias do Porto? Não era miragem era um homem todo.

Representação? Esperança de um dia? Casaco e gravata e estamos a vê-lo.

Senhor das alturas da Sierra Maestra rum de socalco o vinho em festa.

Pormenor

Passaram-lhe a caneta para assinar o livro das presenças.

Uma caneta de ouro.

Esta não, esta não! disse e esperou por outra mais afeita aos seus dedos.

Só ele não esteve de acordo com a caneta de ouro só ele não esteve de acordo com o ouro da caneta.

Cuba

fosse a ilha um sinal

fosse a ilha um prenúncio

fosse a ilha uma simples parábola do futuro

fosse a ilha a hóstia consagrada

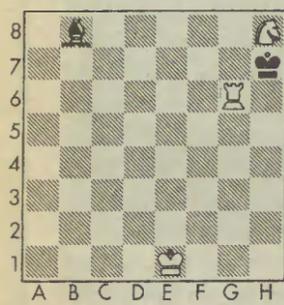
mas é carne viva mas é carne viva

XADREZ

DCLXXIX - 22 DE OUTUBRO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998X42

Por: VIACIESLAV VASILIEVITCH
RAGOZIN
«64» - 1937

Pr.: [2]: Bb8-Rh7
Br.: [3]: Ch8-Tg6-Ré1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1998X41 [V.V.R]

1. T6f1, Bg3+; 2. Ré2, Rh8; 3. Ré3, Bc7; 4. T6g+, R-; 5. T6f+ e g.

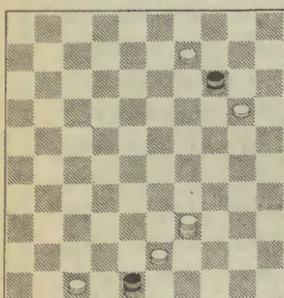
A. de M. M.

DAMAS

DCLXXIX - 22 DE OUTUBRO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998D42

Por: M. J. KUIPERS La Haye [NL]
«L'Effort n.º 138», F., IIIIV.1971

Pr.: [2]: (19)-(49)
Br.: [5]: 13-18-(24)-(38)-(43)



Branças jogam e ganham

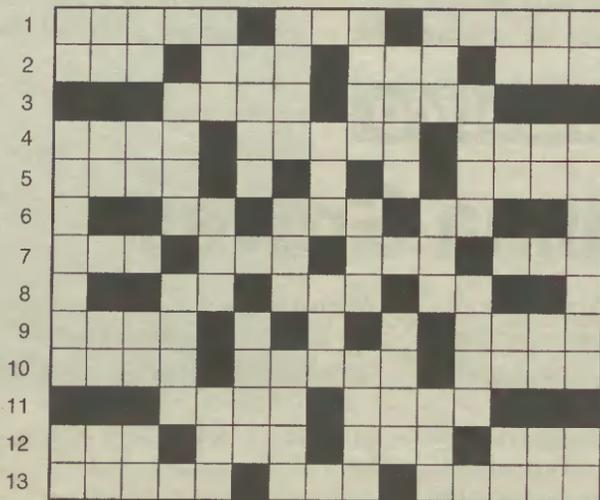
SOLUÇÃO DO Nº 1998D42 [M. J. K.]

1. 9-3-D; (14x25); 2. 39-30, (25x34...); 3. 43x25, (48-37); 4. 47-42, (37x48); 5. 3x26 +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Espada curta de um só fio; o rubor das faces; peça prismática simples, sem ornamentos, em que predomina a altura e que serve de apoio a uma edificação ou a uma estrutura. 2 - Nome da sétima letra do alfabeto grego; tinta de pintar; larva que se cria nas feridas dos animais; a primeira mulher. 3 - Pequeno vaso, sem asa, pelo qual se bebe; satisfação material ou espiritual. 4 - Guisado de carne (bras.); pequeno saúrio que tem as extremidades dos dedos alargadas em formações discoidais, adaptadas à locomoção em paredes (pl.); prego de pinho usado pelos sapateiros. 5 - Formar em alas; idades. 6 - Prata (s. q.); progenitor; também (arc.). 7 - Apelido de heroína francesa; pau-ferro, árvore da fam. das leguminosas, notável pela madeira dura e pesada que fornece; o tio americano; infusão de várias plantas, para beber. 8 - Preposição; patroa; Arsénio (s. q.). 9 - Estímulo; vadia. 10 - Fluxo e refluxo das águas do mar; unidade do sistema monetário japonês (pl.); profundos. 11 - Em forma de ovo; líquido pestilencial que escorre de certas úlceras ou abscessos. 12 - Canseria; igualdade (pref.); grande quantidade; mau humor (fig.). 13 - Fragância; senhora (bras.); órgão rudimentar da visão que existe em certos animais.

VERTICAIS: 1 - Pron. pess. reflexo; apoquentaram (fig.); rio costeiro de França. 2 - Astatino (s. q.); o mais (ant.); nota musical; Frâncio (s. q.). 3 - Bário (s. q.); Cálio (s. q.); suf. de agente; a voz do cão. 4 - Coadjutor do pároco; feito de bronze, cobre ou arame. 5 - Repetição de um som; aguardente de cereais, originária da Inglaterra e da Holanda; dupla linha de carris. 6 - Proceder de modo contrário; nome vulgar extensivo a alguns pássaros comuns em Portugal, como a sombria, a escrevedeira, a petinha e a lavandisca (pl.). 7 - Certo jogo de cartas em que, por passagem, ganha aquele que juntar todas as cartas de um naipe (pl.); bicho de verruma; anel de cadeia (pl.). 8 - Antigo território português da costa ocidental da Índia; ilha inglesa no mar da Irlanda. 9 - Franzido natural da pele; nome de mulher; lugar duro e lajeado onde se desgranam e malham os cereais. 10 - Flor da roseira; aversão. 11 - Tranquilidade pública; ave corredora, oriunda da América do Sul; discurso. 12 - Inchar; passar para fora. 13 - Tamborzinho árabe; Índio (s. q.); suf. nom. de origem latina, que tem sentido diminutivo; convicção íntima. 14 - Avenida (abrev.); laço apertado; nome da décima sétima letra do alfabeto grego; artigo antigo. 15 - Rádio (s. q.); grande porção de ossos (pl.); espécie de pão doce.

SOLUÇÕES:
HORIZONTAIS: 1 - Sabre; cor; pilar; 2 - Bata; cor; ura; Eva; 3 - Copo; gozo; 4 - Ragu; 5 - Eco; gini; via; 6 - Oport. clas; 7 - Crod; pnt; cios; 8 - Goa; Man; 9 - Ruga; lsa; cira; 10 - Rosa; asco; 11 - Paz; ema; oro; 12 - Opat; sat; 13 - Lé; Im; Im; 14 - Av; n; 15 - el; 15 - Ra; ossadas; 16.

REGIONALIZAÇÃO

Distrito de AVEIRO

• ANADIA

Sessão-debate: dia 23, no Salão da Associação Cultural e recreativa de Alfêloas, com a participação de Artur Ramísio. Sessão de esclarecimento em Mogofores, com a participação de Hélio Samorinha: dia 24

• ESPINHO

Sessão-debate: dia 23 às 21h30, no Salão dos Bombeiros Voluntários, com a participação de Ilda Figueiredo

• ÍLHAVO

Jantar-convívio pela Regionalização: dia 23 às 20h, no Restaurante Carabobo. Sessão-debate no Salão da Junta de Freguesia de São Salvador, com a participação de Daniel Branco: dia 24 às 21h

• OVAR

Sessão-debate: dia 22 às 21h30, no ACRD do Bairro de São José. Sessão de esclarecimento no Grupo Desportivo e Cultural de Guilhovai: dia 27 às 21h30. Sessão de esclarecimento na Junta de Freguesia de Válega: dia 28 às 21h30

• S. JOÃO DA MADEIRA

Convívio pela Regionalização, promovido pela JCP de S. João da Madeira: dia 24 a partir das 20h, no Centro de Trabalho do PCP

Distrito de BEJA

• OURIQUE

Sessões de esclarecimento em Conceição (dia 23 às 15h na Sociedade Recreativa), Panóias (dia 23 às 17h no CT do PCP), Santa Luzia (dia 26 às 18h na Casa do Povo), Garvão (dia 26 às 15h no Centro Social, de Cultura e Recreio), Aldeia de Palheiros (dia 27 às 16h na Escola primária) e Grandãos (dia 29 às 15h na Escola Primária) - todas com Fernando Servo e José Ciriaco. Sessão de esclarecimento em Ourique, com Fernando Servo e José Ciriaco: dia 27 às 18h, no Forum Municipal.

Distrito de BRAGA

• VILA NOVA DE FAMALICÃO

Debate promovido pela CDU em Oliveira (S. Mateus): dia 24 às 15h30, no Salão da Junta de Freguesia de Oliveira, com a participação de José Antunes

Distrito de BRAGANÇA

• BRAGANÇA

Debate sobre a Regionalização, com a participação de João Amaral: Sexta, 23 às 21h30, no Auditório Paulo Quintela

• MIRANDA DO DOURO

Debate sobre Regionalização com a participação de Ilda Figueiredo, José Brinquete, Lídio Correia, Manuel João Araújo, Francisco Madruga: dia 27 às 21h30, no Auditório da Câmara Municipal.

Distrito de CASTELO BRANCO

• CASTELO BRANCO

Debate com a participação de Francisco Lopes: dia 24 às 17h, no Auditório da Escola Superior de Educação

Distrito de ÉVORA

• ÉVORA

Plenário concelhio da CDU: dia 24 às 14h30, no Palácio D. Manuel

Sessão pública na Escola do B.º da Comenda: dia 23 às 21h. JCP - Debate-convívio na Sociedade Joaquim António de Aguiar (dia 23 a partir das 21h) e sessão-debate Casa do Povo de Nossa senhora de Machede: dia 24 às 16h.

Sessões em Igreja Nova (dia 22 às 20h30, na Junta de Freguesia), Vale do Pereiro (dia 26 às 20h30, na Junta de Freguesia), S. Pedro da Gafanhoeira (dia 26 às 15h, na

Soc. Recreativa de S. Pedro) e Sabugueiro (dia 27 às 15h, na Junta de Freguesia)

• AMORA

Sessões de esclarecimento em Pavia e Cabeção (dia 23 às 20h30, nas respectivas Juntas de Freguesia), em Brotas (dia 30 às 20h30, a Junta de Freguesia) e em Mora (dia 30 às 20h30, no Centro de Trabalho do PCP)

Distrito de FARO

• ODECEIXE

Sessões da CDU no dia 25: às 15h na Junta de Freguesia, às 18h no Café do Altinho.

Distrito de LISBOA

• LISBOA

Sessões de esclarecimento nos Olivais: dia 22 às 21h na SFUCO, com a participação de António Andrez, dia 23 às 21h, na Escola 55, com Euclides Pereira. Sessão-debate no Beato: na Esc. Luís Ant. Verneil, com a participação de João Saraiva: dia 23 às 21h. Sessão-debate no CT da Graça, promovida pelas freguesias de Graça, S. Vicente e Sta. Engrácia cêlula Voz do Operário: dia 23 às 21h, com António Filipe.

• OEIRAS

Debates promovidos pelo Movimento Sim às Regiões, Melhor Portugal: na Cruz Quebrada, com a participação de Vítor Dias: dia 23 às 21h30, na SIMCCQ-Sociedade de Instr. Musical Escolar Cruz Quebradense); em Paço Arcos, com a participação de Henrique de Sousa: dia 23 às 21h30 no Salão da Junta de Freguesia; em Queijas, com a participação de Euclides Pereira e Arnaldo Saraiva: dia 24 às 21h30, no Salão da Junta de Freguesia; em Porto Salvo, com a participação de Filipe Diniz e Arnaldo Saraiva: dia 24 às 21h30, no Salão da Junta de Freguesia

• SINTRA

Plenário de militantes de Algueirão-Mem Martins, com a participação de Carlos Chaparro: dia 23 às 21h30, no CT.

Plenário de militantes de Mira-Sintra: dia 23 às 21h30, na Sociedade Filarmónica de Mira-Sintra, com Custódio Luz.

Plenário de militantes de Rio de Mouro: dia 24 às 15h30, no CT, com Custódio Luz

• VILA FRANCA DE XIRA

Sessões-debates - em Póvoa de Sta. Iria, com Daniel Branco e Pedro Dias (dia 22 às 21h30, no Grémio Dramático Povoense); na Castanheira, com Alexandre Teixeira e Alice Grazina (dia 23 às 21h, na Junta de Freguesia); no Sobralinho com José Pitacas e António Sequeira (dia 23 às 21h na Casa da Juventude).

Jornada de propaganda no sábado, dia 24: distribuição de propaganda nos Mercados de Alverca, de manhã; Caravana da Juventude em Vialonga e Alhandra.

Distrito de PORTO

• PORTO

Encontro de Trabalhadores Metalúrgicos do PCP do Porto, com a participação de Emídio Ribeiro: dia 24 às 15h no CT da Boavista

• PENAFIEL

Sessão-debate em Novelas: dia 23 às 21h30, na Associação Recreativa Novalense

• PÓVOA DE VARZIM

Debate com Honório Novo e Trocado da Costa: dia 24 às 21h30, no Auditório da Biblioteca Municipal de Póvoa de Varzim

Distrito de SANTARÉM

• ALPIARÇA

Debate com a participação de Luís Sá: dia 23 às 21h30, no Salão da Junta de Freguesia

• ENTRONCAMENTO

Debate com a participação de Luísa Mesquita: dia 23 às 21h30, no Salão da Junta de Freguesia

• CARTAXO

Sessão pública em Pontével, com a participação de Luísa Mesquita (às 15h), antecedida de almoço-convívio (às 13h): Domingo, dia 25, na Sociedade Filarmónica Incrível Pontevelense

• SANTARÉM

Debate com a participação de Luís Sá: dia 26 às 21h30, na Sala de Leitura Bernardo Santarém.

Distrito de SETÚBAL

• ALCÁCER DO SAL

Sessões de esclarecimento em S. Martinho (dia 23 às 21h), Bairro do Laranjal (dia 24) e Rio de Moinhos (dia 25)

• ALCOCHETE

Sessões de esclarecimento em S. Francisco (dia 24 às 21h) e no Samouco (dia 28, às 21h, com João Amaral)

• ALMADA

Plenário de trabalhadores das Autarquias: dia 22. Plenários de militantes da cêlula da Lisnave/Gestnave (dia 22 às 17h no CT concelhio); da Sistel, Transtejo, CP (dia 23, no CT Alberto Araújo); da cêlula do Arsenal (dia 23 às 17h no CT concelhio); da freguesia de Caparica (dia 23 às 21h, no CT de Monte de Caparica)

• GRÂNDOLA

Sessões de esclarecimento em Canal Caveira (dia 22 às 21h), Aldeia da Justa (dia 23 às 21h) e Melides/Santa Margarida (dia 25)

• MOITA

Plenários de militantes das Zonas B e C (dia 23 às 21h, no CT) e da Zona A (dia 24).

Debate na Cooperativa Arroiteense, com Rui Garcia e José Manuel Figueiredo: dia 23.

Debate sobre «O Movimento Associativo e a Regionalização», com Virgolino Rodrigues e José Manuel Fernandes: dia 23 às 21h30, na Cooperativa da Baixa da Banheira

Almoço-convívio em Sarilhos Pequenos, com Américo Leal: dia 25.

• MONTIJO

Sessão de esclarecimento em Areias: dia 23 às 21h

• PALMELA

Debate com trabalhadores da Autarquia: dia 22. Sessões de esclarecimento em Aires e na Quinta do Anjo: dia 23 às 21h30; em Cabanas (dia 24) Debate no Póceirão: dia 24; em Pinhal Novo: dia 29 às 21h30

• SANTIAGO

Sessões de esclarecimento em Santa Cruz (dia 22), Ademas (dia 23) e Aldeia dos Chãos (dia 24)

• SEIXAL

Sessão de esclarecimento no Clube Recreativo da Cruz de Pau: dia 23 às 21h

• SESIMBRA

Debate na Quinta do Conde: dia 24

• SINES

Sessões de esclarecimento na Quinta dos Passarinhos (dia 24 às 21h) e na Baixa de S. Pedro (dia 28 às 21h)



Carlos Carvalhas na abertura da Campanha SIM às Regiões!

*

Sexta-feira, dia 23 de Outubro - 21h30

COIMBRA

Instituto Português da Juventude

Sessão pública PELA BEIRA LITORAL

Sábado, dia 24 de Outubro - 16h

ALMADA

SFUAP - Cova da Piedade

COMÍCIO DE APOIO

À REGIONALIZAÇÃO

Domingo, dia 25 de Outubro - 15h

GUIMARÃES

Jardim Público

COMÍCIO-FESTA PELA

REGIÃO DE ENTRE-DOURO-E-MINHO

Espectáculo com Jorge Lomba

*

Outras iniciativas PELA REGIONALIZAÇÃO que terão a participação de Carlos Carvalhas

Hoje, quinta-feira, 22, a partir das 15h,

em PORTALEGRE,

antiga Igreja da Misericórdia:

Encontro do Secretário-geral do PCP com autarcas

do Alentejo sobre

«Regionalização e Municipalismo»

Terça-feira, 27, às 20h, em LISBOA,

Páteo Alfacinha (Rua do Guarda-Jóias):

Jantar-convívio de Eleitos e Quadros no Poder Local

em Lisboa e Setúbal

Quarta-feira, 28, às 18h, no PORTO,

Casa Tait:

Encontro «A Educação, a Saúde e a Cultura

nas Novas Regiões Administrativas»

Quarta-feira, 28, às 20h, em BRAGA,

Restaurante «Luz Natural»:

Jantar-convívio «Sim às Regiões»

Castelo Branco

6.ª Assembleia da Organização Concelhia

Dia 24, na Escola Superior de Educação

Sessão pública de encerramento às 17h

com Francisco Lopes

Setúbal

Reunião de Pequenos e Médios Empresários

sobre os estatutos das Associações

e situação política:

dia 22, às 21h, no CT do PCP

Aljezur

Debate sobre a Moeda Única

- suas consequência

Dia 23, às 21h30, no Salão da Câmara Municipal,

com Sérgio Ribeiro

O PCP apela à participação da população do Concelho de

Vila Franca de Xira

na jornada de protesto

contra a queima dos

resíduos tóxicos em

Alhandra

Sábado, 24 de Outubro

15h - Pintura de Painéis junto da

E.N.10.

16h - Concentração na Praça 7 de

Março

16:30h - Intervenções

Em defesa do Ambiente

Estamos contra a queima de resíduos tóxicos em Alhandra

junte-se a nós

PCP

EXCURSÃO

organizada pela Zona Centro

da Cidade de Lisboa

ao MOINHO de MARÉ,

no Seixal

com almoço-convívio

na Quinta da Atalaia

Sábado, 7 de Novembro

com saída do CT Vitória às 8h

e regresso às 20h

(Inscrições: CT Vitória

- Tel. 3562715)

ENCONTRO NACIONAL do MDM

Entrega da Distinção de Honra

Domingo, 25, das 11 às 18

no Auditório das Assoc. dos Comerciantes de Lisboa

(Rua Castilho, 14)

Painel às 11h45:

30 anos do MDM - Um movimento de Mulheres para o novo milénio

«30 Anos - 30 Prioridades do MDM» - por Ana Paula Assunção

Debate às 14h

Apresentação e discussão de documentos às 16h

Atribuição da Distinção de Honra do MDM às 17h30

Encerramento com o Coro Lopes-Graça

TELEVISÃO

Quinta, 22

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.30 O Amigo Público
16.55 Futebol: Lokomotive de Moscovo-Sp. Braga
19.00 Debate - Regionalização
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
20.55 As Lições do Teneças
21.30 Grande Entrevista
23.00 Liga dos Campeões
00.15 24 Horas
00.10 Pecados Esquecidos
(de Dick Lowry, EUA/1996, com William DeVane, John Shea, Bess Armstrong. Telefilme)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 A Vida É um Zoo
16.25 Departamento de Homicídios
17.30 Euronews



«O Testamento do Sr. Napumoceno» (na RTP1, ao sábado) é a adaptação para televisão do romance de Germano Almeida publicado pela Caminho, feita por Joaquim Manso, que também realizou o filme homónimo

18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.25 Andebol: Portugal-Macedónia
21.00 Murphy Brown
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Subjugação
(de Michael Laughlin, Gr.Br./Nova Zel./Austrália/1984, com Jodie Foster, John Lithgow, Michael Murphy. Drama)
00.25 A Linguagem Humana

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.55 Moda Paris
21.00 Torre de Babel
22.00 Cantigas de Mal-Dizer
23.15 Grande Reportagem
00.15 Último Jornal
02.15 Sentinela
03.45 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Mulher Perigosa
15.05 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 C-16
19.00 Pretender
20.00 As Novas Aventuras do Super Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Beleza Assassina
(de Jim Wynorsky, EUA/1995, com Jennifer Ruby, Daniel J. Travanti, Doug Wren. Drama)
01.20 Seinfeld
02.50 Fitzcarraldo
(de Werner Herzog, RFA/1982, com Klaus Kinski, Claudia Cardinale, Jose Lewgoy, Miguel Angel, Paul Hittscher. Ver Destaque)

Sexta, 23

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.45 Companhia dos Animais
16.20 O Amigo Público
18.10 Chiquititas
19.00 Regionalização
20.00 Telejornal
20.55 Jet Set
21.30 Uma Casa em Fancos
22.45 Serviço de Urgência
23.40 Radar
00.20 24 Horas
01.10 Máquinas
01.55 O Assassino da Moto-serra
(de Jeff Burr, EUA/1989, com Kate Hodge, Viggo Mortensen, William Butler. Terror)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 A Vida É um Zoo
16.35 Departamento de Homicídios



«O Testamento do Sr. Napumoceno» (na RTP1, ao sábado) é a adaptação para televisão do romance de Germano Almeida publicado pela Caminho, feita por Joaquim Manso, que também realizou o filme homónimo

17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Hugo
20.05 A Nave Vermelha
20.35 Portugalmente
21.05 O Riso ao Poder
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Mentas Que Brilham
(de Jodie Foster, EUA/1991, com Jodie Foster, Dianne Wiest, Adam Hann-Byrd, Harry Connick, Jr., David Pierce. Ver Destaque)
01.00 As Teias da Lei

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.55 Moda Paris
21.00 Ponto de Encontro
22.00 Torre de Babel
23.30 Afrodisia
24.00 Donos da Bola
02.30 Último Jornal
03.25 Vibrações

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Mulher Perigosa
15.05 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 C-16
19.00 Pretender
20.00 As Novas Aventuras do Super Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Primeira Vaga
23.00 Polícias e Ladrões
24.00 Predador à Solta
(de Daphne Zuniga, James Wilder, Alexandra Paul. Drama)
02.00 Seinfeld
02.30 Ponto Final
03.00 O Grito da Montanha
(de Werner Herzog, Alem./1992, com Vittorio Mezzogiorno, Stefan Glowack, Mathilda May. Drama)

Sábado, 24

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
12.15 Made in Africa
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
14.55 Espelho Meu
15.30 Saber & Fazer
16.10 O Rapaz e o Mundo
16.45 Histórias de Seringeti
18.10 Estrada Viva
18.45 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
21.10 O Testamento do Sr. Napumoceno
22.15 O Carteiro de Pablo Neruda
(de Michael Redford, Fr.Ai./1995, com Massimo Troisi, Philippe Noiret, Maria Grazia Ciconnata. Ver Destaque)
00.15 86-60-86
01.00 24 Horas
01.40 Os Rolling Stones em Bremen

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Magazine
12.45 Música Maestro
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.35 The Model Trade
19.35 2001
20.15 Tenchi Muyo
20.55 Onda Curta
(Cinco curtas-metragens oriundas da Grã-Bretanha, Hungria, Austrália e EUA)
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.35 A Vingança de Yakuza - II
(de Takashi Ishii, Jap./1996, com Ken Ogata, Shinobu Otake, Kimiko Yo, Mui Kitajima, Yui Natsukawa. «Thriller»)
00.55 Lendas de Hollywood - «Jimmy Stewart»

SIC

08.00 Buéréré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal



Curiosidades e inesperadas maravilhas do mundo animal na «Vida Selvagem» que a SIC transmite

14.00 Vale Tudo
(de Allan Moyle, EUA/1995, com Anthony LaPaglia, Debi Mazar, Liv Tyler. Comédia Dramática)
16.10 Xena
17.15 Superman II - A Aventura Continua
(de Richard Lester, EUA/1980, com Christopher Reeve, Gene Hackman, Margot Kidder. Aventuras)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Big Show Sic
00.45 Os Sete Magníficos
01.45 Último Jornal
02.20 Luta de Gigantes
(de Aaron Norris, EUA/1979, com Chuck Norris, Jennifer O'Neill, Clu Gulagher. Acção)

TVI

08.45 TVI Jornal
09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Animação
13.35 Contra-Ataque
14.40 Feedback
15.35 Sétimo Céu
16.35 Lembra-te da Última Noite...
(de Edward Zwick, EUA/1986, com Rob Lowe, Demi Moore, Jim Belushi, Elizabeth Perkins. Comédia Romântica)
19.00 Aventuras no Pacífico
20.00 Flipper
21.00 Directo XXI
22.00 Meu Nome É Billy W.
(de Daniel Petrie, EUA/1989, com James Woods, JoBeth Williams, James Garner. Telefilme)
24.00 A Lei do Reitor
(de Christopher Cain, EUA/1987, com James Belushi, Louis Gosset, Jr., Rae Dawn Chong, Kelly Minter. Drama)
01.45 Hammett, Detective Privado
(de Wim Wenders, EUA/1981, com Frederic Forrest, Peyer Boyle, Marilu Henner, Elisha Cook. Ver Destaque)

Domingo, 25

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
11.30 Companhia dos Animais
12.20 Mais Saúde
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Que Vida Esta!
16.05 Sub-26
17.15 Assalto à Televisão
18.45 Casa Cheia
18.30 Jet 7
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Boavista-Benfica
24.00 Millennium
01.00 24 Horas

RTP 2

09.30 Novos Horizontes
10.30 Missa
11.50 A Estação Implacável
12.50 Outras Estrelas de Hollywood
13.30 Jornal d'África
14.00 Desporto 2
18.05 Os Canibais
(de Manoel de Oliveira, Port./1988, com Luis Miguel Cintra, Leonor Silveira, Diogo Dória, Oliveira Lopes, Pedro T. da Silva. Musical)
19.30 Bom Bordo
20.00 Artes e Letras - «Jack Kerouac»
21.05 O Gelo da Morte
22.00 Jornal 2
22.30 Horizontes da Memória
23.00 Teatro: «La Bête Dans La Jungle»
23.55 Vidas do Século: «Margaret Mead»

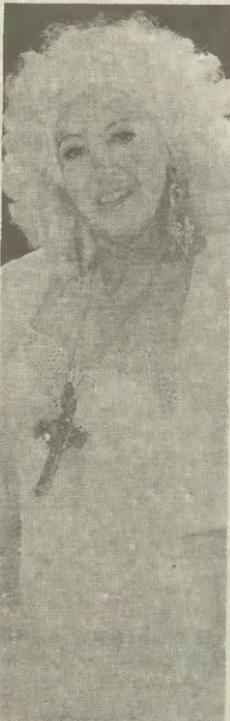
SIC

08.00 Buéréré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.45 André
(de George Miller, EUA/1994, com Keith Carradine, Tina Majorino, Chelsea Field, Keith Szarabajka. Comédia/Infantil)
15.30 A Ilha Misteriosa
16.30 Os Imortais

Segunda, 26

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.45 Jet Set
16.20 O Amigo Público
18.10 Chiquititas
19.00 Regionalização
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
21.00 Nós, os Ricos



«Débora» - alegrias e angústias de uma cantora «pimba», de Ana Bola, é uma das antecipações à nova grelha da RTP

21.35 Titanic (Parte II)
(de Rob Lieberman, EUA, com Peter Gallagher, George C. Scott, Tim Curry, Catherine Zeta Jones. Drama)
23.20 Vidas Proibidas (Ballet Rose)
24.00 24 Horas
00.50 Em Nome da Justiça

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 A Vida É um Zoo
16.35 Departamento de Homicídios
17.30 Açores
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.35 Hugo
20.05 A Nave Vermelha
20.35 Portugalmente
21.05 Sarilhos com Elas
21.35 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Jornal Falado
23.50 Intimidade
(de Woody Allen, EUA/1978, com Kristin Griffith, Beth Hurt, Richard Jordan, Dianne Keaton, E. G. Marshall, Geraldine Page. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.50 As 100 Fotos do Século
21.00 Torre de Babel
22.00 Roda dos Milhões
24.00 Toda a Verdade
01.00 Último Jornal
01.35 Portugal Radical
02.05 Vibrações

TVI

09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Quase Modelo, Quase Detective
10.45 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Mulher Perigosa
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 C-16
19.00 Pretender
20.00 As Novas Aventuras do Super Homem
21.00 Directo XXI
22.00 O Predador II
(de Stephen Hopkins, EUA/1990, com Danny Glover, Gary Busey, Ruben Blades, Maria Conchita Alonso. Terror/Ação)
00.20 Golo
01.45 Seinfeld
02.15 Feedback

Terça, 27

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.45 Saber & Fazer
16.25 O Amigo Público
18.10 Chiquititas
19.00 Regionalização
20.00 Telejornal
20.55 Amigos
21.30 Herman 98
23.30 Reportagem: «Polícia»
00.35 24 Horas
01.25 Rotações
02.00 Poltergeist

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 A Vida É um Zoo
16.35 Departamento de Homicídios
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.35 Hugo
20.05 A Nave Vermelha
20.35 Portugalmente
21.05 Betty Boop
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Manhattan
(de Woody Allen, EUA/1979, com Woody Allen, Diane Keaton, Mariel Hemingway, Maryl Streep, Anne Byrne. Ver Destaque)
00.35 Encontros Imediatos

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite



A vida e os filmes de James Stewart: sábado ao fim da noite na RTP2

20.55 As 100 Fotos do Século
21.00 Médico de Família
22.00 Torre de Babel
23.30 Homens à Parte
(de Herbert Ross, EUA/1994, com Whoopi Goldberg, Mary-Louise Parker, Drew Barrymore, Matthew McConaughey. Ver Destaque)
01.40 Último Jornal
02.15 Cruz Vermelha - As Ligações Perigosas
03.45 Vibrações

TVI

09.10 S.O.S. Urgências
10.00 Quase Modelo, Quase Detective
10.45 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Mulher Perigosa
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 C-16
19.00 Pretender
20.00 As Novas Aventuras do Super Homem
21.00 Directo XXI
22.00 O Predador II
(de Stephen Hopkins, EUA/1990, com Danny Glover, Gary Busey, Ruben Blades, Maria Conchita Alonso. Terror/Ação)
00.20 Golo
01.45 Seinfeld
02.15 Feedback

Quarta, 28

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
15.45 86-60-86
16.25 O Amigo Público
18.10 Chiquititas
19.00 Regionalização
20.00 Telejornal
20.55 Contra Informação
21.30 O Guarda-Costas
(de Mick Jackson, EUA/1992, com Kevin Costner, Whitney Houston, Gary Kemp, Bill Cobbs. Ver Destaque)
23.55 24 Horas
00.45 Sinatra - Os Melhores Anos (III)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 A Vida É um Zoo
16.35 Departamento de Homicídios
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Hugo
20.05 A Nave Vermelha
20.35 Portugalmente
21.05 Simpsons
21.35 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Sombros e Nevoeiro
(de Woody Allen, EUA/1991, com Woody Allen, Mia Farrow, Jodie Foster, John Malkovich, Madonna, Kathy Bates, Donald Pleasence, John Cusack. Ver Destaque)
01.30 Sinais do Tempo

SIC

08.00 Buéréré
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...



Cartaz do filme «Mentes que Brilham», da cineasta-actriz Jodie Foster



Um fotograma de «O Carteiro de Pablo Neruda», de Michael Redford



Allen Goorwitz, no papel de produtor em «O Estado das Coisas», de Wim Wenders

Fitzcarraldo

(Quinta, 02.50, TVI)

Um engenheiro megalómano - Brian Fitzgerald dito Fitzcarraldo - tem a ideia de construir em plena Amazônia um teatro dedicado ao bel-canto onde pudesse ter o grande Caruso a cantar Verdi, e, para tal, mete-se em complexos negócios que pudessem ajudar a erguer o seu sonho impossível. Mas tudo lhe corre mal e as suas ambições ficam por terra... Um filme de Werner Herzog, admirável do ponto de vista visual e fazendo transparecer o fascínio das grandes aventuras, mas com notórias deficiências de montagem e desastrosas dobragens. O fabuloso Klaus Kinski é o protagonista principal.

Mentes Que Brilham

(Sexta, 22.50, RTP2)

O pequeno génio que se esconde por detrás da personagem principal desta primeira obra realizada por Jodie Foster não faz esconder a fragilidade e a necessidade do apoio materno ao contactar com o mundo dos adultos - ao que parece a mesma fragilidade que rodeou os primeiros passos de uma carreira de actriz (e agora realizadora) iniciada muito cedo, aos três anos de idade. Muito bem escrito por Scott Frank e abordado com intensa inteligência e sensibilidade os «problemas» dos superdotados, eis um filme sem dúvida americano mas com um perfume algo europeu e particularmente francês, a lembrar um certo Truffaut.

O Carteiro de Pablo Neruda

(Sábado, 22.15, RTP1)

A história é por de mais conhecida: no seu exílio da pátria, o escritor chileno Pablo Neruda encontra no carteiro que lhe trás diariamente a correspondência a fraternal e comovente amizade de um caloroso confidente. Com interpretações magistrais de Philippe Noiret e Massimo Troisi, que mais poderá dizer-se deste estrondoso sucesso artístico e comercial?

Hammett, Detective Privado

(Sábado, 01.45, TVI)

Pensada e trabalhada ao longo de anos, esta adaptação cinematográfica do romance de Joe Gores sobre um misterioso caso real vivido pelo famoso escritor Dashiell Hammett é uma das obras mais interessantes realizadas nos EUA por um cineasta europeu, marcada que é, igualmente, pelo irreprimível fascínio em si despertado pelo grande cinema clássico americano. Como poucos europeus, Wim Wenders soube reconstituir a muito especial atmosfera do filme negro dos anos 30,



Uma cena de «Intimidades», de Woody Allen

a importância do trabalho de estúdio, num filme que, para além de levar na produção a «marca» de Coppolla, tem, em Frederic Forrest, um excelente intérprete da figura de Hammett.

O Caminho do Oeste

(Domingo, 16.00, TVI)

Dizer que se trata de um filme para plateias (ou espectadores de televisão) juvenis é limitar o espectro de potenciais interessados numa história que, recusando os mecanismos do cinema comercial, se afigura ter preocupações acerca das pessoas de que fala, as quais nos são mostradas com a maior das sensibilidades. Tudo se passa nos miseráveis subúrbios de Dublin, onde vivem com o seu pai (viúvo e atacado pelo vício da bebida) dois miúdos ciganos. Um dia, o avô resolve dar-lhes como prenda um cavalo branco, mas este é roubado. Visto mais tarde por eles na televisão, numa corrida de cavalos, os dois jovens vão em sua busca e depois de o recuperarem inicia-se uma série de aventuras que apaixonam a opinião pública...

O Estado das Coisas

(Domingo, 01.15, TVI)

Mais uma vez testemunhando a sua paixão pelo cinema norte-americano (mas não deixando de ser profundamente europeu, designadamente nos tempos e modos da movimentação dos corpos e na sua captação e devolução através da câmara) Wim Wenders inventa aqui uma história à volta da filmagem de um remake do

filme *O Dia em Que o Mundo Acabou*, de Roger Corman, em que há um pouco de tudo: o filme dentro do filme, o individualismo dos membros de uma equipa deixada à solta quando as filmagens são interrompidas por falta de dinheiro - ou não se passasse tudo em meio de uma co-produção internacional, rodada em Portugal (!) - e, por fim, a morte dupla de realizador e produtor...

Intimidade

(Segunda, 23.50, RTP2)

Três irmãs são surpreendidas pelo abandono do lar por parte do seu pai. Uma crise que atinge fortemente, o suicídio que é tentado pela infeliz mãe, quando o pai volta a casar-se sob o olhar crítico das filhas. Um drama profundo, numa mudança de registo no que de mais habitual conhecíamos em Woody Allen. Aqui, a influência de Bergman faz a sua aparição, num filme intimista que é, ao mesmo tempo, uma visão pessimista da sociedade e um notável estudo sociológico.

Homens à Parte

(Terça, 23.30, SIC)

Três mulheres extremamente diferentes entre si tornam-se particularmente amigas e confidentes a partir do momento em que fazem uma viagem através da América. Um filme com um argumento relativamente falhado mas que consegue suplantar-se pela elevada qualidade das interpretações principais: Whoopie Goldberg, Mary-Louise Parker e Drew Barrymore.

Manhattan

(Terça, 22.50, RTP2)

Mais uma revelação (se necessário) do imenso talento de Woody Allen em uma das obras mais importantes do grande cineasta, não apenas aquela que melhor nos ilumina sobre ele próprio e sobre o microcosmos intelectual nova-iorquino mas também a que representa um mais interessante aprofundamento psicológico. Falsamente desenvolto, mas na realidade trágico e quase masoquista, *Manhattan* é um filme implacável acerca de um meio em concreto. Fotografia esplendorosa de Gordon Willis e música admirável de Gershwin. A não perder.

O Guarda-Costas

(Quarta, 21.30, RTP1)

«Grande sucesso de bilheteira, «O Guarda-Costas» é uma realização de Mick Jackson que constrói um filme policial de atmosferas mistas, algures entre o melodrama romântico e o filme de suspense, a partir de um argumento de Lawrence Kasdan. A história de um guarda-costas contratado para proteger uma bela e temperamental actriz e cantora de Hollywood que se envolve amorosamente com a sua cliente.» É o que a RTP nos anuncia. Com Kevin Costner e Whitney Houston. A ver vamos...

Sombras e Nevoeiro

(Quarta, 22.50, RTP2)

Com notáveis interpretações de Mia Farrow, John Malkovich e, ainda, as presenças marcantes de Jodie Foster, Kathy Bates, John Cusack ou do próprio Woody Allen (entre tantas outras vedetas), *Sombras e Nevoeiro* não deixa de ser (para o nível superlativo a que o cineasta nos habituou) um exemplo menor da sua brilhante filmografia, aqui inspirado pelos modelos do expressionismo alemão dos anos 20. Uma história que aqui não se revela para não roubar o suspense...

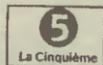


A fotografia esplendorosa em «Manhattan», de Woody Allen

CABO & SATÉLITE

Fotografia

Começa hoje no canal francês *La Cinquième* uma série de dez emissões de meia hora subordinadas ao título genérico «L'Aventure Photographique» e integradas nas comemorações do mês da fotografia. Realizada por Philippe Azoulay, esta série não pretende privilegiar os aspectos artísticos e os desafios estéticos para se dedicar sobretudo à reportagem e ao lugar que a fotografia ocupa na imprensa ilustrada e no mercado das imagens. Programas já anunciados: dia 22.10 «Os Percursos»; 29.10 «A Foto e a Ciência»; 5.11 «A Foto de Guerra»; 12 de Novembro «Os Retratistas»; 26.11 «A Moda». (*La Cinquième*, Quinta, das 16.55 às 17.30)



Vasco da Gama - As Costas Africanas

O canal franco-alemão *Arte* vai transmitir no próximo Sábado a primeira parte de uma série documental em quatro episódios (de 50 minutos cada um) sobre o navegador português Vasco da Gama. Segundo o texto de apresentação do canal, «o documentário retrata a vida tumultuosa do navegador e das suas numerosas viagens - na origem do

império colonial português - cruzando aventuras do passado e realidades do presente entre Lisboa e a costa ocidental da Índia». 9 de Julho de 47: Vasco da Gama, então com 28 anos de idade, parte de Lisboa com quatro navios. A sua missão: descobrir a rota para as Índias, pelo Oriente. (*Arte*, Sábado, 24, das 19.45 às 20.40)

Um festival de música pop

Uma hora mais tarde - e demonstrando o carácter ecléctico da sua programação - o mesmo *Arte* dedica agora a sua atenção à música pop e a alguns dos seus maiores nomes de momento, como Morcheeba, Jay Jay Johanson, Unbelievable Truth, Eagle-Eye Cherry e outros. É o *New Pop Festival* que, no âmbito da emissão «Music Planet», o canal vai dar-nos conta de três dias de música deste festival, com excertos em directo de Baden Baden de concertos, reportagens e entrevistas com muitos dos artistas que tocarão defronte das cadeias de montagem da fábrica da Daimler-Benz ou no Teatro Municipal. (*Arte*, Sábado, 24, das 21.35 às 23.40)



O «mundo cão» veio para ficar?

Já foi tempo, na programação da RTP (recorde-se: serviço público de televisão em Portugal), em que existiu uma coisa que dava pelo nome de «Isto só Vídeo», ou seja, um «programa» mais do que lamentável, colocado no mais nobre dos horários, e cujo princípio era, tão-só, dar livre curso à exibição, sem quaisquer pudores ou cuidados pedagógicos, de sequências filmadas por amadores a partir de cenas e momentos familiares, alegadamente estimulando a «criatividade» de outros videógrafos amadores que a ele assistissem e que eram convidados a participar, com os seus próprios vídeos, em futuras emissões da série.

Estes toscos aglomerados de imagens do quotidiano pautavam-se, em geral, pela multiplicação de acidentes violentos, quedas, azares e outras cenas mais ou menos «edificantes» (tanto «melhores» se protagonizadas por indefesas crianças!) e que friamente se destinavam a despertar em nós o que há de mais

TVISTO

Francisco Costa



primário, até chegar se possível à gargalhada mais alvar. Pensava-se, na altura, que fosse um afloramento passageiro do mau gosto que começava a invadir as programações das nossas televisões – mas o facto é que o «formato» se prolongou de temporada para temporada, de grelha para grelha.

Depois, em jeito de salto qualitativo numa escalada friamente pensada, foi também o tempo em que, tendo a receita pegada, era necessário dar-lhe mais alguma «credibilidade», para tanto fazendo apelo ao prestígio (justo ou artificialmente fabricado, consoante os casos) de um Carlos Cruz ou de um Artur Albarran, para inventarem outro tipo de «programas», mais uma vez invadindo o chamado horário nobre, porque já então considerados pelos altos responsáveis das programações como trunfos fortes na guerra das audiências cada vez mais aguda travada entre a RTP e a SIC.

Chamavam-se estes programas, respectivamente, «TV Verdade» e «Imagens Reais» (este, provavelmente, ainda em curso de transmissão mas em período da emissão mais recatado) e consistiam, como aqui então se denunciou, em desenlatar uma série de curtos vídeos, «profissionais» ou amadores, mas em qualquer dos casos de paupérrima qualidade, não ultrapassando a qualidade miserável dos piores exemplos dos espectáculos de «apanhados» ou de «vídeos caseiros». Tudo isto ligado de forma tosca por um texto de circunstância, inventado no sentido de transmitir uma aparente «coerência» interna e, mais uma vez, conferir «credibilidade» ao pro-

duto final. Assim se procurava «prender as audiências a curiosidades ou pretensos factos noticiosos do domínio do insólito, do anormal, do abjecto, e que, fundamentalmente, constituíssem elementos de distração face aos problemas reais do quotidiano e à crise geral e omnipresente das sociedades, geradas pelas globalizantes teorias e práticas neoliberais».

Mais recentemente, ainda, começou a fazer moda a transmissão de sequências de imagens, em geral extraídas de transmissões desportivas e montadas em função da sua espectacularidade com o apoio de uma banda sonora trepidante e frequentemente humorística. Primeiro, estas montagens não eram mais do que a demonstra-

ção, agradável e inocente, da destreza técnica de profissionais de televisão no domínio da montagem-vídeo (associados ou não a colegas da sonoplastia) que decidiam, porventura por sua alta recriação, associar de um ponto de vista criativo imagens e momentos desportivos, em geral saudavelmente demonstrativos da competição por mais rápidos tempos, maiores alturas, mais longas distâncias. Essas montagens eram utilizadas como separadores, mais ou menos longos consoante as necessidades do alinhamento das emissões, para acertar e preencher tempos mortos no intervalo de ligações internacionais em grandes transmissões desportivas – como Jogos Olímpicos, Campeonatos do Mundo de Futebol ou outros desportos – de uma certa forma associando e resumindo em peças relativamente acabadas do ponto de vista técnico e criativo momentos de especial beleza desportiva.

Entretanto, como às vezes acontece, no melhor pano cai a nódoa. E houve quem pensasse que, aproveitando o mesmo princípio da montagem associada a música, não deixava de ser tecnicamente aliciante e espectacularmente justificado, fazer o mesmo,

já não em função de momentos de fruição do Belo mas em função de sequências de particular violência, desastre ou catástrofe. Neste sentido, nada melhor, por exemplo, do que ir para as pistas de «desportos motorizados», corridas de automóveis e de motos, e coligir imagens dos piores e mais graves acidentes isolados, incêndios de viaturas, esmagamento e quedas de pilotos, choques em cadeia e até (por que não?) projecções de pedaços de carroçarias ou pneus para o meio das indefesas assistências e transformar tudo isto num sinistro espectáculo de abjeção e horror, certamente do agrado de mentes pervertidas.

Que isto assim seja congeminado, é sinal lamentável dos tempos que correm. Que isto seja produzido ou comprado pela RTP (recorde-se: serviço público de televisão em Portugal), é prova provada de que os responsáveis governamentais se mostram insensíveis à incompetência que continua a campear pela «5 de Outubro». Que no domingo passado, preenchendo em jeito de interlúdio o tempo de espera para a ligação directa ao Porto e à Cimeira Ibero-Americana, o Canal 1 da mesma RTP (e, seguramente, a tão exaltada RTP Internacional) se tenha permitido transmitir para milhões de espectadores em todas as paragens do Mundo duas sequências seguidas destas imagens e destes sons, durante nada menos do que 12 minutos (!!!) é coisa que jamais se pensara poder ver entre nós!

Cabe perguntar: por este caminho, até onde é que será possível chegar a irresponsabilidade e a impunidade?



O valor das palavras

Um fim-de-semana como há muito não vivíamos no Porto – José Saramago entre companheiros de letras, na Associação de Jornalistas, na Conferência de Escritores Ibero-Americanos, distinguido na Câmara com a Medalha de Ouro, numa sessão cheia de afecto e vibração humana, em encontros numa livraria com história ou numa fábrica de Gaia, e depois, entre mil abraços repartido, num encontro emocionante com Fidel Castro, no Centro de Congressos de Matosinhos, ambos envolvidos por muitos milhares de amigos, num clamor de justiça e solidariedade; um discurso final do Presidente de Cuba, falando do mundo e da vida, com a força e a verdade de quem age e luta com fé e convicção, com sonhos e projectos, com o coração e com as ideias.

E em todo o lado, em espaços pequenos ou grandes, na caminhada de Saramago, pela Rua Guilherme da Costa Carvalho até aos Paços do Concelho, ou na gigantesca manifestação do dia seguinte, contra o bloqueio imposto à ilha resistente, com tanta e tanta gente reunida, vinda de tão longe, por ideais humanistas, que se diriam diminuídos neste tempo de mercantilismo sem limites, em todo o lado esteve um modo diferente de viver a cidadania.

O inverso da retórica vazia, da política cheia de efeitos especiais apenas para captar votos, dos discursos de conveniência e das poses estudadas, do artificialismo que se tornou moeda corrente.

Bem pelo contrário, numa época em que a comunicação videológica é dominante, em que o poder da imagem se sobrepõe ao das palavras, foram, nesta inesquecível jornada do Porto, as palavras que estiveram no centro das atenções.

Curiosamente, porque o progresso tecnológico e a velocidade de comunicação têm privilegiado as imagens. O que implica uma supremacia de sugestão sobre o facto, da creditação sobre a verdade, da emoção difusa sobre o pensamento articulado, enfim, da comunicação sobre a informação.

Um estudo, citado por Madelin, revela que a memória retém largamente mais as imagens do que as palavras.

É um dito popular – uma imagem vale por mil palavras. Mas Savater, ultimamente muito citado, diz também que «há palavras que valem por mil imagens».

Quem participou nos encontros com Saramago e Fidel deste fim-de-semana reterá a sua presença física, marcante, sem dúvida. Mas

lembrará também e sobretudo muito do que foi dito por eles e pôde apreender.

José Saramago, a partir da riqueza dos seus textos e com as suas intervenções simples, sinceras, despojadas, levou-nos a descobrir a força e o valor das palavras. Diferentemente de alguns intelectuais, não falou tanto dos outros para falar de si, falou de si para falar dos outros. E, em qualquer dos espaços onde esteve e interveio, não separou o escritor do cidadão e do ser humano, foi um só.



MOTES & VOLTAS

Jorge Sarabando

Fidel Castro teve o dom de transformar um discurso numa reflexão sobre os grandes problemas da humanidade neste final de século, colocando perguntas, ensaiando respostas, numa linguagem comum, trazendo as questões mais complexas ao rés do entendimento de todos, porque a todos dizem respeito e em que todos têm a responsabilidade de intervir.

A política, a luta das ideias, saíram detrás dos biombos das elites, despiram os disfarces mediáticos e saltaram para as ruas. Globalização, financeira, globalização da solidariedade e dos direitos sociais são expressões, entre outras com significado, que tendem a entrar no léxico comum dos cidadãos.

Aqui está uma coisa nova... e inconveniente para os poderosos deste mundo.

As palavras são uma construção humana. E há palavras que, de facto, valem por mil imagens...

ESCAPARATE

MÚSICA

Temporada
de Música e Dança
da Gulbenkian

Integrados no programa da Temporada de Música e Dança '98/99 da Gulbenkian, realizam-se nos próximos dias os seguintes concertos: hoje, 22 (às 21.30) com repetição amanhã 23 (às 19 horas), no Grande Auditório da FCG, a Orquestra Gulbenkian sob a direcção do maestro Michael Zilm e com a participação do solista Vadim Repin (violino) interpretarão a Sinfonia n.º 1 em Ré Maior, op. 25 «Clássica» e o Concerto para Violino n.º 2 em Sol menor op. 63 de Sergei Prokofiev e, ainda, a Sinfonia n.º 3 em Ré menor (versão de 1877) e integrada na integral das sinfonias de Bruckner; segunda-feira 26, no Auditório Dois, Aníbal Lima (violino), Cecília Branco (violino), Alexandra Mendes (viola) e Maria José Falcão (violoncelo), solistas da Orquestra Gulbenkian, interpretarão 4 obras do compositor português Vianna da Motta: Andante e Variações para Quarteto de Cordas, Trio e Quarteto; finalmente, na terça-feira 27, às 10 horas, no grande Auditório e integrado no Ciclo de Canto realizar-se-á um recital pelo barítono Thomas Allen e pelo pianista Malcolm Martineau preenchido com obras de Robert Schumann, Henri Duparc e Maurice Ravel.



Vadim Repin



Thomas Allen

«Musicalidades» na Moita

A Câmara Municipal da Moita promove até Dezembro um ciclo de música a que chamou «Musicalidades» e que compreenderá a realização de recitais e concertos nas diversas igrejas do concelho. Shen Ribeiro, Inna Rechetnikova, o Coro Polifónico «Alius Vetus» e o Grupo Vocal «Vox in Choro» são alguns dos nomes que integram este ciclo de música, cujos espectáculos têm entrada livre. Paralelamente, está a decorrer até 39 do corrente na Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, naquela cidade, a exposição «Michel Giacometti: Guardador de Vozes» cedida pelo Museu da Música Portuguesa e na qual se apresenta o espólio que documenta o trabalho deste saudoso etnólogo na defesa e recolha da música tradicional portuguesa.

«Outonalidades» em Almada

Parte integrante do programa «Outonalidades» que neste mês de Outubro anima a actividade cultural em Almada, o destaque vai depois de amanhã 24 no Solar dos Zagalos (pelas 17 horas) para um Recital de Poesia e Percussão por Elsa Noronha e por alunos da Escola Profissional de Música de Almada

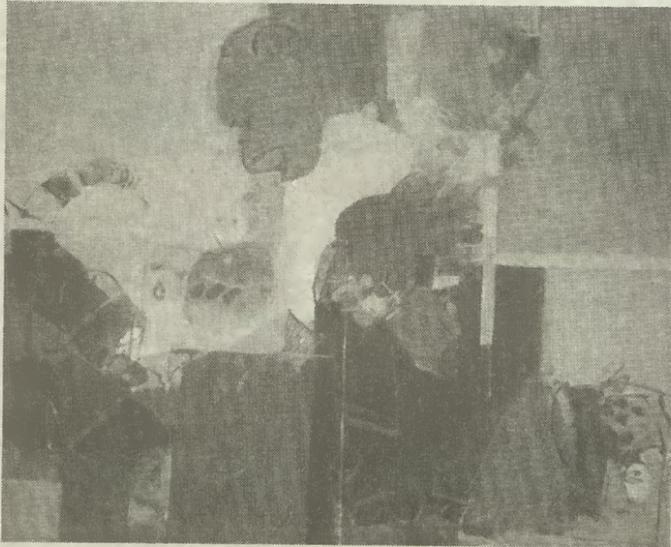
Exposições de Artes Plásticas

Realizam-se nestes dias em vários pontos do país diversas exposições de artes plásticas de que aqui, com todo o gosto, se dá nota em relação a algumas delas. Assim, no Solar da Praça de Santa Maria, em Óbidos, o pintor Mário Rodrigues apresenta vários trabalhos da sua autoria. Segundo o texto de apresentação de Carlos Nunes, «decifrar o código de Mário Rodrigues é articular o texto que os próprios quadros contêm numa leitura que nunca está terminada, daí o seu valor como obra de arte. Acrescento que esta pintura pode anular paradoxalmente a linguagem verbal, como já alguém o disse "os fantasmas desaparecem, a fala cala-se". A fragmentação em profundidade das linhas, formas e cores, a colocação na tela, a dosagem e a fusão inseridas em que se baseia o seu signo pictural, cimentado pelo sentimento do necessário, conduz e conduz-nos ao sentido do belo. Um belo de dimensão platonica, definido pela busca de uma essência que o traço de Mário Rodrigues simultaneamente oculta e desvenda».

Continua também patente ao público, todos os dias das 10 às 21 horas, até 27 do corrente, nas Lojas 5 e 6 do Centro Cultural de Belém uma outra exposição de pintura da autoria de Fátima Mendonça intitulada «O Circo - Estudos para um Grande Amor». Esta artista é natural de Lisboa (1964), licenciou-se em pintura pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa em 1990 e foi bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian entre 1992 e 1994, tendo-se já apresentado em numerosas exposições individuais e colectivas.

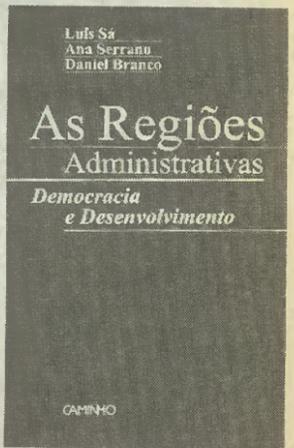
Também a Galeria Municipal de Arte do Barreiro apresenta desde o passado dia 16 até 14 de Novembro uma exposição colectiva de onze artistas plásticos do Barreiro intitulada «Obras de Arte do Município» e promovida pela câmara municipal daquele concelho.

Entre os trabalhos expostos, destaca-se fotografia de Augusto Cabrita, gravura de Costa Maya, pintura de José Cândido e Luís Badoza, desenho de Francisco Nogueira, José Narciso, António Carmo e Nuno Teixeira Lopes, pintura e desenho de Américo Marinho e escultura de Gil e Rui Madeira.



Finalmente, foi inaugurada anteontem na Galeria Municipal Gymnásio (R. da Misericórdia, Lisboa) e prolongar-se-á até 17 de Novembro uma exposição colectiva de pintura e instalação de quatro artistas espanhóis: Concha Garcia, Eduardo Gomez, Rosa Rende e José Maria Soria. Segunda a sexta, das 13 às 20 horas e sábados das 14 às 19 horas.

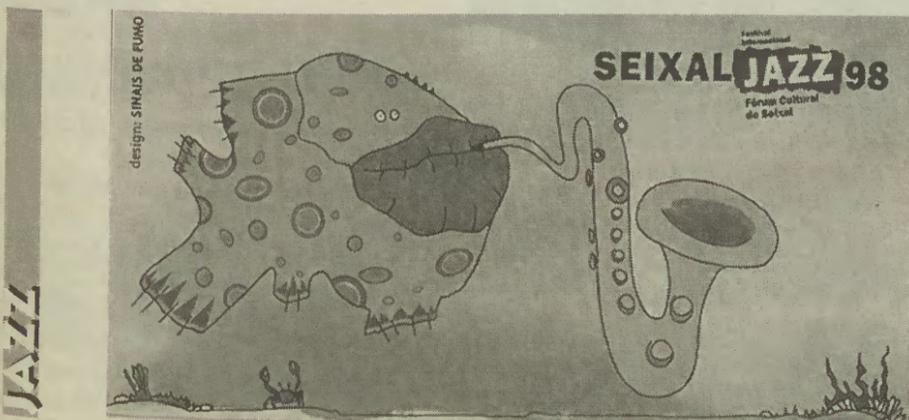
LIVROS

As Regiões
Administrativas
Democracia
e Desenvolvimento

Nenhum outro livro seria mais oportuno que este, editado agora pela Caminho. No momento em que a campanha para o Referendo do dia 8 de Novembro já aí está e que, apesar dos numerosos debates e intervenções políticas, não parece ter-se aprofundado o esclarecimento sobre a questão - inquinada nomeadamente pela introdução de falsas razões pelos partidários do não - este livro pode ser uma preciosa ajuda.

Oportuno seria também o lançamento público deste livro no momento político que atravessamos, e sempre a propósito quando se trata de uma obra desta qualidade. Os seus autores - os camaradas Luís Sá, Ana Serrano e Daniel Branco - encontrariam aí momento adequado para exporem não apenas as razões que levaram à feitura do livro, como contribuiriam para um debate em que, se muita coisa já foi dita, muita não foi ouvida nem lida a propósito de uma reforma democrática que é determinada pela Constituição e cuja urgência se vem revelando cada vez mais forte ao longo dos anos. O referendo, imposto pela direita e aceite pelo PS, não veio ajudar a esclarecer as virtudes de tal reforma. Pelo contrário, e como a própria nota prévia acentua na abertura do livro, «o referendo sobre a instituição das regiões confirma (...) a tendência para o debate político baixar frequentemente de nível e recorrer demasiadas vezes ao terrorismo verbal».

Serenamente, o livro abre ao leitor um amplo leque de informação, esclarecendo-o sobre questões e conceitos, alguns deles «anteriores» ao próprio processo que está em curso. Os primeiros capítulos, dedicados ao conceito e aos modelos de região, ao sistema político e à coesão nacional, desfazem muitas das dúvidas instaladas pelos partidários do não, cujos argumentos, como cada vez mais se vai tornando claro, não radicam realmente na oposição à regionalização mas fazem parte de uma estratégia política que - à míngua de outra que os diferencie do PS - usam para se assumirem como «alternativa» política. Outros capítulos respondem a dúvidas e questões concretas que o debate tem especialmente «promovido». A questão das áreas e das capitais, a dos órgãos regionais e das competências e atribuições financeiras. Fornecendo ao leitor as «razões» para levar a cabo a regionalização, respondendo a questões legítimas e desfazendo argumentos falaciosos, este é um livro a ler, a comentar colectivamente e constitui um óptimo instrumento de trabalho, para hoje e para o futuro.



Novo festival no Seixal

Depois de duas edições que constituíram grande êxito, começa na próxima terça-feira 27 mais um Festival de Jazz «Seixal'98», que

mais uma vez promete, com concertos a realizar às 21.30 e 23.30 no Auditório do Forum Cultural do Seixal. É o seguinte o excelente programa deste ano: terça 27, o trio do pianista panamiano Danilo Perez; quarta 28, o quarteto do saxofonista Ravi Coltrane; quinta 29 o trio do pianista Brad Mehldau; sexta 30 o grupo «Art Ensemble of



O pianista Brad Mehldau

Chicago»; sábado 31, o quinteto dos saxofonistas Chico Freeman e Gary Bartz; domingo 1 de Novembro, o grupo «The Heart of Things» do guitarrista John McLaughlin; segunda 2, o septeto do trompetista Tomás Pimentel (apenas às 21.30) e terça 3 o grupo «Origin» do pianista Chick Corea. Paralelamente, haverá um workshop, uma exposição de fotografia e uma «Feira do Jazz», com venda de discos, livros, revistas e posters.

TEATRO



«O Corcunda de Nôtre Dame»

Foi no passado dia 19 que se estreou no Teatro Maria Matos (em Lisboa), prevendo-se a sua permanência no cartaz até Junho de 99, a peça «O Corcunda de Nôtre Dame», com texto e encenação de Fernando Gomes (baseado na obra clássica de Victor Hugo), cenografia de Kim Cachopo, música de Quim Tó, Coreografia de Victor Linhares e figurinos de Clara Bento e Lucília Telmo. Segundo o texto de apresentação, esta peça «conta a história do disforme sineiro de Nôtre Dame que se liberta do seu perverso "dono" e ganha a incondicional aceitação do povo de Paris. Quasimodo, que nasceu com uma deformação física, é forçado a viver escondido na torre sineira da Catedral de Nôtre Dame, mas o corcunda, julgado apenas pela sua fealdade, é afinal sensível e generoso. Luta para salvar Esmeralda, a bela cigana, de uma execução injusta e revela-se um ser excepcional». É esta a peça que é levada à cena pela companhia do Teatro Infantil de Lisboa, em espectáculos realizados de quarta a sexta para as escolas e aos sábados (16 horas), domingos e feriados (15 horas) para o público em geral. Marcações para 847 78 53.

Teatro em Almada

Num espectáculo a cargo do Grupo de Iniciação Teatral da Trafaria, subirá à cena no Forum Municipal Romeu Correia (em Almada) a peça «Não se Paga! Não se Paga!», da autoria de Dario Fo e numa tradução de António Ruivo Mouzinho. Espectáculos em 23 e 24 (às 21 horas) e em 24 e 25 (às 15.30 horas).

ATAUHE DE FOICE

A nódoa

É sabido que a presença e as intervenções de Fidel Castro no nosso país, por ocasião da VIII Cimeira Ibero-Americana realizada no Porto no passado fim-de-semana, saldaram-se num êxito estrondoso para o Presidente cubano e, decorrentemente, para Cuba e a revolução socialista que ali continua a resistir e a afirmar-se.

A contracorrente desta recepção apoteótica a Fidel teve, por junto e atacado, a dimensão de umas páginas rafeiras de publicidade anticomunista saídas nos jornais portugueses e pagas por cubanos afilhados da CIA e amesendados em Miami, a par duma anedótica «manifestação anticastrista» de 15-pessoas-15, que se encostaram às protecções da Alfândega para exhibir uns protestos «nacionais» embrulhados em plástico, o que lhes dava um ar bestialmente normalizado. A certificá-lo, o código de barras definido pelas 15 barriguinhas de encontro às grades.

Nada, portanto, que merecesse umas linhas, quanto mais uma crónica.

A nódoa a pedir esfrega veio de três «comentadores políticos», cuja envergadura fica no tamanho do que disseram.

Um deles é director do *Público*, chama-se José Manuel Fernandes e escreveu, para demonstrar a maldade do regime cubano, que «há 40 anos, quando Fidel chegou ao poder, Cuba possuía o terceiro mais elevado rendimento per capita entre os 20 países da América Latina; agora, é um dos mais pobres, só ultrapassado pelo Haiti», rematando mais adiante que «o problema de Cuba é Fidel Castro».

Já que revê tão grosseiramente a História, será bom que o sr. Fernandes também reveja o seu latim: há 40 anos, o tal «terceiro mais elevado rendimento» de Cuba não era per capita, era por capitalista, cujos, sendo poucos, arrecadavam de facto imenso nas actividades de proxenetismo, prostituição, jogo de casinos, contrabando e bruta exploração à escala nacional, promovidas por uma ditadura sanguinária tutelada pelos EUA e deixando, para o povo cubano, o per capita da miséria mais nefanda da América Latina. Passados 40 anos, Cuba enfrenta de novo a pobreza - o que não comove o sr. Fernandes - mas mantém um quotidiano de dignidade único no mundo, onde, apesar das dificuldades impostas pelo embargo norte-americano, continua a funcionar o mais evoluído sistema de relações sociais - o que não impressiona o sr. Fernandes.

Daqui resulta que o problema do sr. José Manuel Fernandes não é Cuba, é o sr. José Manuel Fernandes.

A segunda incandescência veio de António Barreto que, na sua página do *Público*, para explicar que «no Porto, Fidel Castro mete dó» e salvar Portugal de ser um «país onde ainda se grita «Viva o Comunismo» no dia em que um escritor ganha o Prémio Nobel», recomenda aos portugueses as suas próprias «boas leituras», nomeadamente *O Livro Negro do Comunismo* onde, perante um Barreto desbarreteado, os autores garantem que «são 60 a 100 milhões de mortos a inscrever na coluna de débito desta utopia». Ou seja: na espessa escuridão deste *Livro Negro*, o Comunismo agora também é responsável por todos os genocídios perpetrados pelo capitalismo contra quem ousou implantar ou defender esta «utopia»...

Com tão boas leituras, há realmente aqui alguém que mete dó - e não é Fidel Castro.

Finalmente, Vasco Pulido Valente aproveitou a coluna de fim-de-semana que lhe deram no *Diário de Notícias* para exercitar a sua valentia, chamando «velho assassino» a Fidel Castro, uma «criatura», segundo ele, que «prende, torturou e matou um número inconcebível de pessoas (pelo menos, 300 mil)».

É óbvio que este Valente não anda a par das boas leituras do Barreto. Devidamente actualizado pelo *Livro Negro*, bem podia averbar ao Fidel aí uns bons 30 milhões de mortos, que ninguém estranhava. Pelos vistos, a Valente criatura ainda não percebeu que, para um reconhecido «velho assassino» da coerência intelectual, a margem de tolerância dos leitores é não menos inconcebível.

E ponto final. É tempo de dizer que na melhor nódoa cai o pano. Desta crónica.

■ Henrique Custódio

No domingo, do Marquês aos Restauradores Movimentos Sim desfilam em Lisboa

No próximo domingo, entre as 15 e as 18 horas, os movimentos «Sim às Regiões» descem a avenida da Liberdade até aos Restauradores, prometendo encher de cor, música e animação o centro da capital.

Presentes vão estar apoiantes do Sim de todas as futuras oito regiões, assim como ranchos, bandas, fanfarras e grupos corais de vários pontos do país. Ainda sem o programa totalmente definido, na altura em que esta edição fechava, a organização prometia «um desfile espectacular em moldes nunca concretizados na Avenida da Liberdade». Para isso, tinha assegurada a presença da Banda Os Amarelos de Moura; da Sociedade Filarmónica 1.º de Janeiro (Castro Verde); da

Banda de Arraiolos; da Banda de Borba; da Banda de Estremoz; da Banda de Montemor-o-Novo; da Banda Filarmónica do Alandroal; da Fanfara Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo; da Fanfara Bombeiros Voluntários de Beja; do Grupo Coral Alentejano da Brandoa; do Grupo Coral Alentejano Sociedade Filarmónica da Amadora; do Grupo Ceifeiros de Cuba; do Grupo Coral de Évora; do Grupo Coral Etnográfico Santo Aleixo Restauração; do Grupo

Coral do Sindicato dos Mineiros de Aljustrel e do Rancho Folclórico de Alte (Algarve).

No desfile far-se-ão representar igualmente várias colectividades da região de Lisboa e Setúbal, estando ainda prevista a actuação de vários artistas apoiantes do Sim às Regiões.

Marcha pelas Regiões

Quinta-feira da próxima semana, dia 29, parte do Algarve uma marcha que irá percorrer todo o País até 6 de Novembro. Ao todo são nove dias em que milhares de apoiantes do Sim agitando a bandeira do Sim às Regiões, com

uma paragem no Dia de Todos os Santos.

Depois do Algarve, os participantes marcham pelo Alentejo, Beira Interior, Trás-os-Montes e Alto Douro, entre o Douro e Minho, Beira Litoral, Estremadura e Ribatejo terminando na região de Lisboa e Setúbal. A transição na fronteira entre cada região é assinalada com a entrega de presentes simbólicos e a passagem do testemunho. Um camião TIR que funciona como um palco ambulante acompanhará os participantes e será utilizado nos principais centros.

A iniciativa é designada «Sim às Regiões, Portugal em Marcha» e é coordenada pelo Movimento «Melhor Portugal».

PCP critica Ministério da Cultura Pacto patrimonial deve ser assinado

A Célula do Património Cultural e Natural do Sector Intelectual da ORL criticou o Ministério da Cultura por ter rompido as negociações com a Igreja Católica com vista à criação de uma pacto patrimonial.

Segundo a célula comunista, a futura Lei de Bases do Património só fará sentido se assentar «numa sã política de inventariação exaustiva dos bens histórico-artísticos à escala nacional» para a qual é «essencial um diálogo, acordo e criação de clima de mútua confiança com os responsáveis da Igreja», detentora de cerca de 80 por cento do património artístico nacional.

Receando que «o Ministério se prepare para alijar responsabilidades e custos de conservação» e reafirmando que os bens patrimoniais devem ser encarados como «um todo integrado e insubstituível», os comunistas consideram que «compete ao Estado exercer o direito de soberania responsável» que preserve a nossa herança cultural.

Neste sentido, exigem que o Ministério da Cultura se empe-

nhe no «diálogo com a Conferência Episcopal em particular, bem como com as demais entidades detentoras de bens patrimoniais», assumindo «claramente que os custos de conservação e de inventário lhe cabem por inteiro».

O Estado deve ainda respeitar «todas as necessidades de culto e de divulgação», e quando estas ponham em causa a existência material ou conservação de bens classificados, deve «substituí-los por réplicas ou alternativas a concertar com a Igreja».

Quanto à assinatura do pacto patrimonial, a Célula Comunista considera que devem ser definidos «direitos, deveres e responsabilidades de cada parte» e que «esse acordo, ou a elaboração do seu projecto, deve permitir imediatamente os trabalhos de conservação, inventariação, estudo e salvaguarda dos bens».

O pacto deve ainda garantir princípios concretos de colaboração integrada, através de «contratos-programa e de unificação global de esforços, sem pôr em causa que a Igreja Católica é detentora de facto, sendo ela própria, enquanto instituição

secular, património da História português e também que o património cultural pertence ao povo português».

Para além da inventariação exaustiva de bens móveis e imóveis, da salvaguarda, conservação e divulgação de imóveis e

recheios, a Célula exige ainda «medidas urgentes de regulamentação e controlo da actividade antiquária, da luta contra os predadores nacionais e internacionais que estão descobrindo o nosso território como novo e fértil campo de caça».

Tempos de antena PCP quer horário de «maior audiência»

O PCP reclama um «horário decente» para os tempos de antena na televisão, em carta subscrita por Vítor Dias, membro da Comissão Política, dirigida ao ministro da Administração Interna, como responsável governamental que tutela a Comissão que, junto do STAPE, dialoga ou negocia os horários de transmissão dos tempos de antena e as compensações financeiras com as cadeias de televisão.

De facto, a transmissão às 19 horas dos tempos de antena televisivos relativos à campanha do referendo sobre a regionalização representaria, na opinião deste dirigente comunista, «uma grave desvalorização desse instrumento de esclarecimento público».

O PCP relembra ainda na carta - que foi dada a conhecer à CNE - a muito negativa experiência ocorrida com a transmissão a essa hora dos tempos de antena do referendo sobre a IVG, salientando que tal horário «é manifestamente inadequado às necessidades de esclarecimento existentes, na exacta medida em que signifi-

ca impedir objectivamente vastos sectores do eleitorado de terem acesso a esse importante elemento da campanha do referendo».

Salientado é também o facto de ser «desejável, legítimo e apropriado» que, como aconteceu durante muitos anos no nosso país, os blocos dos tempos de antena sejam transmitidos «num horário de maior audiência, designadamente imediatamente a seguir aos telejornais da noite».

Assim, o PCP reclama do Governo «uma firme intervenção no sentido de assegurar para a transmissão dos tempos de antena um horário decente nos canais de televisão, tendo em conta quer as responsabilidades democráticas do serviço público quer, sem tolerar abusos, as compensações financeiras que são atribuídas às televisões pela transmissão dos tempos de antena».

30.º aniversário do MDM Encontro em Lisboa

O Movimento Democrático de Mulheres - MDM assinala o seu 30.º aniversário com a realização, no próximo domingo, dia 25 de Outubro, de um Encontro Nacional em que estará em debate «30 anos do MDM: 1968-1998 - Um movimento de mulheres para o novo milénio».

Neste encontro - que decorre

entre as 11 e as 18 horas no auditório da União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa, na Rua Castilho, n.º 14, em Lisboa - será ainda atribuída a Distinção de Honra 98, dedicada às mulheres que deram e dão expressão à acção do MDM.

No final do encontro actuará o Coro Lopes-Graça.

